

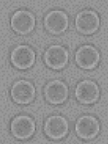
 Organizadora  
**Ligiane Oliveira dos Santos Souza**



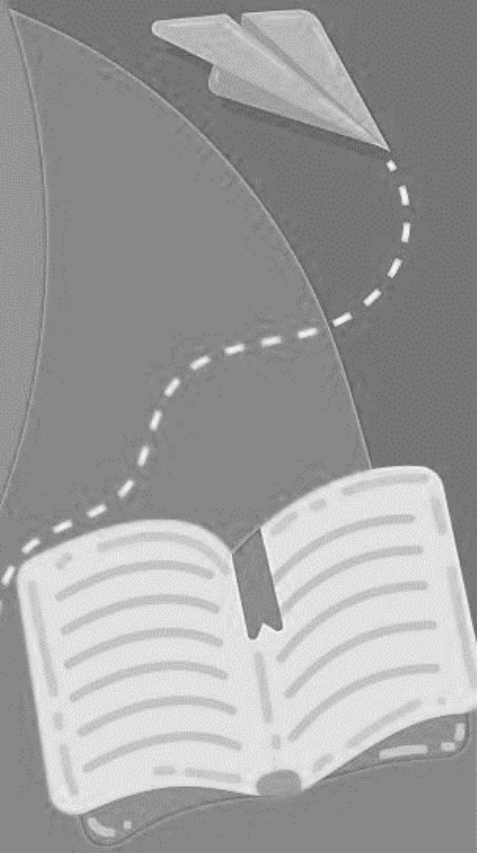
# REFLEXÃO sobre INCLUSÃO



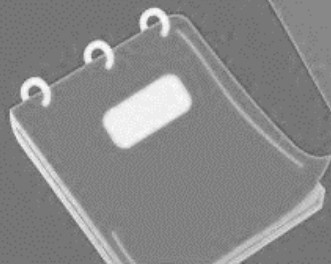
Editora  
**UNIESMERO**



*Organizadora*  
**Ligiane Oliveira dos Santos Souza**



# **REFLEXÃO sobre INCLUSÃO**



**Editora  
UNIESMERO**

© 2021 – Editora Uniesmero

[editora.uniesmero.com.br](http://editora.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

### **Organizadora**

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editores e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respective autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Érica dos Santos Carvalho, Secretaria Municipal de Educação de Minas Gerais, SEEMG

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S719r Souza, Ligiane Oliveira dos Santos  
Reflexão sobre Inclusão / Ligiane Oliveira dos Santos Souza  
(organizadora). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2021. 209 p. :  
il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-995233-5-9

DOI: 10.5281/zenodo.5569549

1. Educação. 2. Reflexão. 3. Inclusão. 4. Práticas. I. Souza, Ligiane  
Oliveira dos Santos. II. Título.

CDD: 370.7

CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>



## ***AUTORES***

**ANA CAROLINA DA SILVA PINHEIRO CARDOSO**

**CAMILA LÚCIA DOS SANTOS SALES**

**CAROLINE VALÉRIA DA SILVA LAZARETTI**

**CÉLIA APARECIDA DIAS FERREIRA LOUZADA**

**CLAUDIA BORGES MALAQUIAS**

**CRISTIANE BORGES MALAQUIAS**

**ELAINE ALVES DA SILVA**

**EUVÂNIA DIAS FERREIRA DA COSTA**

**FERNANDA ARAÚJO RAMOS**

**GESELIA XIMENES DE SOUZA**

**JUSCÉLIA PASCHOAL CARDOSO SILVA**

**LEONI MEDEIROS PEREIRA**

**LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA**

**LUCIANE MORAES DA SILVA**

**RENATA DE SOUZA MARTINS BARBIERI**

**ROSIMEIRE PINHEIRO DA SILVA**

**ROZIMAR DOS SANTOS LIMA**

**SÔNIA TEREZINHA DIAS DE OLIVEIRA**

## APRESENTAÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema que sempre fez parte dos diferentes projetos, de políticas públicas, da legislação e assunto debatido nos corredores escolares entre professores e gestores. Tais debates e legislações não trazem, entretanto, a necessidade de aplicação prática e urgente nas escolas, o que fez com que o assunto seja uma pauta constante na história e na atualidade da Educação.

Fazer acontecer a Educação Inclusiva envolve o conhecimento do Professor ao conduzir as suas aulas com as diferenças, mesmo que não tenha o devido preparo. Não há como fornecer um preparo para o docente lidar e trabalhar com a Educação Inclusiva, até porque esse é um processo que se aprende constantemente, seja pelas trocas de experiências com outros colegas professores, seja com as vivências em sala de aula com o convívio dos estudantes. A formação continuada e a capacitação para o docente são consideradas ferramentas essenciais para o melhor desenvolvimento dos trabalhos. Mas apenas a formação não é o bastante, o fundamental são as práticas adquiridas ao longo do tempo de magistério.

Importante ressaltar que a atual legislação vigente que abrange a Educação Inclusiva possui ótima fundamentação, fornece bases sólidas para a implantação, desenvolvimento e continuação da inclusão nas diferentes instituições do país. As políticas públicas nesse sentido devem garantir esse direito aos estudantes, bem como os responsáveis pela Educação e a própria comunidade escolar devem buscar a efetivação desse direito de todos. A garantia dos direitos, do convívio com as diferenças, além da própria Educação de qualidade é um aspecto constitucional, fazendo com que estudantes tenham um ensino de qualidade para todos, além de visar a melhoria e desenvolvimento da nação.

Os conteúdos dos capítulos apresentam relevância sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta reunião de artigos no formato de coletânea tem como um dos objetivos garantir a visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação, como o formato de e-book.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR</b> <b>Sônia Terezinha Dias de Oliveira; Fernanda Araújo Ramos; Rozimar dos Santos Lima</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇA AUTISTA</b> <b>Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso; Elaine Alves da Silva</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <b>Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso; Elaine Alves da Silva</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <b>Euvânia Dias Ferreira da Costa; Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b> <b>Rosimeire Pinheiro da Silva; Renata de Souza Martins Barbieri; Leoni Medeiros Pereira</b>	<b>61</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>A LUDICIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇA ESPECIAIS NO AMBIENTE HOSPITALAR</b> <b>Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada; Euvânia Dias Ferreira da Costa</b>	<b>75</b>
<b>Capítulo 7</b> <b>O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <b>Euvânia Dias Ferreira da Costa; Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada</b>	<b>85</b>
<b>Capítulo 8</b> <b>A PSICOPEDAGOGIA NA PSICOMOTRICIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA</b> <b>Geselia Ximenes de Souza; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</b>	<b>95</b>
<b>Capítulo 9</b> <b>A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR</b> <b>Juscélia Paschoal Cardoso Silva; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</b>	<b>103</b>

<b>Capítulo 10</b> <b>INCLUSÃO E A INTERAÇÃO DA PSICOPEDAGÓGIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b> <b>Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso; Elaine Alves da Silva</b>	<b>117</b>
<b>Capítulo 11</b> <b>A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR</b> <b>Luciane Moraes da Silva; Caroline Valéria da Silva Lazaretti; Camila Lúcia dos Santos Sales</b>	<b>127</b>
<b>Capítulo 12</b> <b>JOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA</b> <b>Geselia Ximenes de Souza; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</b>	<b>147</b>
<b>Capítulo 13</b> <b>INCLUSÃO ESCOLAR UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA</b> <b>Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso; Elaine Alves da Silva</b>	<b>158</b>
<b>Capítulo 14</b> <b>A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR</b> <b>Rosimeire Pinheiro da Silva; Renata de Souza Martins Barbieri; Leoni Medeiros Pereira</b>	<b>167</b>
<b>Capítulo 15</b> <b>A IMPORTANCIA DO ENSINO DA ARTE VISUAL NO DESENVOLVIMENTO COM CRIANÇAS ESPECIAIS</b> <b>Caroline Valéria da Silva Lazaretti; Luciane Moraes da Silva; Camila Lúcia dos Santos Sales</b>	<b>178</b>
<b>Capítulo 16</b> <b>O LÚDICO COM CRIANÇA AUTISMO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM</b> <b>Luciane Moraes da Silva; Caroline Valéria da Silva Lazaretti; Camila Lúcia dos Santos Sales</b>	<b>188</b>
<b>Capítulo 17</b> <b>A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <b>Cristiane Borges Malaquias; Claudia Borges Malaquias; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</b>	<b>197</b>
<b>A ORGANIZADORA</b>	<b>208</b>



**Capítulo 1**

**A IMPORTÂNCIA DO PAPEL  
DO PSICOPEDAGOGO NA  
INCLUSÃO ESCOLAR**

**Sônia Terezinha Dias de Oliveira**

**Fernanda Araújo Ramos**

**Rozimar dos Santos Lima**

## **A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR**

***Sônia Terezinha Dias de Oliveira***

***Fernanda Araújo Ramos***

***Rozimar dos Santos Lima***

### **RESUMO**

O objetivo principal do artigo é abordar aspectos teóricos sobre a importância do psicopedagogo na inclusão de crianças com necessidades especiais. O problema consiste em numa questão norteadora: Qual é a importância do papel do psicopedagogo na inclusão escolar? Buscando analisar a necessidade existente nas escolas públicas e privadas de um profissional em psicopedagogia para melhorar o desempenho e aprendizagem de alunos autistas em sala de aula, bem como investigar a eficácia do psicopedagogo na aprendizagem em sala de aula; entender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidade especiais e auxiliar os debates em relação ao processo de aprendizagem e os mecanismos utilizados. Diante disso, o psicopedagogo ocupa um papel extremamente importante, pois por meio de técnicas e métodos próprios, ele possibilita uma intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais, juntamente com toda equipe escolar. Por isso o quão é importante esse trabalho, porque ele consegue mediar esse processo, oferecendo um suporte para os professores e contribuindo no desenvolvimento desses educandos e quando necessário ele faz o encaminhamento para profissionais de outras áreas.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia. Processo de Aprendizagem. Inclusão Escolar.

### **Introdução**

A inclusão é compreendida como um processo, em face de certos valores e princípios. Partindo do princípio que a educação inclusiva não é uma tendência e sim uma realidade que vem assegurar a todos uma igualdade de ensino e qualidade, e nesta tendência a psicopedagogia tem um importante papel que objetiva a assistência aos alunos que apresentam dificuldades no processo de aquisição do conhecimento, ou seja, no processo de aprendizagem. O problema consiste em numa questão norteadora: Qual é a importância do papel do psicopedagogo na inclusão escolar?

Em se tratando da inclusão de crianças com deficiência, essa é um fator que

pode possibilitar o desenvolvimento do infante. Pois, a inclusão escolar é um contíguo de elementos, ação e efeitos que tenta desenvolver globalmente o indivíduo com deficiência. Isso posto, a inclusão também favorece o combate à exclusão aos benefícios de uma vida em sociedade, que muitas vezes acompanha a realidade de pessoas com deficiência.

A inclusão escolar tem por objetivo inserir, sem distinção todos os educandos, com variados graus de comprometimento cognitivo e social. Para ser de fato um processo de inclusão, deve ser realizado em uma escola regular; onde o objetivo central da inclusão é diminuir ao máximo os preconceitos e evitar o isolamento social, que é característica marcante desse transtorno, pois esse processo permitirá que o educando adquira novas habilidades em meio a seus pares.

O objetivo principal do artigo consiste em abordar aspectos teóricos sobre a importância do psicopedagogo na inclusão de crianças com necessidades especiais.

A escolha do tema foi motivada pelo fato de que a dinâmica e acompanhamento efetivo na aprendizagem de crianças com necessidade especiais em nível escolar tem sido negligenciada, ficando em segundo plano, negando assim, direitos fundamentais dessas crianças. Buscando analisar a necessidade existente nas escolas públicas e privadas de um profissional em psicopedagogia para melhorar o desempenho e aprendizagem de alunos autistas em sala de aula, bem como investigar a eficácia do psicopedagogo na aprendizagem em sala de aula; entender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidade especiais e auxiliar os debates em relação ao processo de aprendizagem e os mecanismos utilizados.

## **A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NA INCLUSÃO ESCOLAR**

A Psicopedagogia nasce de uma demanda, a de dificuldades de aprendizagem, sendo assim o profissional da Psicopedagogia atua diretamente com pessoas que enfrentam problemas de aprendizagem.

A Psicopedagogia é um campo de atuação que integra saúde e educação que lida com o conhecimento, sua aplicação, sua aquisição, suas distorções, duas diferenças e seus desenvolvimentos por meios de múltiplos processos (Porto, 2011, p. 11)

Psicopedagogia é concebida como a área que estuda o ato de aprender, entendendo-se o ato de aprender como os sentimentos, as ações, as elaborações do

sujeito durante o seu processo de aprendizagem e a consciência que ele tem do que realiza. A intervenção psicopedagógica pode ser educacional ou clínica. É educacional quando estuda, analisa e propicia condições para que o aprendiz organize e elabore dados e informações, utilizando-os em sua vida. É clínica quando estuda e analisa bloqueios, para que o aprendiz ultrapasse dificuldades e problemas de aprendizagem e possa organizar e elaborar dados e informações, utilizando-os em sua vida.

A importância da psicopedagogia para o processo de ensino e aprendizagem, permitindo uma reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem e as estratégias que a psicopedagogia oferece numa tentativa de supera-las, por meio de suas técnicas, avaliações, intervenções entre outras estratégias, sendo interdisciplinar integrando-se com outras áreas de conhecimento para assim formar novos saberes e nortear os educadores em todos os desafios relacionados a aprendizagem em sala de aula, contudo vale ressaltar uma vez que os estudos abrangentes são de extrema importância e requer novos estudos pois a educação não se esgota aqui Como afirma Porto (2011).

“A psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem humana, que surgiu de uma demanda - as dificuldades de aprendizagem, colocada em um espaço pouco explorado, situado além dos limites da pedagogia e da psicologia”. (Porto 2011, p.7).

É fundamental que na educação inclusiva se acredite que as deficiências dos educando podem ser superadas, bastando para isso que sejam desenvolvidas estratégias e condições que permitam este desenvolvimento dos educandos, caracterizando o ambiente escolar como incluyente favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Mittler (2003, p.25): “... a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais oferecidas pela escola”.

E falar sobre a Educação Inclusiva significa dizer que é um direito assegurado a todos os estudantes, sem exceção, de acordo com o que coloca Visca:

[...] a educação inclusiva significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológicas, a igualdade de oportunidades educativas, para que, desse modo, possa usufruir de serviços educativos de qualidade, conjuntamente com outros complementares, e possam beneficiar-se igualmente da sua integração em classes etariamente, com o objetivo de serem preparados para uma vida futura, o mais independente e produtiva possível (VISCA 2004, p.41).

A inclusão escolar é necessário refletir o significado atribuído à educação, além de reformular nossas concepções e ressignificar o procedimento de construção do indivíduo como um todo, entendendo a complexidade e amplitude que está atrelado a tal assunto. Este paradigma da inclusão perpassa ao longo dos anos a busca da não exclusão escolar e sugeri meios que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino regular.

A Educação Inclusiva é antes de qualquer outro ponto uma questão de direitos humanos, pois defende o não segregamento de nenhuma pessoa como decorrência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem ou de pertencer a uma minoria étnica, até mesmo porque seria algo que decorreria contra os direitos humanos.

Desta maneira, a Educação Inclusiva carece ser compreendida como um investimento a mais para atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer estudante do sistema educacional é como um meio de assegurar que os mesmos, que apresentam alguma deficiência, venham ter os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. Desse modo, o conceito de inclusão aborda as diversas situações que induzem à exclusão social e educativa de muitos educandos.

Rodrigues (2006) diz que a Educação Inclusiva pretende:

Proporcionar a todas as crianças uma experiência educativa de qualidade, não segregada e respeitadora das diferenças individuais por muito aparentes que sejam, parece ser um meio seguro para a formação de valores que possam ser preventivos de situações mais tardias de ostracismo e conflito (RODRIGUES 2006, p. 12).

Não basta que os educandos com deficiência permaneçam integrados às escolas comuns, mas que eles precisam compartilhar inteiramente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Desta maneira, significa dizer que as instituições devem estar devidamente preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos que são considerados como “educáveis”.

A finalidade de tornar a educação acessível a todos os membros de uma comunidade (mencionado na maioria dos documentos oficiais) vai de encontro com a rigidez dos tempos, a disposição à homogeneização e a ânsia de obter um alto desempenho (medidas da qualidade). Sendo assim, a incoerência no âmbito educacional expede às condições sociais mais amplas e à tendência excludente da dinâmica social (LAPLANE, 2006).



É de suma importância que a inclusão nos sistemas educacionais se inicie na Educação , pois, este é um local onde as questões levantadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente ocorre em ocasiões corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. Até mesmo pelo fato de que na primeira infância é onde acontece o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória.

A educação inclusiva tem como intento a melhoria das práticas educativas para todos. As dificuldades encontradas nos educandos com deficiência podem servir como impulso para a reflexão de toda a equipe da escola a respeito de práticas cristalizadas, brotando assim os progressos na qualidade da educação para todos os estudantes (MANTOAN, 2004).

Sendo assim, ao se propor a construção de uma atmosfera inclusiva na Educação Infantil, ampliamos nosso foco de atenção para além das crianças e ressaltamos a acuidade da inclusão de todos aqueles que compartilham do contexto educacional. Desta forma, estar incluído não é apenas estar presente, é também ter suas necessidades identificadas e amparadas pelos outros, é trabalhar unido, em um ambiente permeado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão.

A inclusão tem que ser percebida como uma responsabilidade de todos que formam a comunidade escolar. E é neste momento que se faz necessário repensar a prática dos profissionais de educação, para que de fato esta inserção aconteça na realidade, pois é importante que o educador seja apoiado e orientado, em seu cotidiano escolar, de modo que possa ser capaz de refletir de forma crítica e constante sobre a sua prática, tendo como base recursos metodológicos, teóricos e assim reinventar a sua prática constantemente.

A Psicopedagogia tem uma função importante neste processo inclusivista, dando apoio à família que chega com sua criança e que necessita ajudá-la em seu desenvolvimento, apoiando os educadores em seu exercício educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se alcançar o objetivo que é a aprendizagem. Tendo em vista que cada criança aprende em seu tempo e dentro das suas limitações, mas a prática educacional deve ser prazerosa o suficiente para despertar o interesse pelo desafio de aprender. Para que essa dinâmica aconteça, é indispensável costumes éticos, compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do conhecimento alcançado, cuidado e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu momento e sua maneira de

aprender, e que, sendo assim precisa ser amparado e respeitado em sua individualidade.

O psicopedagogo pode atuar tanto em área clínica como institucional. Segundo o Código de Ética do Psicopedagogo, está expresso no artigo 1º:

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Artigo 2º

A psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção (BRASIL, 2011, s/p).

Nesse sentido, cabe ao psicopedagogo identificar e tratar as dificuldades da aprendizagem proporcionando recursos, organizando projetos de prevenção, auxílio, criando estratégias para que se alcance a construção da aprendizagem.

Para Pontes (2010), é necessário o psicopedagogo realizar um diagnóstico institucional, o qual deve levar em consideração alguns fatores. Dentre eles, o Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão, a postura dos professores e o contexto social e econômico dos estudantes. Com isso, desenvolverá diferentes atividades em decorrência das necessidades apresentadas em cada instituição. Esse é um desafio para os psicopedagogos institucionais, porque a gestão, os educadores e educandos podem não proporcionar liberdade para o desenvolvimento das atividades. Portanto, ao longo do trabalho, será necessário desenvolver dinâmicas, diálogos, reuniões, entre outras atividades, visando estimular a confiança e credibilidade de todos envolvidos.

O processo de ensino-aprendizagem focaliza o aprendiz, que cada um em sua singularidade, traz consigo seu contexto de vida, uma realidade em que se está inserido em seu meio, trazendo expectativas e necessidades, perante isso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada um modificando a sua limitação em algo positivo, desvendando que ele pode superar as suas dificuldades, uma vez que o educador é apenas um condutor para a aprendizagem e todo ser aprendiz tem seu próprio movimento para a aprendizagem.

Este processo inclusivista desde a Educação Infantil até o Ensino Médio irá proporcionar uma maior interação entre as crianças com e sem deficiência, contemplando assim, que as crianças desde cedo aprendam, a viver com a diversidade e com o “ser” diferente. E deste modo, perpassando uma ideia de

heterogeneidade, com crianças tendo que vivenciar um ambiente diferente da normalidade, dos padrões, aprendendo com isso viver em meio à diferença e sem preconceitos. É necessário sustentar-se em construir novas bases, novas maneiras de ensinar, e assim construindo pouco a pouco continuamente. Somente após essa construção que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática, pensando apenas nos resultados obtidos.

Não existe atuação psicopedagógica na escola sem a postura do ouvir, do falar e do propor. A intervenção do psicopedagogo tem que está regada do seu saber, da sua criatividade, da sua perspicácia, para que tenha condições de adaptar o trabalho a que se propõe, de acordo com as necessidades e possibilidades do contexto educacional em que está atuando. (PONTES, 2010).

A prática psicopedagógica nas instituições deve contemplar todos os envolvidos no processo do aprender, como, por exemplo, os estudantes, professores e coordenação. Essa participação deve iniciar-se desde o planejamento do ano letivo até a prática na sala de aula. As metodologias utilizadas, os temas dos projetos, aulas de campo, todas as atividades devem ser pensadas para contemplar todos os estudantes e proporcionar uma aprendizagem significativa. É necessário que o psicopedagogo seja o porta-voz da necessidade de um estudo menos mecanizado e engessado, que o estudante perceba a importância dos conteúdos no seu cotidiano.

O psicopedagogo irá observar também os processos cognitivos e psicológicos que interfiram no processo de aprendizagem do indivíduo, assim como irá fazer uma avaliação para entender como o mesmo aprende e quais são os elementos que estão limitando sua aprendizagem, considerando sua autoimagem e autoestima, sucedendo, se necessário, o encaminhamento para outros profissionais (SILVA, 2008).

Portanto, vale ressaltar que o trabalho do psicopedagogo não será eficaz se não houver um vínculo com a instituição de ensino que o sujeito frequenta, pois é neste lugar que ele passará muitas horas do seu dia e onde ele será estimulado (ou não) a aprender. O diagnóstico psicopedagógico irá ponderar: qual a relação que o sujeito com deficiência tem com o conhecimento; qual é a melhor forma de se transmitir o conhecimento a esse sujeito; qual a forma de intervir de forma que se sinta integrado na comunidade escolar; quais as expectativas que o sujeito tem a respeito da própria aprendizagem (GUIMARÃES, 2009, p. 204).

A atuação psicopedagógica poderá ser concebida no ambiente escolar inclusivo, com alternativas metodológicas e procedimentos didáticos que viabilizará a inclusão e, sobretudo a educação de crianças com necessidades educacionais especiais, através de atendimentos multidisciplinares, incluindo o trabalho psicopedagógico.

A Psicopedagogia busca revelar os desejos, os afetos, os interesses que ainda estão ocultos na educação do aluno, procurando formas de proporcionar possibilidades educativas, pois, o educando autista é um aprendiz que elabora ideias, ordena ações, faz sincronização entre o funcionalismo psíquico e a capacidade motora, mesmo que num tempo diferente dos demais.

Segundo Rubinstein (2009) :

O psicopedagogo é visto como, um detetive que busca pistas, procurando selecioná-las, pois algumas podem ser falsas, outras irrelevantes, mas a sua meta é fundamentalmente investigar todo o processo de aprendizagem levando em consideração a totalidade dos fatores nele envolvidos, para, valendo-se desta investigação, entender a constituição da dificuldade de aprendizagem (RUBINSTEIN 2009, p.128).

O desenvolvimento do trabalho psicopedagógico originou-se nos atendimentos a crianças que apresentam problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem. A atuação de profissionais que estudam questões que envolvam o objeto de estudo da Psicopedagogia foi ampliado em diferentes âmbitos, não permanecendo restrito ao ambiente da escola de ensino regular ou até mesmo em clínicas onde a ação psicopedagógica desenvolvia-se através de um trabalho inter ou multidisciplinar e, sim sofrendo uma abertura significativa (OLIVEIRA, 2008).

Cunha (2010, p.105) diz que o psicopedagogo deve ser um bom observador para atingir os “demais passos: entendimento, prevenção, atuação e intervenção”. Possibilitando assim a seleção de estímulos que favoreçam ao educando a recepção de práticas pedagógicas.

O psicopedagogo como também a equipe multidisciplinar, precisam conhecer holisticamente a criança que é assistida diante do momento ensino e aprendizagem mediante suas subjetividades, criando espaços e condições favoráveis para expor suas potencialidades, capacidades, habilidades, destrezas e até mesmo suas limitações, como também propiciar seu desenvolvimento através de suas estruturas cognitivas, afetivas, sociais, pedagógicas e corporais.

O diagnóstico psicopedagógico é um processo, um contínuo sempre revisável, onde a intervenção do psicopedagogo inicia, [...] em uma atitude

investigadora, até a intervenção. É preciso observar que essa atitude investigadora, de fato, prossegue durante todo o trabalho, na própria intervenção, com o objetivo da observação ou acompanhamento da evolução do sujeito (BOSSA, 2007, p. 94).

Assim sendo, esse profissional precisa colaborar com dados verídicos, em relação a todo trabalho psicopedagógico que será executado com a criança em vista à sua subjetividade perante seu processo de ensino-aprendizagem na escola e na sociedade. Segundo Fernandes (1990)

a intervenção psicopedagógica não si dirige ao sintoma, mas o poder para mobilizar a modalidade de aprendizagem, o sintoma cristaliza a modalidade de aprendizagem em um determinado momento, e é a partir daí que vai transformando o processo ensino aprendizagem. (BOSSA, 2007, p. 04).

Diante disso, o psicopedagogo ocupa um papel extremamente importante, pois por meio de técnicas e métodos próprios, ele possibilita uma intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais, juntamente com toda equipe escolar. Por isso o quão é importante esse trabalho, porque ele consegue mediar esse processo, oferecendo um suporte para os professores e contribuindo no desenvolvimento desses educandos e quando necessário ele faz o encaminhamento para profissionais de outras áreas.

Por isso, o quão é importante e complexa a figura do psicopedagogo, pois ele tem essa grande responsabilidade em tentar entender o ser humano. Entender o ser humano perpassa pelo sentimento de cumplicidade com a criança autista, com o seu mundo singular. Cumplicidade esta do psicopedagogo não só com a criança, mas com a sua trajetória dentro do contexto escolar, ressignificando este no mundo acadêmico como um sujeito capaz de desenvolver-se. As atribuições do psicopedagogo também se constituem na interação com a família, dirigindo os passos deste com essa criança. Finalizamos o artigo acreditando que todos nós temos que se colocar no lugar do outro, para entendermos e por fim tirarmos uma conclusão do que possa vir a ser.

E deste modo, o psicopedagogo se configura como o profissional que contribui para o resgate do prazer em ensinar e aprender, através de uma ação interdisciplinar, com os demais profissionais que atuam na escola, tendo como foco a prevenção das dificuldades, mas sem negligenciar as dificuldades já instaladas, especialmente no contexto da escola inclusiva.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicopedagogia pode acolher estas questões de inclusão escolar ao trabalhar com a subjetividade do professor, fazendo com que o mesmo ressignifique seus padrões de aprendizagem e ensino, possibilitando este exercício favorável para o processo de inclusão. A possível intervenção dentro da Educação está abarcada ao papel que o psicopedagogo nesse processo inclusivista, dando suporte e apoio ao professor em sua prática educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se atingir o objetivo que é a aprendizagem.

O olhar psicopedagógico em sala favorece ao educador a capacidade de compreender melhor este aprendiz, adaptar suas atividades, avaliações e o espaço escolar, assim como utilizar realmente o potencial deste aluno em questão e aos demais ditos normais, uma vez que todo o ser humano possui um potencial latente e vibrante, basta apenas despertar, incentivar, motivar e porque não dizer treinar, afinal nosso cérebro é capaz de maravilhas que nós mesmos desconhecemos e acostumamos a ouvir ele é deficiente, será mesmo que ele é deficiente ou nós ainda não descobrimos como reprogramar este cérebro perfeito e inacabado que depende de nossos estímulos.

Portanto a Psicopedagogia se faz necessário para que aconteça o processo de inclusão na realidade escolar, pois o psicopedagogo pode orientar os docentes sobre o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada educando, respeitando a singularidade de cada indivíduo, pois cada um tem o seu modo de aprender e seu ritmo próprio. É importante para o processo inclusivo ter um psicopedagogo para que venha assessorar o professor da Educação Básica na resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os seus estudantes, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações.

## REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Código de ética da psicopedagogia**. 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2010.

GUIMARÃES, C. **Sobre a intervenção psicopedagógica clínica e a inclusão**. In: LAMOGLIA, A. (org.) Como ensinar na ausência de pressupostos sobre como aprender? Rio de Janeiro: Unirio, 2009.

LAPLANE, A. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Campinas: Educ. Soc, v. 27, n. 96, out. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença nas escolas: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. Campinas: Revista Educação Especial, v. 23, 2004.

MITLLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, M. A. C. **Psicopedagogia institucional: a instituição em foco**. Curitiba: Ibpex, 2008.

PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2011.

PONTES IAM. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. **Rev. Psicopedagogia** 2010; v.27(84):417-427. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/196/atuacao-psicopedagogica-nocontexto-escolar--manipulacao--nao--contribuicao--sim>>. Acesso em 24 junho, 2020.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

RUBINSTEIN, Edith. **A Especificidade do Diagnóstico Psicopedagógico**. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. 12 edição. Editora Vozes, 2009.

SILVA, D. M. P. **Contribuições do psicopedagogo na inclusão do aluno surdo em sala de aula**. São Paulo, 2008.

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Capítulo 2

**A IMPORTÂNCIA DA  
INTERAÇÃO DO  
PSICOPEDAGOGO NO  
PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM COM  
CRIANÇA AUTISTA**

**Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso  
Elaine Alves da Silva**

## A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇA AUTISTA

*Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso*

*Elaine Alves da Silva*

**RESUMO-** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da atuação psicopedagógica no processo de aprendizagem de crianças com Transtornos Espectro Autista (TEA). Este artigo focará na importância da atuação do psicopedagogo; que não é um explicador e sim um especialista da aprendizagem. Pensar no processo de aprendizagem para crianças com TEA é ter em mente as limitações e potencialidades a serem respeitadas, é valorizar a atuação do psicopedagogo e suas contribuições diante de um diagnóstico preciso, sua inserção no convívio social, familiar e escolar onde ela adquira melhor qualidade de vida e se desenvolva tendo suas individualidades respeitadas. Busca facilitar o convívio da criança autista com a ambiente escolar; sabendo-se que em alguns momentos adquirir conhecimento e a socialização é um ato muito complexo, de difícil aquisição pois cada caso merece atenção individualizada sendo respeitado suas limitações e habilidades. Nesse sentido fica claro que há relevância em realizar um estudo aprofundado sobre a atuação desse profissional e suas contribuições tanto para a escola, como para a família, o autista tem seus direitos respeitados, ele brinca aprendendo, ele descobre que pode com essa ajuda superar barreiras. Sendo assim, a atuação do Psicopedagogo é de muita importância, um profissional que deve ser respeitado e que precisa estar presente na família e na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicopedagogia. Processo de Aprendizagem. Autista.

### INTRODUÇÃO

O autismo é um transtorno do desenvolvimento estudado pela ciência há mais de seis décadas. Além disso, é condição que afeta o desenvolvimento humano de forma global, apresentando um complexo quadro de sintomas que repercute no padrão evolutivo-comportamental. Apesar dos avanços nas pesquisas acerca dos sintomas e tratamento do autismo nos últimos anos, ainda há muito a ser descoberto sobre a etiologia desse transtorno.

Sabemos que para que haja uma superação dos problemas de aprendizagem em autistas é imprescindível um planejamento que inclua atividades diversificadas e individuais propostas pelo psicopedagogo. Sendo, cada pessoa é diferente da outra,

o que não poderia ser distinto nos autistas. Podem ser iguais em algumas características, mas irão aprender cada uma do seu jeito, de forma diferente. Por isso as atividades devem ser individuais. A educação de uma pessoa com autismo não é simples e requer dedicação e comprometimento não apenas do psicopedagogo, mas como dos professores, profissionais da escola e dos pais. A busca se faz com o intuito de inserir esse indivíduo de forma mais independente na sociedade.

No entanto, há necessidade de intervenção multiprofissional, com a participação do neuropediatra, psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo, entre outros. Sendo assim a psicopedagogia uma ciência que se dedica a entender como o sujeito consciente elabora o seu conhecimento e porque em determinados momentos este não se torna sujeito do seu aprender. Compreender a singularidade de cada criança diante do aprender, faz desta ciência um campo de conhecimentos abrangentes e necessários no contexto escolar. Sendo assim, é necessário compreender como alguns autores se apropriam do conceito de aprendizagem na visão psicopedagógica.

É no campo das relações que se estabelecem entre professor e o aluno que se criam às condições para o aprendizado, seja quais forem os objetos de conhecimentos trabalhados. Por isso, é fundamental estabelecer um bom vínculo entre professor-aluno, pois através deste, o processo de ensino-aprendizagem será de maneira significativa para o aluno, permitindo que ele sinta desejo em aprender. Para a criança autista estabelecer o vínculo com alguém é um dos princípios metodológicos que a partir da confiança estabelecida com o outro este poderá quebrar a barreira com o mundo do objeto, interagindo com este.

A questão norteadora: Como o psicopedagógico pode interagir no processo de aprendizagem com criança autista? No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

Esta pesquisa é bibliográfica, sendo o instrumento de pesquisa elaborado através de livros e artigos para levantamento da situação em questão, fundamentação teórica e justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. A partir das ideias propostas pelos livros de autores renomados, foi realizado uma, análise quanto a utilização do levantamento descritivo sobre a importância da mediação e orientação



aos pais, professores, alunos e toda equipe pedagógica favorecendo o no Processo de Aprendizagem de Crianças com Autismo.

## DESENVOLVIMENTO

O termo autismo origina-se da palavra grega “autos” que significa “próprio” ou “de si mesmo”, portanto, autismo é uma forma particular de se situar no mundo e, portanto, de construir uma realidade para si mesmo.

As áreas de investigação científica sobre as causas do autismo são fisiológicas. Existem várias hipóteses sobre essas investigações. As principais são: Afecção em áreas do cérebro, disfunções genéticas, consequências dos metais pesados no interior do organismo, intolerâncias alimentares assintomáticas.

Segundo Cunha (2015, p.20) “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas.”

De acordo com Menezes (2012), várias nomenclaturas foram usadas para definir o autismo, entre elas, as mais comuns utilizadas pelo DSM IV são:

Autismo clássico: pessoas que apresentam a grande maioria ou a totalidade das áreas do desenvolvimento afetadas de forma significativa; Autismo de alto funcionamento: pessoas que apresentam as características do autismo, no entanto com capacidade de memorização notadamente acima da média [...]; Transtorno do espectro autista (TEA): termo utilizado para se referir a pessoas que apresentam diferentes variações de autismo, com um leque de gravidade no conjunto de sintomas [...]; Autismo infantil: crianças que apresentam inaptidão para estabelecer relações normais com o outro, atraso na aquisição da linguagem sem valor comunicativo [...]; Transtornos invasivos do desenvolvimento: pessoas com autismo, e também transtornos desintegrativos, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger. (MENEZES, 2012, p.39)

O Transtorno Autista seja considerado uma desordem que pode envolver comprometimentos de ordem neurológica, não há ainda um único tipo de exame ou procedimento médico que confirme isoladamente o seu diagnóstico. Por isso, é necessário realizar uma série de exames, avaliações e análises com fins de compilar um número suficiente de informações que permita esboçar mais seguramente este quadro clínico.

A criança com autismo mesmo apresentando todas essas dificuldades poderá e deverá ter uma vida normal na medida de como acontecem as intervenções, respeitando sempre cada realidade de vida para isso o auxílio da família e da sociedade faz se de extrema importância.

Segundo Brasil (2011, p.03), “A Organização das Nações Unidas (ONU) cerca de 70 milhões de pessoas no mundo são autistas.” e no Brasil são 2 milhões de pessoas que possuem a síndrome e necessitam de tratamento e de diagnósticos precisos. O transtorno é visto geralmente nos três primeiros anos, pois não acontecem como deveriam as conexões necessárias nessa fase da vida. Quando ocorrem o diagnóstico nas fases da adolescência e na fase adulta é observado os sintomas e grau de comprometimento unindo a superação das dificuldades e as intervenções que aconteceram no decorrer da vida desse indivíduo.

A inclusão de portadores de autismo é uma inovação, cujo movimento tem um aspecto muito polêmico nos meios educacionais e sociais, contudo, inserir alunos autistas de qualquer grau, no ensino, é garantir o direito de todos os cidadãos brasileiros à educação. Atualmente, a presença de alunos autistas, em uma sala de aula comum, é uma situação rara nas escolas, entretanto, as probabilidades de se alcançar progressos significativos desses alunos na educação por meio da acomodação das práticas pedagógicas à diversidade dos alunos é muito representativa (CAMPOS, 2003).

Nesse sentido, a educação inclusiva tem como objetivo garantir uma proposta possível para tornar a educação acessível à todas as pessoas, ou seja, refere-se à aceitação da escola e à participação de todos, embora tenha, como prioridade, a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no contexto social.

O psicopedagogo diante desta relação de vínculo que deverá ser estabelecida poderá atuar com um mediador entre professor e aluno, aluno e aluno. Cabe a este profissional ter um olhar humano para que de uma forma singular possa clarificar as relações para o professor de quanto é importante nestes primeiros contatos apresentar uma rotina segura, de confiança para que esta criança sinta-se confiante e se entregue para o aprender (CAMPOS, 2003).

O autismo possui diferentes características fundamentais que se manifestam em meninos e meninas, sendo o maior número em meninos, e essas características podem estar em conjunto ou isoladas, como: dificuldades de comunicação no uso da linguagem, a falta de socialização e o comportamento repetitivo com estereotípias com

movimentos como mexer-se para frente e para trás, bater nas orelhas, movimentar os braços entre outros.

Analisando a classificação do transtorno observa-se tipos complexos e sintomas que se tornam diferentes em variações perpassando pelo autismo clássico, onde o grau dos sintomas podem variar desde a falta do contato visual, dificuldade em compreender o mundo, levar tudo ao pé da letra, não decodificar metáforas, sem contato visual.

Ensinar e aprender são processos interligados. Não podemos pensar em um, sem estar em relação ao outro. Segundo Fernandez (2001, p.29), entre o ensinante e o aprendente, abre-se um campo de diferenças onde se situa o prazer de aprender. Ensinantes são os pais, os irmãos, os tios, os avós e demais integrantes da família, como também, os professores e companheiros da escola.

A presença de um psicopedagogo no ambiente escolar vem a trazer benefícios não apenas para os alunos, mas para a instituição e para os pais que são parte importante desse processo de aprendizado.

A Psicopedagogia tem como finalidade se ocupar da aprendizagem humana, cabe ao profissional identificar e tratar as dificuldades na aprendizagem, proporcionando e oferecendo recursos diferenciados para que o sujeito alcance a aprendizagem.

A atividade psicopedagógica tem como objetivos: a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social; b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem; c) realizar pesquisas científicas no campo da psicopedagogia; d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem (BRASIL, 2011, s/p).

A intervenção psicopedagógica é de suma importância, pois visará em sua avaliação profissional perceber quais são os estímulos que melhor se adaptam ao educando, estas serão suas ferramentas para desempenhar reforços que contribuam para sanar os pontos de insucesso.

Para Bossa (1994), a prática psicopedagógica deve considerar o sujeito como um ser global, composto pelos aspectos orgânico, cognitivo, afetivo, social e pedagógico. Por isso, devemos valorizar cada indivíduo como ele é considerando suas habilidades e respeitando suas limitações. Respeitar os limites de cada sujeito é uma das formas que o psicopedagogo na sua atuação diante da criança autista. Reconhecer esse sujeito como um ser que estabelece seus vínculos com o mundo de uma forma restrita, mas que apesar desta inserção é capaz de desenvolver habilidade

e competência no mundo do conhecimento. A forma como esse sujeito se comunica com o mundo não pode é não deve ser a marca do não aprender, mas a evidencia de que todos podem construir conhecimento, onde a primeira atitude deve ser de quebra das barreiras, para adentrar neste mundo tão singular do autista.

Para Bossa o psicopedagogo deve atuar:

No primeiro nível o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem”. Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e orientação de professores, além de fazer aconselhamento aos pais. No segundo nível o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagens já instalados. Para tanto cria-se plano diagnóstico da realidade institucional, e elaboram-se planos de intervenção baseados nesses diagnósticos a partir do qual se procura avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos. No terceiro nível o objetivo é eliminar transtornos já instalados em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros. (BOSSA, 2007, p. 25)

É importante ressaltar a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem, e que este estudo muito tem contribuído para explicar a causa das dificuldades de aprendizagem. Esta tem como objetivo central de estudo o processo humano do conhecimento: seus padrões evolutivos normais e patologias bem como a influência (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento (MITTLER, 2003).

De acordo com Visca,

A psicopedagogia nasceu como uma ocupação empírica pela necessidade de atender as crianças com dificuldades na aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela medicina e pela psicologia. Com o decorrer do tempo o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios (VISCA, 1987, p. 33).

Por isso, o campo da psicopedagogia tem duas áreas muito distintas uma sendo preventiva, onde psicopedagogo pode atuar nas escolas através de assessoria pedagógica. Também pode atuar em cursos de formação de professores, esclarecendo sobre o processo evolutivo das áreas ligadas á aprendizagem escolar (perceptiva motora, de linguagem, cognitiva, emocional), auxiliando na organização de condições de aprendizagem de forma integrada e de acordo com as capacidades dos alunos. E a outra de caráter curativo, é dirigida as crianças, adolescentes e adultos com distúrbios de aprendizagem.

Apesar da, psicopedagogia estar atuando á alguns anos ela ainda é vista como desnecessária e pouco valorizada por parte de algumas escolas, famílias e

terapeutas. O desconhecimento acerca da atuação do Psicopedagogo impede a oportunidade de aperfeiçoar a aprendizagem, através do estímulo, descoberta de potencialidades, reabilitação cognitiva, socialização, treino comportamental através do lúdico, o que garante um avanço extraordinário no desenvolvimento do aprendiz e, conseqüentemente, no rendimento escolar. As escolas enfrentam um grande desafio: lidar com as dificuldades de aprendizagem e ao mesmo tempo traçar uma proposta de intervenção capaz de contribuir para a superação dos problemas de aprendizagem dos alunos (CAMPOS, 2003).

A psicopedagogia é voltada para aprendizagem humana, como nos diz Bossa:

A psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda - o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia – e evoluiu devido a existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprender, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e a preveni-las. (BOSSA, 2007, p. 24).

Portanto a psicopedagogia não lida diretamente com o problema, mas sim com as pessoas envolvidas. Lida com as crianças, com os familiares e com os professores, levando em conta os aspectos sociais, culturais, econômicos e psicológicos. Nesse caso, o psicopedagogo procura avaliar a situação da forma mais eficiente e proveitosa. Em sua avaliação, no encontro inicial com o aprendiz e seus familiares, que é um recurso importantíssimo, utiliza a chamada “escuta psicopedagógica,” que o auxiliará a captar através do jogo, do desenho, elementos que possam explicar a causa do não aprender.

É um trabalho que exige grandes desafios e pesquisas para que este tenha condições de planejar uma intervenção que venha atingir as necessidades e os aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais. Compete ao psicopedagogo identificar e atuar nas causas que promovem o insucesso, orientando os profissionais envolvidos e tornando a vida dessa criança mais saudável. O importante é valorizar todo o conhecimento que essa criança traz do seu mundo, considerando suas



experiências, aprendendo com ela, respeitando suas limitações e favorecendo uma relação de confiança e prazer.

O papel do psicopedagogo diante de um quadro de inclusão escolar é de suma importância; pois será ele o intermediário de facilitações e possibilidades de aprendizagens. Ao se pensar na educação de crianças com TEA é preciso ter conhecimentos prévios sobre o transtorno e sobre o padrão normal das demais crianças. Requer a primazia da observação para atingir o verdadeiro caminho do saber, selecionar estímulos que tornem receptiva a prática usada, saber enriquecer o aprendizado, abordar as características da ação psicopedagógica (BOSSA, 2007).

O papel do psicopedagogo vem de ser o auxiliador com um olhar sistêmico, para tentar enxergar ao máximo sua capacidade cognitiva de aprendizado e tornar o currículo funcional para que seja desenvolvida a autonomia do aluno com TEA. Através do psicopedagogo se fará a eliminação de barreiras e criação de estratégias que muitas vezes são simples, mas que fazem parte da estratégia de ensino utilizada pelo professor regente e que irá possibilitar um currículo que atenda esse aluno.

O trabalho da psicopedagogia não consiste em aplicar somente teorias, em se fazer aprender as teorias, mas sim possibilitar novas formas de aprender, observando o educando, buscando meios para que se compreenda. A psicopedagogia não se prende nas dificuldades desse educando, mas sim, em estar procurando alternativas de ensinar sobrepondo as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelo mesmo. (CUNHA, 2015)

O Psicopedagogo deve investigar, intervir e ter a sensibilidade nas causas que limitam o aprendizado, atuar na orientação dos familiares quanto as suas posturas e trocar com todos os profissionais envolvidos com a criança visando proporcionar um ambiente favorável e respeitando suas limitações ao aprendizado. Existem pessoas que afirmam que crianças com TEA não aprendem e não ensinam, mas isto é mito, deve-se levar em consideração a bagagem que eles trazem. Cabe ao Psicopedagogo intermediar o relacionamento entre ensinante e aprendente na construção de um vínculo prazeroso e saudável (BOSSA, 2007).

O universo autista é complexo, mas atender e planejar uma ação adaptativa para o autista requer do psicopedagogo não apenas preencher uma lacuna na tentativa de compreender este universo, mas sim, criar pontes para que pessoas com transtorno do espectro autista o seja reconhecida como indivíduo especial, mas como

cidadão que assim somos todos nós temos nossas singularidades e complexidades e que merecem se respeitadas.

O ato de ensinar exige uma série de habilidades e competências do educador, para que este consiga articular fatores individuais, sociais, internos, individuais, externos que influenciam o tempo todo o aluno.

Segundo Bastos (2005, apud RIVIERI, 1997, p. 128) o atendimento psicopedagógico deve considerar os seguintes aspectos:

Promover o bem-estar emocional da pessoa autista, diminuindo suas experiências negativas de medo, ansiedade, frustração, incrementando possibilidades de emoções positivas de serenidade, alegria e auto-estima. • Promover a autonomia pessoal e as competências de auto-cuidado, diminuindo assim sua dependência de outras pessoas. • Aumentar suas possibilidades de comunicação, autoconsciência e controle do próprio comportamento. • Desenvolver habilidades cognitivas e de atenção, que permitam uma relação mais rica com o seu meio ambiente. • Aumentar a liberdade, espontaneidade e flexibilidade de suas ações, assim que estiver preparado. • Aumentar sua capacidade de assimilar e compreender as interações com outras pessoas, assim como sua capacidade de interpretar as intenções dos demais. • Desenvolver técnicas de aprendizagem, baseadas na imitação, aprendizagem de observação. • Diminuir aquelas condutas que trazem sofrimento para o próprio sujeito e para os que o rodeiam como as auto-agressões, ações destrutivas. • Desenvolver suas competências comunicativas.

O atendimento psicopedagógico é fundamental, tanto para criança com autismo, como para sua família. Ele pode contribuir para resgatar a autoestima e a confiança da família, além de ajudar criança com autismo a ir se desenvolvendo e encontrando meios para se tornar cada vez mais independente e ter autonomia.

A educação inclusiva exige a adoção de práticas diferenciadas, não sendo concebidas práticas que se pautem pela homogeneidade e que considerem uma única forma de aprender. Deve-se ainda no processo educacional que as práticas pedagógicas não se limitem apenas a concepção da patologia, mas se volte para o indivíduo, deve se apoiar nas necessidades desses alunos.

O papel do psicopedagogo diante do diagnóstico de autismo é de tentar preparar ou remediar a falta de conhecimento familiar e educacional e contribuir na aquisição da aprendizagem, no desenvolvimento da autoestima e na formação da personalidade humana. Ajudando a criança autista a se sentir pertencente e inserida no contexto escolar, integrada na família e na sociedade; o psicopedagogo, por sua

vez, sentirá que seu trabalho de intervenção será mais produtivo causando assim o seu próprio bem estar.

O psicopedagogo é um profissional indispensável, altamente relevante na atuação da vida da criança com TEA. Se pensarmos sem a participação desse profissional, provavelmente estaremos bloqueando a possibilidade de essas crianças terem assegurado um processo de aprendizagem mais significativo e lúdico, sua socialização mais fidedigna, seu desempenho cognitivo reabilitado e a descoberta de seus estímulos assegurada com resultados extraordinários; ou seja, perde-se a qualidade do atendimento multidisciplinar e a oportunidade de otimizar todo processo da aprendizagem e do desenvolvimento desse indivíduo.

Por ser um profissional de investigação na relação da criança com a aprendizagem e suas dificuldades, ele identifica e atua nas causas que promovem esse insucesso, orientando os profissionais envolvidos com a criança e seus familiares, tornando a vida dessa criança mais saudável. O importante é valorizar todo o conhecimento que essa criança traz do seu mundo, considerando suas experiências, aprendendo com ela, respeitando suas limitações e favorecendo uma relação de confiança e prazer.

## **CONCLUSÃO**

A partir da abordagem desta pesquisa pode-se afirmar a importância da atuação psicopedagógica no processo de aprendizagem de crianças com Autismo, o quão é importante e complexa a figura do psicopedagogo, pois ele tem essa grande responsabilidade em tentar entender o ser humano. Entender o ser humano perpassa pelo sentimento de cumplicidade com a criança autista, com o seu mundo singular. Cumplicidade esta do psicopedagogo não só com a criança, mas com a sua trajetória dentro do contexto escolar, ressignificando este no mundo acadêmico como um sujeito capaz de desenvolver-se. As atribuições do psicopedagogo também se constituem na interação com a família, dirigindo os passos deste com essa criança. Finalizamos o artigo acreditando que todos nós temos que se colocar no lugar do outro, para entendermos e por fim tirarmos uma conclusão do que possa vir a ser.

Desta forma deve-se ter a clareza de que o profissional que irá atuar na educação inclusiva, deverá então possuir uma formação permanente através da

formação continuada em atividades de pesquisa, grupos de estudo entre outros meios de formação. No entanto, não basta apenas o professor ter formação, faz-se necessário que a escola esteja disposta a vencer as barreiras impostas, por ela mesma. A educação inclusiva, haja vista que toda comunidade escolar deverá estar empenhada e aberta às mudanças que proporcionem o avanço no processo.

Diante disso, o psicopedagogo ocupa um papel extremamente importante, pois por meio de técnicas e métodos próprios, ele possibilita uma intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais, juntamente com toda equipe escolar. Por isso o quão é importante esse trabalho, porque ele consegue mediar esse processo, oferecendo um suporte para os professores e contribuindo no desenvolvimento desses educandos e quando necessário ele faz o encaminhamento para profissionais de outras área.

Para que haja uma inclusão escolar visando a aprendizagem de crianças com autismo, o psicopedagogo precisa orientar os professores e toda a equipe escolar a trabalhar com essas crianças. É de suma importância que se use instruções claras, diretas e simples para cada tarefa orientada; ensinar comportamentos e obediência e regras; usar estímulos visuais facilitando o aprendizado; estimular a autonomia e a independência; utilizar de reforço positivo elogiando e parabenizando a cada comportamento correto ou acerto em atividades. Todavia, os reforços podem ser sociais, com uso de atividades e ou brinquedos.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, A.M.B.P. **A psicopedagogia aplicada aos portadores de T.I.D.** IN: CAMARGO JR, Walter. (coord.). Transtornos invasivos do desenvolvimento. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

BOSSA, Nadia. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.* Porto Alegre: Artmed, 2007.

\_\_\_\_\_. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

BRASIL. **Código de ética da psicopedagogia.** 2011.

CAMPOS, Maria Celia Rabello Malta. **Psicopedagogia um portal para inserção social.** São Paulo, Editora Vozes, 2003.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os Idiomas do Aprendiz: Análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão Escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende**. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.



**Capítulo 3**

**A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso  
Elaine Alves da Silva**

## A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso*

*Elaine Alves da Silva*

### RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo compreender a importância da arte vinculada ao ensinar e ao aprender, na educação infantil as contribuições das artes para a vida, para o aprendizado e para a socialização do aluno, assim como, a influência da arte na formação intelectual e humana da criança. Partindo desta concepção esta pesquisa tem como tema/título: O Ensino da Arte na Educação Infantil: Reflexões Sobre Estética. Portanto é necessário buscar uma maior atualização, aprofundando-se em conhecimentos teóricos e práticos que cercam essa investigação, a qual tem como problema: reflexões sobre quais as possíveis contribuições do ensino da arte na educação infantil? O ensino da arte permite ir além do que está dado, aprender os elementos visuais do mundo de forma mais crítica e contextualizada. A arte pode ser concebida de diferentes formas de acordo com cada cultura e visão de homem. O desenvolvimento emocional está intimamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem de cada indivíduo. Pode-se definir pesquisa bibliográfica como a busca por informações ou como uma seleção de documentos que condizem ou se relacionam com o problema do trabalho de pesquisa.

**Palavras-chave:** Arte. Processo de Aprendizagem. Educação Infantil.

### INTRODUÇÃO

Ao pensar em arte na educação não podemos deixar de pensá-la como um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento criador individual e coletivo. Partindo desta concepção esta pesquisa tem como tema/título: O Ensino da Arte na Educação Infantil: Reflexões Sobre Estética. Portanto é necessário buscar uma maior atualização, aprofundando-se em conhecimentos teóricos e práticos que cercam essa investigação, a qual tem como problema: reflexões sobre quais as possíveis contribuições do ensino da arte na educação infantil?

O ensino da arte permite ir além do que está dado, aprender os elementos visuais do mundo de forma mais crítica e contextualizada. A arte pode ser concebida de diferentes formas de acordo com cada cultura e visão de homem. O

desenvolvimento emocional está intimamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem de cada indivíduo.

A arte tem função educativa quando leva a criança a apreciar a beleza do mundo, como também promove a confiança em suas próprias habilidades, desperta o diálogo entre a família, o que contribui grandemente para um bom convívio familiar. Possibilita elaborar, estruturar e compreender ideias. Essa visão pedagógica abre espaço para um processo de ensino aprendizagem que valoriza a prática de um ensino dinâmico, alegre e moderno. Cada sujeito possui pontos cognitivos e afetivos que evoluem para o crescimento harmonioso, filosófico, artístico e científico por meio de ações culturais.

Diante de tais considerações, buscou-se levantar, neste estudo, a importância da arte vinculada ao ensinar e ao aprender, na educação infantil as contribuições das artes para a vida, para o aprendizado e para a socialização do aluno, assim como, a influência da arte na formação intelectual e humana da criança.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL E A ARTE**

O termo Arte vem se modificando ao longo do tempo. É através de formas perceptíveis e prazerosas que pode compreender a Arte, pois esse conjunto de sensações possibilita maior interação sociocultural, introduzindo novos comportamentos, novas relações e ideias dentro da sociedade. A investigação sobre a importância da arte na educação contribui na reconstituição do homem em suas três dimensões: ética, estética e epistêmica, dando ao ser humano um sentido mais pleno em sua existência. Através da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, /71 tornou obrigatório o ensino da Educação Artística na Educação Básica, de acordo com a nomenclatura da própria lei, no primeiro e segundo grau de ensino.

Arte é uma maneira de viajar, um sistema de conhecimento de mundo, seja ela através da leitura da palavra ou da leitura visual. Estudar arte desde as séries iniciais é possibilitar que os estudantes tenham acesso às diversidades artísticas, pois a arte como diz Lukács (apud FREDERICO, 2013) é o modo de expressão mais alto da autoconsciência da humanidade. Oferecer esse ensino é a mesma coisa que formar cidadãos conhecedores da história humana.

A Arte vai além de um momento de entretenimento, de inventar e de brincar. Ela, em seu conteúdo, oferece condições necessárias para entendermos e

conhecermos o contexto histórico em que estamos inseridos, fazendo-nos perceber a realidade que nos cerca com outros olhos.

Assim, a cada dia deixaremos de ser seres condicionados, alienados, fetichizados e passaremos a ser seres autônomos, conhecedores da história, da realidade, seres críticos capazes de intervir na sociedade, em busca de condições igualitárias. A Arte oferece todas as condições necessárias para entendermos a história da humanidade, por isso, ela deve ser uma das disciplinas necessárias que compõem o currículo da Educação.

Para o PCN a arte tem tanta importância como as outras disciplinas, ela está relacionada com as demais áreas e tem suas especificidades. Através da arte o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação quando realiza formas, quando aprecia sua obra ou a dos seus colegas. Essa área também ajuda ao aluno relacionar-se com outras disciplinas do currículo, “Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático.” (PCN-Arte, 1997, pag.19)

Os fenômenos da natureza, o ciclo das estações, os astros no céu entre outras foram organizados e classificados pelo ser humano, para que se pudesse ter uma compreensão do seu lugar no universo. A arte e a ciência são respostas dessas necessidades mediante a construção de objetos de conhecimento, de acordo com o PCN:

Tanto a ciência quanto a arte, respondem a essa necessidade mediante a construção de objetos de conhecimento que, juntamente com as relações sociais, políticas e econômicas, sistemas filosóficos e éticos, formam o conjunto de manifestações simbólicas de uma determinada cultura. Ciência e arte são, assim, produtos que expressam as representações imaginárias das distintas culturas, que se renovam através dos tempos, construindo o percurso da história humana. (PCN- Arte, 1997, pag.26)

O PCN em arte tem como pressuposto deixar claro algumas seleções e a ordenação de conteúdos, que auxiliam na formação de conteúdos em artes visuais, dança, teatro e música, que possam auxiliar na produção artística e estética do aluno, do iniciante.

De acordo com Pillotto:

É interessante observar que esse Caderno, embora tenha uma fundamentação teórica voltada às concepções do ensino da arte modernista, na sua essência é muito mais tecnicista no que diz respeito aos exercícios repetitivos, mecânicos e sem a preocupação com a reflexão dos conceitos. (PILLOTTO 2000, p. 61)

A arte na educação infantil nesta década ainda buscava uma consistência teórica, conceitual e metodológica. A partir de 2000 as discussões reflexivas sobre a arte na educação infantil ganham novos espaços na literatura, nas propostas curriculares e especialmente na pesquisa. O objetivo é avaliar reflexivamente as ações dos programas de educação continuada para profissionais da educação, no intuito de perceber os aspectos frágeis com relação a arte no contexto escolar, diagnosticando a realidade para construir coletivamente novas proposições.

A apreciação, ou fruição de obras de arte, é uma das principais e inovadoras metas do ensino de arte enquanto produto pessoal e cultural. Por isso a importância de se trabalhar essa atividade desde cedo com as crianças pequenas, para que elas possam ter a experiência de vivenciar, em frente a um quadro ou a uma escultura, a experiência da beleza e da estética, assim como apreendam o mundo de maneira total, sem a mediação da linguagem ou de outros; sentir o objeto é não pensar nele, pois sua função é exprimir sentimentos. A obra de arte é aberta para que a observemos e vivenciemos segundo nossos sentimentos, peculiaridades e realidade.

Educação em arte é ter conhecimento de suas múltiplas linguagens, seus procedimentos e técnicas. Porém, as atividades precisam ser planejadas a partir de fundamentação artística, de modo que instiguem os estudantes a realizar comparações, seja entre suas próprias produções ou de alguma obra apresentada pelo educador. Essa análise comparativa pode ser despertada a partir de intermédio de conversa, leitura de livros ou leituras visuais. Com isso, os pequenos poderão observar as características da obra, realizar questionamentos, expor opiniões e críticas sobre o objeto analisado.

## **ANALISES E DISCURSSÃO**

O professor deve atentar para que sua participação venha a respeitar os modos de aprendizagem individuais, considerando as peculiaridades de seus alunos e reconhecer que a formação em Arte, inclui tanto saberes universais como aqueles que se relacionam ao cotidiano do aluno. Com isso, podemos dizer que é o professor quem promove o fazer artístico, a leitura dos objetos estéticos e a reflexão sobre a Arte. Esse processo deve ter início bem cedo, com as crianças ainda pequenas, onde as mesmas podem observar todos os sons e imagens que os cercam, convivendo com as atitudes dos adultos, suas crenças, costumes e culturas.



O papel do aluno diante do conhecimento artístico deve ir mais além de apenas contemplar a Arte. As criações que surgem em sala de aula têm grande importância, uma vez que se referem ao universo do aluno. Desta forma, a atuação do professor deve estar voltada para o planejamento do tempo, a organização do espaço e a atenção aos processos de comunicação, tanto entre professor e aluno como entre os colegas de classe (FLEURI, 1997)

A importância do contato com a Arte desde cedo na vida do indivíduo é, assim, defendida por Ferraz (1993) quando ressalta que o ensino de Arte na escola deve receber uma atenção especial desde o oferecimento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, partindo da explicitação do que se seja Arte e do simples fato de sua presença nestas etapas de ensino.

Quando falamos em Arte, logo nos vem a mente a indagação do que vem a ser Arte, que concepção temos presente em nossas mentes. O trecho abaixo corresponde à interpretação dada por Santos (2006) de que:

A arte é um bem mundial considerado patrimônio cultural da humanidade, pois, através da comunicação e expressão plástica, musical, dramática e literária, o homem deixou a sua história registrada através dos tempos. A arte também é uma linguagem e, como tal, tem uma simbologia própria. Esta linguagem simbólica comunica significados a respeito do mundo. São representações materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ao decodificar e entender esta linguagem pode-se compreender o modo de vida, o sistema de valores, as tradições e crenças de um povo (Santos 2006, p. 7).

Santos (2006) destaca a importância da Arte como um bem universal que tem como fundamento comunicar e expressar de forma objetiva toda uma história social, uma ferramenta comunicativa, portanto, no sentido de fazer conhecer um dado histórico e cultural que foi moldado por uma cultura específica. Assim, podemos dizer que a Arte expressa por meio dos tipos de produção artística as categorias produtivas humanas que foram consubstanciando-se no decorrer do processo da formação histórica e cultural do ser humano.

O reconhecimento da Arte como elemento fundamental para o indivíduo conhecer a realidade e agir sobre ela também perpassa a obra de Barbosa (2009), que afirma que a Arte vem sendo utilizada por muitas Organizações não governamentais (ONGs) brasileiras na educação de pessoas de regiões periféricas dos grandes centros, excluídos culturalmente das atividades artísticas pela sociedade, de modo que estas manifestações da Arte nas comunidades ajudam a "(...) recuperar

o que há de humano no ser humano” diante dos reflexos negativos da desigualdade no país (Barbosa 2009, p. 21).

Assim, a Arte possui uma linguagem única que aguça nosso sentido por ser repleta de significados transmitidos apenas em sua própria linguagem e em nenhuma outra.

Por meio da arte, é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada (BARBOSA, 2009, p. 21).

Logo, a Arte é uma ferramenta que desenvolve as capacidades psíquicas humanas, dentre as quais Perceber é uma dessas capacidades que se aperfeiçoa quando o indivíduo entra em contato com a Arte. A percepção é possível porque o ser humano tem essa capacidade de observar com detalhes minuciosos e captar os significados que estão impressos ou que levam as marcas do ser humano na Arte.

A percepção capacita ao ser humano, então, a realizar um processo de descoberta das significações por meio da análise. Num sentido de totalidade, o ser humano, depois de apropriar-se das significações históricas, pode, por sua capacidade crítica e reflexiva, desenvolver novas significações que ajudem a mudar a realidade e, nesse sentido, “a Arte tem enorme importância na mediação entre os seres humanos e o mundo, apontando um papel de destaque para a arte/educação: ser a mediação entre a arte e o público” (BARBOSA, 2009, p. 13).

Assim, Barbosa (1978) deixa claro que o objetivo da Arte nesse período é o da instrução e do conhecimento. Teoria e prática juntas para estabelecer ordem e progresso em todas as estruturas do novo país em formação, de modo que a Arte estava ligada estritamente à constituição de uma nova sociedade num mundo que começava a ser descoberto. Logo, a Arte oferece subsistência, comodidade e estabelece novos processos civilizatórios, possuindo função ideológica nesse período visando modernizar todos os setores da nova sociedade brasileira.

A preocupação em se trabalhar a Arte de forma a contemplar as diferenças culturais fica cada vez mais evidente, pois, “entre outros princípios, a concepção de ensino de Arte como conhecimento está baseada no interculturalismo, na interdisciplinaridade e na aprendizagem dos conhecimentos artísticos a partir da interrelação entre o fazer, o ler e o contextualizar arte” (SILVA, 2007, p. 13), respeito

à diversidade cultural que, de acordo com Ana Mae Barbosa, destaca-se na arte-educação pós-moderna.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (BRASIL, 1997, p. 19).

Assim, o PCNs Arte ressalta a importância desta área no ensino por estimular a criação do aluno, o que levará ao desenvolvimento de habilidades em outras áreas de conhecimento tais como na produção textual, na resolução de problemas, etc. Aponta também para a riqueza de se conhecer diferentes culturas por meio da Arte e de como esta experiência pode tornar o aluno um ser mais capaz de analisar seus próprios valores abrindo-se para os valores de outros grupos. Conhecer a Arte de outras culturas propicia, portanto, o conhecimento de significados e valores que conduzem as relações das pessoas nas diversas sociedades (BRASIL, 1997).

A Arte como manifestação espontânea da livre expressão, da supervalorização da livre criação da criança tomou forma num espontaneísmo exagerado que levou a uma prática docente carente de intervenções e sustentada pela crença no desenvolvimento biológico da criança, até que surge um novo olhar para o ensino de Arte no Brasil que é o que parte da concepção de que “o desenvolvimento artístico é resultado de formas complexas de aprendizagem e, portanto, não ocorre automaticamente à medida que a criança cresce” (BRASIL, 1998, v.3, p. 81).

Ao tratar dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil o documento explicita de forma bastante detalhada quais seriam tais parâmetros, contudo, como pretendemos analisar o trabalho com Arte nesta etapa da Educação Básica, vamos nos ater apenas às ideias centrais que possam estar mais diretamente ligadas a esta área de ensino.

De acordo com o texto, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil “contemplam princípios éticos, políticos e estéticos”: Contemplam os princípios estéticos no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2006, p. 31).

Nota-se uma valorização pelo desenvolvimento de atividades voltadas à criação artística e o reconhecimento desta área de ensino para a elaboração do valor estético, da sensibilidade e ludicidade, como no excerto a seguir (BRASIL, 2006, p. 40):

(...) organizam atividades nas quais bebês e crianças desenvolvam a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão em suas múltiplas linguagens (linguagem dos gestos, do corpo, plástica, verbal, musical, escrita, virtual).

Assim, a Educação Infantil e as escolas formais, segundo os documentos analisados, oferecem a oportunidade de conhecer e apreender as distintas linguagens artísticas em suas variadas formas de expressão. Este tipo de conhecimento pela Arte contribui, portanto, para que o ser humano alcance competências complexas relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de abstração, da construção de um conhecimento crítico e reflexivo e da apropriação dos valores culturais.

Valorizamos os documentos oficiais sobre Arte pelo fato de nos mostrarem o contexto histórico em que foram produzidos, as suas preocupações e os objetivos que as sociedades queriam atingir com a inserção da Arte nas instituições de ensino e nas próprias comunidades de cada época. Assim, analisando a partir de uma perspectiva dialética, entendemos que as contradições internas que se desenvolviam nas sociedades adquiriram a força para buscar sempre superar o velho pela incorporação do dado externo novo que surgia em cada sociedade.

Vygotsky (2008) analisou de forma crítica e conceitual as correntes teóricas da Arte da época, confrontando especificamente a teoria da Arte e a crítica da Arte. Ao criticar as correntes teóricas da Arte conseguiu identificar as limitações e os problemas do conhecimento dessas correntes teóricas porque fragmentavam o objeto e o conhecimento objetivo da Arte. Desta forma, para Vygostky o objetivo da Arte não deve ser o produto ideológico nem o seu processo de formação ideológica fundamentado na perspectiva da sociologia da Arte, que possuía como método o próprio marxismo.

A arte na educação tem o papel de garantir uma aprendizagem buscando acompanhar o desenvolvimento natural do indivíduo, não apenas no que se refere aos aspectos intelectuais, mas envolvendo, também, os sociais, perceptivos, físicos, emocionais e psicológicos. A educação consiste, ainda, em “[...] diferentes métodos de ensino para desenvolver de forma livre e flexível, a sensibilidade e a

conscientização de todos os sentidos (ver, sentir, ouvir, cheirar, provar), realizando assim uma interação do sujeito” (FERRAZ e FUSARI, 1992, p.37).

Da mesma forma, pela Arte como ferramenta humana, o homem criou e continua criando nos dias de hoje diferentes maneiras de expressar suas emoções e sua compreensão da realidade. Estas criações artísticas fazem parte da produção cultural da humanidade e apresentam-se em diferentes períodos de formas e conteúdos distintos, basta vermos as pinturas rupestres, primeiras manifestações artísticas dos homens e utilizadas como forma de registro da história social dos povos das cavernas e de suas emoções, crenças e medos, o mesmo com relação à Arte contemporânea, expressão dos sentimentos e das vivências humanas mais livres e atuais.

Vygotsky (2008) vê na Arte a soma de todas as manifestações do processo de desenvolvimento humano, tais como: os sentimentos, as emoções e as experiências acumuladas e vivenciadas ao longo dessa formação humana. É importante ressaltar que a sua preocupação com a Arte não está fundamentada numa questão moral, mas sim em uma questão social e cognitiva, de forma que a Arte não tem como objetivo relacionar as emoções estéticas com as variadas formas de comportamento moral.

FERREIRA (2008) diz que é importante lembrar que a atividade artística na escola não é para “acalmar” as crianças ou “descansar” o professor, ou simplesmente ser uma atividade complementar, deve se estimular sendo na educação infantil na formação das crianças e seu desenvolvimento uma vez que nessa faixa etária é onde a curiosidade da criança é maior.

De acordo com VYGOSTKY (1998) o ensino das artes pressupõe ampla criação espontânea dos alunos nas diversas linguagens artísticas e isso requer do professor uma intervenção pedagógica muito precisa, no sentido de promover uma atividade mental superior na perspectiva do desenvolvimento cultural por parte do estudante.

A Arte na Educação Infantil deve, portanto, ser um espaço mediado intencionalmente pelos docentes e que cause uma aproximação das crianças com a produção cultural da humanidade.

A arte-educação propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana. Ou seja, o educando desenvolve sua sensibilidade, percepção



e imaginação tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas.

Conhecendo a arte de outras culturas, a criança poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir, podendo criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio, além de favorecer abertura à riqueza e diversidade da imaginação humana. Por outro lado, a criança torna-se capaz de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo objetos e formas que estão a sua volta e podendo criar condições para uma qualidade de vida melhor. A arte solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão significativa das questões sociais. E essa forma de comunicação é rápida e eficaz, na medida em que atinge o interlocutor por meio de uma síntese ausente na explicação dos fatos. Ela está presente na sociedade em profissões que são exercidas nos mais diferentes ramos de atividades, fazendo parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos.

Assim, uma condição fundamental para se aprender é a consciência de que a arte ensina que criar e conhecer são totalmente indissociáveis. O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapando-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos a sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas dos gestos e luzes que buscam o sentido da vista. A arte é uma forma de propiciar o desenvolvimento da realização efetiva do processo de ensino-aprendizagem.

A arte vem conquistando mais espaços, porém não são todas as escolas que dispõem de profissionais que consigam trabalhar de forma a utilizá-la como área de conhecimento. Muitos professores procuram trabalhar a arte por a considerarem importante, mas não conseguem adequá-la no que se refere à construção do conhecimento da criança, vemos de um lado a dicotomia entre a prática do professor em sala e sua relação com a história e sociedade e de outro lado parece que na arte educação falta uma reflexão teórica, o que deixa o papel crítico e transformador da arte ausente.

O processo de aprendizagem por meio da arte auxilia a criança na alfabetização estética, ou seja, possibilita a leitura do mundo que a cerca, auxiliando no desenvolvimento da crítica no estudo das condições e dos efeitos da criação, estando sempre ligado à imaginação e à criatividade. Sendo a Arte a linguagem dos

sentimentos e das emoções, podemos empregá-la para conduzir o educando à experiência de sentimentos e emoções, além do conhecimento elaborado pela humanidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A arte se apresenta no cotidiano infantil na forma de expressão da sua visão de mundo, sua representação da realidade surge quando a criança rabisca ou desenha no papel, na areia, na terra, na água; neste momento, ela está utilizando a linguagem da arte para expressar-se. Esses trabalhos de expressão não são apenas impressões que a criança deixa sobre o suporte, mas explicitam o seu desenvolvimento intelectual, emocional e perceptivo.

Diante disso, a presença da arte na educação infantil apresenta um descompasso entre a produção teórica existente e a prática pedagógica adotada por grande parte dos educadores, para os quais as atividades desenvolvidas nas aulas de arte são tidas como um passatempo, como um enfeite para as datas comemorativas, sem significação para a criança. Considera-se fundamental que o professor que atua na educação Infantil, compreenda como se dá o processo de criação nas crianças e suas fases de desenvolvimento criador, para que possa propiciar a oportunidade à criança de crescer por meio de suas experiências artísticas.

Diante desta perspectiva, a arte na Educação Infantil apresenta-se como uma linguagem que tem estrutura e características próprias que possibilita à criança, no processo de criação, reformular suas ideias e construir novos conhecimentos em situações onde a imaginação, a ação, a sensibilidade, a percepção, o pensamento e a cognição são reativados. Por fim, desenvolvidas as atividades teórico-práticas que visam trabalhar o desenvolvimento da imaginação criadora, da expressão, da sensibilidade e da capacidade estética das crianças, percebe-se que há uma maior conscientização por parte dos educadores acerca do processo de criação em arte na Educação Infantil.

Podemos concluir dizendo que a arte é importante para a criança, pois enquanto cria, desenha, canta, dança ou representa uma cena ela é livre para expressar suas ideias e seus sentimentos. É durante as aulas de Arte que a criança vai aprender a ouvir, a ver e a sentir. Não queremos dizer que essas habilidades não possam estar presentes nas outras disciplinas, até devem, pois os conhecimentos precisam ser integrados, mas é no contato com a arte, com o professor que gosta de

arte e que a leva para a sala de aula, que a criança vai aprender a gostar de arte. Ele vai entender, através do comportamento de seu educando e dos seus momentos de apreciação e reflexão que essa disciplina é mais do que um “momento de repouso”, ela representa um agente transformador de atitudes que poderão ser levadas para toda a vida.

Sendo assim, vemos que o processo ensino/aprendizagem da Arte é positivo para a criança, inclusive deixando marcas em sua vida. Sabemos que o educando aprende a lidar com situações novas, inusitadas e incorpora habilidades para expor publicamente suas produções e ideias com autonomia. Essa forma de ensino busca acima de outras questões, atingir três eixos de aprendizagem significativa: fazer, interpretar e refletir sobre arte, sabendo contextualizá-la como produção social e histórica (BRASIL, 2008 p. 70). É necessário que através da Arte o aluno seja capaz de conseguir soltar sua imaginação, seja ela para analisar o que está presente em nossa realidade, ou para participar do processo de criação. Podendo assim criar e recriar, fazendo escolhas com liberdade, buscando sua individualidade e tornando-se mais críticos, conscientes da nossa realidade e ampliando sua aprendizagem, a autonomia e auto-estima.

## REFERÊNCIAS

AROUCA, Carlos Augusto Cabral. **Arte na escola: como estimular um olhar curioso e investigativo nos alunos dos anos finais do ensino fundamental**. São Paulo: Editora Anzol, 2012.

ÁVILA, M. B.; SILVA, K. B. À. **A música na educação infantil**. In: NICOLAU, M. L. M; DIAS, M. C. M (orgs). *Oficinas de sonho e realidade: Formação do educador da infância*. Campinas: Papyrus, 2003.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** – Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF. V. 3, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394/1996-Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BARBOSA, A. M. T. **Arte-Educação no Brasil: das origens ao modernismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, Debates, 2000.

BARBOSA, A. M. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, A. M. T.; COUTINHO, R. G. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil – Volume 1**. Brasília, DF: MEC, 2006, 64 p., v. 1 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 19/02/2020.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo Arte**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

COUTINHO, Rejane Galvão. **Por que a História dos Fundamentos da Arte-Educação**. In: **Ensino de Arte: Reflexões** (Org.). ETFPE – ANARTE – Regional, Pernambuco, 1994.

FERRAZ, M. H.; FUSARI, M.F.R. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortês, 1992.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Resende. **Metodologia do ensino da arte: fundamentos e preposições**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do Ensino de arte**. São Paulo: Cortês, 1993

Fleuri, R. M. **Educar para que? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na Escola**. São Paulo: Cortez 1997.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens – o itinerário de Lukács**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOULART, Isabelly. **A importância da educação infantil na formação do cidadão crítico/reflexivo**. Site Pedagogia, [s.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/criticoreflexivo>>. Acesso em: 20/02/2020.

LEÃO, M, R. **A Arte no Espaço Educativo**. Disponível em:< [http://caracol.imaginario.com/paragrafo\\_aberto/rml\\_arteduca.html](http://caracol.imaginario.com/paragrafo_aberto/rml_arteduca.html)>. Acesso em 20/02/2020.

LOWENFELD, V.; BRITAIN, W. L. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

LUNA, W.; BISCA, J. **Fazendo artes com a natureza**. In: NICOLAU, M. L. M.; DIAS, M. C. M. (orgs). **Oficinas de sonho e realidade: Na Formação do educador da infância**. Campinas: Papirus, 2003.

MARTINS, Mirian C.; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria da educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2ª ed. Brasília, 2000

MORAES, Flávia Teixeira de - **Trabalhando com a educação infantil** Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

PCNS; **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Ministério da Educação; 2000.

PILLOTTO, Silvia S.D. A trajetória histórica das abordagens do ensino e aprendizagem da arte no contexto atual. **Revista Univille**, V.5, n.1, abr, 2000.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e Grande Público: a distância a ser extinta**. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SANTOS, S. M. P. **Educação, arte e jogo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, E. M. A.; ARAUJO, C. M. **Tendências e Concepções do ensino de arte na educação escolar brasileira: um estudo a partir da trajetória histórica e sócioepistemológico da arte/Educação**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Educação/ANPED, 30., 2007, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2007. Disponível em Disponível em <[http://30reuniao.anped.org.br/grupo\\_estudos/GE01-3073--Int.pdf](http://30reuniao.anped.org.br/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf)>. Acesso em: 28/02/ 2020.

SIMÃO, S. M. **Arte híbrida: entre o pictórico e o fotográfico**. São Paulo: Unesp. 2008.

REFERENCIAL **curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.

ROSSI, Maria Helena Wagner. A compreensão das imagens da arte. **Arte & Educação em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 27-35, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicología del arte**. Buenos Aires: Paidós, 2008.



**Capítulo 4**  
**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO**  
**INFANTIL**

**Euvânia Dias Ferreira da Costa**  
**Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada**



## INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Euvânia Dias Ferreira da Costa*

*Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada*

### RESUMO

A inclusão é definida por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação medidora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da inclusão na educação infantil; compreender o processo de inclusão escolar. A metodologia da pesquisa fundamenta-se numa pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como base a revisão de literatura com abordagem descritiva explicativa, visando compreender a problemática do tema a ser tratado. Buscou-se referenciais teóricos como livros, artigos científicos de bases de dados como: Google Acadêmico e Scielo os publicados nos anos de 1996 a 2010.

**Palavras-chave:** Inclusão Educacional. Inclusão Escolar. Interação Social.

### 1 INTRODUÇÃO

O movimento denominado de inclusão escolar é relativamente novo se considerarmos o grande período de exclusão escolar que muitas minorias historicamente marginalizadas viveram, sendo estas impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso à educação. A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar. Embora “toda” seja abrangente e englobe uma variedade de segmentos, nesta reflexão vamos nos ater a um segmento populacional específico, alunos com deficiência, que, por características distintas, muitas vezes requerem da escola ações diferenciadas.

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências,

entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional.

O entendimento da proposta de educação inclusiva requer uma análise do modelo anterior com vistas a delimitar o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. A escola e a classe especial destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, e só então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola comum.

Os alunos que necessitam de educação especializada devido a alguma limitação, seja física ou cognitiva, devem estar na escola regular, e esta precisa estar preparada para atender às necessidades dos alunos, de todos. As opiniões dos profissionais da educação em relação à inclusão escolar divergem muito ainda, bem como a melhor forma de proporcionar que a criança aprenda também se constitui num debate consistente entre os pais. Não temos uma receita pronta, o certo é que toda criança deve ir para a escola “aprender”.

A partir do trabalho com uma turma de alunos de maternal, na qual um aluno é surdo, acredito que é fundamental pensar sobre a aprendizagem da turma como um todo. O aluno surdo possui uma limitação na comunicação, mas há inúmeras possibilidades de comunicação que estão sendo experimentadas por ele e por seus colegas no dia a dia. A comunicação é essencial na convivência entre as pessoas. Na turma em que trabalho a comunicação está sendo entendida pelos alunos de uma forma mais ampla, pois os ouvintes já entenderam que se faz necessária a língua de sinais para a comunicação com o colega que é surdo, e acredito que estão aprendendo muito com as diferenças. A interação com as diferenças proporciona aos alunos maior aprendizagem e desenvolvimento da capacidade cognitiva e intelectual. A inserção de todas as pessoas na sociedade como agentes participantes e ativos é a inclusão que queremos, e esta já está acontecendo na sala de aula, mas é importante pensarmos sobre a aprendizagem de todos os alunos envolvidos e se constitui no foco principal deste trabalho, que pautou-se pela questão “Como a inclusão na educação infantil contribui para a aprendizagem?”.

Para responder a esta questão será necessário verificar como os alunos estão aprendendo a partir da inclusão de um aluno surdo numa turma de ouvintes.

Também é importante entender como o aluno surdo aprende. Perceber a aprendizagem dos alunos ouvintes e do aluno surdo a partir da interação entre eles é outro objetivo deste trabalho.

## A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

Em Junho de 1994, vislumbramos o marco histórico da inclusão com a Declaração de Salamanca. Tal declaração é consequência da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), também conhecida como Declaração de Jomtien. A Declaração de Salamanca tem como princípio fundamental:

“o de que toda criança tem direito à educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados com vistas a atender também um público, cujas diferenças, entre os diferentes, podem ser mais acentuadas, os chamados alunos com necessidades especiais”. (PEREIRA e SANTOS, 2009, p. 265)

Considerando a proposta de educação inclusiva opção brasileira referendada em suas políticas educacionais, entendemos que o movimento de reorganização da escola tem que começar na educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação.

Entretanto a Declaração de Salamanca, em suas orientações para ações em níveis regionais e internacionais, tem um posicionamento favorável aos princípios de educação inclusiva em classes regulares, apontando seus benefícios sociais:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

Na inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Segundo Mendes (2010),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da

socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. (MENDES 2010, p. 47-48)

A inclusão é determinada por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. No entanto essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação mediadora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência.

Sasaki (2003) afirma que:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI 2003 p.15).

É uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que está desafiando o cotidiano escolar brasileiro. E que estas barreiras vêm a ser superadas por todos profissionais da educação, comunidade, pais e alunos.

Deste modo, para os alunos que não atingem o nível exigido por sua série, exclusivamente por suas deficiências ou necessidades educacionais especiais, a escola deve promover a terminalidade, para que o aluno conclua o ensino fundamental. Para os alunos superdotados, a escola deve promover a aceleração para que ele possa concluir mais rapidamente o ensino fundamental. Conforme o inciso II: “terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menos tempo o programa escolar para os superdotados.” (BRASIL,1996)

A exclusão social de indivíduos com deficiências ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem. Sempre quando tratamos do

tema integração ou inclusão social nos remetemos às pessoas com deficiência. Muitos compreendem a integração de forma equivocada ao se referirem a este movimento como sinônimo de inclusão. Porém o sistema de integração recebeu inúmeras críticas, principalmente pelo seu caráter excludente, uma vez que para integrar-se cabe à pessoa com deficiência modificar-se para poder dar conta das exigências da sociedade. É um processo de seleção, processo que atinge todas as pessoas (RÉUS e CAVALARI, 2010).

As propostas educacionais, por vezes, costumam enfatizar a socialização do aluno com deficiência intelectual no ambiente escolar comum e, em grande medida, limitam a ação pedagógica à utilização de estratégias de ensino muito semelhantes ao pré-escolar, com destaque do uso de recursos concretos, já que se entende erroneamente que, por conta da dificuldade cognitiva, a criança apresenta um padrão infantilizado.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em seu artigo 2º, resolução CNE/CEB nº 2/2001, destaca-se a seguinte declaração:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL,2001).

Com vistas no apoio às mudanças nos sistemas de ensino em redes educacionais inclusivas, gerando um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade e o planejamento de ensino, ou até mesmo a organização curricular para esses alunos, pouco se constitui de atividades voltadas para o desenvolvimento do pensamento abstrato, entre outras, deixando com isso de promovê-las.

Segundo a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam

elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 15)

Embora muitas pessoas confundam o processo de integração com o da inclusão, é preciso perceber as diferenças de suas propostas e analisar os objetivos que cada um desses processos propõe. Para adquirir uma vida social de liberdade e igualdade, é preciso extinguir do seio da sociedade toda atitude discriminatória a todos os indivíduos que possuam diferenças físicas, cognitivas ou psicossociais.

A importância da inclusão educacional em contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidade educacionais especiais, a educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizado e ao depor de mais recursos na educação inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos privilegiados e deveres iguais; participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade (DURKHEIM, 1955).

Apesar de garantir na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. Sendo importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).



A Declaração de Salamanca, em suas orientações para ações em níveis regionais e internacionais, tem um posicionamento favorável aos princípios de educação inclusiva em classes regulares, apontando seus benefícios sociais:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças ((UNESCO, Declaração de Salamanca 1994 p.5).

Desta forma nós podemos observa que a lei que ampara o aluno com necessidades especiais tem causado várias discussões sobre o assunto entre os educadores. Se nós queremos realmente uma sociedade justa e igualitária em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para posicionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está sugerindo.

Para Aranha (2000, p. 3), existem três paradigmas, sendo:

- a) paradigma da institucionalização, que se caracteriza pela criação e manutenção de instituições totais, locais fechados, onde a sociedade obriga que esses cidadãos sejam mantidos, durante toda a vida, segregados, à parte dela;
- b) paradigma de serviços, que considera que a pessoa diferente tem o direito à convivência social, mas se submetendo a um processo de mudanças que o levaria a parecer e funcionar, o mais semelhante possível, como os demais membros da sociedade; e
- c) paradigma de suportes (ou de apoio), que se fundamenta nos benefícios conhecidos provenientes do convívio na pluralidade, com ganhos em desenvolvimento pessoal e social. Sócio-politicamente, esse paradigma se apóia no princípio democrático da igualdade. (ARANHA 2000, p. 3),

Considerando dessa maneira, a inclusão social deve contribuir para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações pequenas e grandes, transformações nos ambientes e na mentalidade das pessoas, incluindo os portadores de necessidades especiais. Essas mudanças, para o paradigma da inclusão, têm se caracterizado por uma história de lutas sociais, empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca de seus direitos ao acesso de recursos e serviços.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno.

A partir do expressado nessas declarações e informes, pode-se apontar duas causas fundamentais as quais têm promovido o aparecimento da inclusão: por um lado, o reconhecimento da educação como um direito, e, por outro, a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas. Dessa maneira, a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar até em outras formas de atuação, em contraposições às práticas que têm caracterizado a integração escolar. Mazzota (2005) define a Educação Especial como:

Modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais". Entende-se que tais necessidades especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (Mazzota, 2005 p. 11).

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

A prática pedagógica na educação infantil tem sido analisada ultimamente no sentido de superar ações que eram baseadas no cuidar, promovendo reflexões sobre seu papel de educar. No entanto, práticas pedagógicas arraigadas em um modelo educacional assistencialista e excludente não se modificam por decreto. Concepções precisam ser modificadas na busca desse ideal.

A proposta de educação inclusiva possibilita uma educação que aceita, respeita e promove as diferenças, acreditando na possibilidade de aprendizagem

independente das dificuldades que possam surgir durante este processo, das condições físicas, emocionais, sociais, lingüísticas, ritmos de aprendizagem, entre outros. Nesse sentido, a escola inclusiva torna-se um convite permanente à reflexão quanto à questão pedagógica, intervenções desenvolvidas junto à escola, exigindo uma revisão das concepções do ensino, da aprendizagem e até da avaliação, onde, geralmente emergem os mecanismos da exclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada. A escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais reais como falta de recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora, mesmo nos grandes centros. Essas condições, a serem plenamente conquistadas em futuro remoto, supõem-se, são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelos ou experimentais.

Sendo assim a inclusão resulta de um complexo processo de mudanças qualitativas e quantitativas necessárias para definir e aplicar soluções adequadas e viáveis. Falar de inclusão nos remete ao direito à cidadania de todas as crianças. Discutir a inclusão dos alunos com deficiência na educação infantil envolve questões, tais como, as diferentes concepções de deficiência e com elas todo o problema de avaliação, currículo, recursos, reações dos professores, as limitações da escola em sua estrutura e organização e o amparo legal, tão necessário para a inclusão.

Portanto, a Educação Inclusiva deve deixar de ser apenas em sonho distante e torna-se uma realidade precisa, que se enfrente a luta e se criem mecanismos para assegurar aos portadores de necessidades especiais os seus direitos a cidadania, contribuindo para aceitação destes no âmbito escolar, com planejamento consciente e responsável de sua inclusão. Então, a luta deve seguir com o foco, pela concretização dos direitos de cidadania tanto para os deficientes, quanto para a população em geral. A inclusão na perspectiva escolar é uma questão de direitos

humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que coloca-se à disposição do aluno. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, ano 11, n.21, 2001.

ARANHA, M.S.F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. São Paulo: Marília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 22 março. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília; MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: . Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. **Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007** 22 março. 2020.

COLE, Michael et.al. VYGOTSKY, Lev Smenovich: **A Formação Social da Mente**. 7ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CUNHA, Antonio. Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 22 março. 2020.

GASPARETTO, M. E. R. F. **Visão subnormal em escolas públicas: conhecimentos, opinião e conduta de professores e diretores do ensino fundamental**. Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001.

MACEDO, Lino. **Ensaio Construtivistas**. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo,

MAZOTTA, M. J. da S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. **Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense. Educação Especial e inclusiva**. Niterói, n 7, p 11- 18, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** 2006.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. Brasília: MEC, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução Wndyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MILLOT, C. **Freud, anti-pedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

\_\_\_\_\_ **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA.



**Capítulo 5**  
**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA**

**Rosimeire Pinheiro da Silva**  
**Renata de Souza Martins Barbieri**  
**Leoni Medeiros Pereira**



## A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

*Rosimeire Pinheiro da Silva*

*Renata de Souza Martins Barbieri*

*Leoni Medeiros Pereira*

### RESUMO

O autismo é considerado uma doença que geralmente se manifesta antes dos três anos de idade, onde são afetadas as áreas de comunicação, comportamento restrito e repetitivo e interação social. A criança com autismo tem dificuldade em interagir com as outras pessoas, mudanças de rotina e de expressar suas necessidades. O objetivo é refletir a diversidade e para a inclusão é respeitar o ritmo e as experiências de aprendizagem de cada aluno, como ser único e singular em sua formação, de maneira que o docente consiga refletir para o processo educativo integrativo e em regime de cooperação. Diante dessa realidade é preciso buscar novos caminhos para enfrentar os desafios desse milênio e nesse cenário que foi encontrado será inevitável a busca do prazer para educação inclusiva, através da ludicidade. Por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se em leituras de aportes teóricos que ampliam a discussão da temática e abordam a compreensão de aspectos importantes à inclusão efetiva na sociedade.

**Palavras-chaves:** Ludicidade. Ensino. Aprendizagem. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

### INTRODUÇÃO

O professor encara diversas dificuldades para incluir o aluno TEA na escola. Dificuldades que se dão por parte da falta de formação inicial, desconfia-se que diante dessa dificuldade, quando o professor tem uma formação inicial, ou informação necessária adequada sobre o indivíduo TEA encontra-se mais possibilidade de conseguir realizar a inclusão do mesmo dentro da escola, que de fato utilizará meios adequados para promover a socialização, a aprendizagem e a interação do aluno, na escola, há um grande desafio: promover o acesso e garantir a permanência do aluno com qualidade, de modo que todos tenham oportunidade de se apropriar do conhecimento historicamente construído, com

sucesso, inclusive as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Acredita-se, ainda, que o Autismo é uma condição pouco conhecida entre os profissionais da escola que na implementação de processos inclusivos muitos obstáculos são percebidos, sobretudo a insuficiência de um atendimento educacional apropriado às suas necessidades. Se perguntarmos a muitos professores que atuam em escolas inclusivas poucos saberão definir com exatidão aspectos e características, preferindo tomar para si um discurso equivocado e obscuro do que seja o Autismo.

Neste sentido, foi apurado a necessidade de trazer o debate sobre o tema na escola, realizando a leitura cuidadosa a respeito do assunto evidenciando, sobretudo os desafios e possibilidades presentes na inclusão destes estudantes.

Objetivando consolidar a diversidade humana, entendendo que, as crianças são diferentes, constituem-se subjetivamente de maneiras diferentes, vivem a infância de acordo com os contextos em que estão inseridas independente de sua natureza: social, política, cultural, religiosa, étnica ou de ordem de respeito às opiniões diferentes.

Tendo como objetivo refletir a diversidade e para a inclusão é respeitar o ritmo e as experiências de aprendizagem de cada aluno, como ser único e singular em sua formação, de maneira que o docente consiga refletir para o processo educativo integrativo e em regime de cooperação.

Assim refletindo sobre as crianças, considerando a importância de conhecê-las e reconhecendo que elas são sujeitos que produzem cultura, que pensam, se expressam e se manifestam, enfim, participam do diálogo da vida, faz-se necessário focalizá-las em sua inteireza e em suas singularidades historicamente dadas, para nos aproximar de fato desse universo infantil e, então, transpor o muro de isolamento construído culturalmente entre os adultos e as crianças.

O autismo é considerado uma doença que geralmente se manifesta antes dos três anos de idade, onde são afetadas as áreas de comunicação, comportamento restrito e repetitivo e interação social. A criança com autismo tem dificuldade em interagir com as outras pessoas, mudanças de rotina e de expressar suas necessidades.

O diagnóstico do autista se dá pela observação do comportamento da

criança, pois nos dias atuais não existem testes específicos para sua comprovação. O autismo se compreende por uma síndrome complexa; com a busca de alcançar resultados melhores no trabalho com autista, deve-se o tratamento ter uma equipe multidisciplinar, tendo em seu quadro profissionais de psiquiatria, fonoaudiologia, psicologia, neurologia, psicopedagogia e demais da área de saúde. Um dos meios encontrados para trabalhar com crianças autistas, são atividades lúdicas, como pinturas, jogos, brincadeiras e desenhos.

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Vale abordar que a lei 12.764, de 2012, considera a pessoa dentro do espectro autista como deficiente, descrito em seu parágrafo segundo. Portanto, será utilizado esse termo para referir-se a essas pessoas. Dessa forma, nota-se avanços legais voltados para os indivíduos dentro do TEA, que de forma abrangente têm seus direitos descritos na Constituição Federal de 1988. Ela pela primeira vez, estabeleceu em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e seus princípios reforçam “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art.206, inciso I). Assim, vale enaltecer que com esses preceitos dentro da lei, já bastaria para compreender que todos os indivíduos têm o direito de passar por um processo de escolarização, sem exclusão ou segregação por suas características.

Todavia, percebe-se argumentos que casos mais severos de autismo, necessitam estar em escolas especiais e não no ensino regular. Mas a educação é para todos, portanto, a Constituição ainda reforça em seu artigo 208 que é garantido “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Logo, todos podem ser matriculados em escolas regulares, não havendo sua segregação e com disposição de apoio necessário, visto que eles têm o direito ao AEE- Atendimento Educacional Especializado, com profissionais qualificados para realizar tal função, em que no contraturno do discente, irão trabalhar as habilidades que estão em defasagem. (MANTOAN, 2015).

A educação especial refere-se a uma modalidade de ensino, que abrange todas as etapas de ensino, sendo realizada por meio da oferta de atendimento educacional especializado, disponibilizando recursos e serviços que subsidiem a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais

nas salas comuns do ensino regular.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação especial deve ser cumprida a todos os educandos que apresentarem alguma necessidade especial, a saber:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Dentre as funções precípua do atendimento educacional especializado podemos elucidar a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos de acessibilidade, promovendo a plena participação dos alunos. Esse atendimento complementa a formação do sujeito tendo em vista sua autonomia e independência em sala de aula e fora das dependências da escola (BRASIL, 2009 ).

A integração escolar pode ser entendida como justaposição do ensino especial ou regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns. Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2015, p. 27,28).

Desse modo o acesso à educação deve ter início na educação infantil, na qual se desenvolve a base necessária para construção do conhecimento da vida como um todo do aluno. Estratégias devem ser traçadas para que os alunos, dentro de suas especificidades, desenvolvam os aspectos físicos, emocionais, cognitivos,psicomotores e sociais.

Um aspecto a ser abordado é que um dos maiores desafios da escola frente a uma pessoa autista é a construção de sua autonomia. Para isso, o professor precisa entender, primeiramente, sobre o TEA e criar um vínculo afetivo com seu

aluno. Entender que o foco, no início não são a internalização de conceitos acadêmicos e, sim, a aquisição de habilidades sociais. Para isso, precisa de identificar suas potencialidades e desenvolvê-las. Em suas práticas pedagógicas, o professor precisa analisar de forma crítica a capacidade sensorial, espacial, simbolização, subjetividade, cognição, hiperatividade, estereotípias, socialização, psicomotricidade e afeto desse discente, a fim de promover ações que elevem suas funções executivas que foram afetadas pelo espectro (CUNHA, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. A Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação

Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

O debate, em relação à educação inclusiva, não nasceu no contexto da Educação Especial. Este debate refere-se a.

Uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (MENDES, 2002, p.61).

Mendes (2002) aponta que a educação inclusiva também se aplica à



Educação Especial, na medida em que as pessoas que têm deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estiveram excluídas da escola e da sociedade ao longo da história. Porém, a perspectiva da inclusão “[...] não pode ser reduzida à errônea crença de que para implementá-la basta colocar crianças, jovens e adultos com NEE em escolas ou classes comuns” (MENDES, 2002, p. 61), pois essa perspectiva implica a garantia do acesso à escola, mas também o desenvolvimento cognitivo, cultural e social de todas as pessoas, respeitando as diferenças individuais.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Desse modo, é imprescindível que a sociedade se conscientize, no sentido de defender a causa das crianças, sujeitos da Educação Especial, pois “[...] as pessoas devem saber que todas as crianças têm o direito ao acesso a serviços de apoio que promovam seu crescimento e desenvolvimento harmoniosos, sejam

quais forem seus conhecimentos, suas competências e suas capacidades iniciais” (EVANS, 2003, p. 22).

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto.

No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com deficiências devido à necessidade de criar as condições adequadas. A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2006).

Mantoan (2006) ainda ressalta que desse modo, a inclusão implica mudanças; questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela implica

mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral. A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassaram em suas salas de aula (MANTOAN, 2006).

O termo educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Por isso, a inclusão pressupõe uma escola que se ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola. Mas, acima de tudo, é necessário que se entenda que a escola tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o saber, os sentidos das coisas, as emoções; a discutir e a trocar experiências e pontos de vista.

A inclusão implica mudanças: questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela implica mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, “para que obtenha sucesso na corrente educativa geral, é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassaram em suas salas de aula” (MANTOAN, 2010).

Quando se reflete sobre a definição de educação inclusiva, constatam-se diversas respostas sobre o conceito, portanto partir do princípio que a educação é um direito de todos é essencial, firma-se o atendimento educacional às pessoas especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, que está assegurado na Constituição Brasileira. Verifica-se que a educação inclusiva, não caracteriza definições fechadas, ela simplesmente acontece de forma gradual, coletiva e colaborativa podendo atender alunos, os beneficiando da aprendizagem. Portanto, percebe-se que o termo inclusão tem sido em muitos casos compreendido de forma errada, têm sido visto do ponto de vista social em apenas incluir, segregar pessoas com deficiências sem homogeneizar o ensino, e/ou, colocar junto com outros alunos e ponto final.

A inclusão é antes de tudo, um processo de se autoanalisar, de procurar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. A inclusão social, portanto, é um processo que contribuiu para a

construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1998, p.42).

A educação inclusiva se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos. A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva como acontece dentro da escola regular tem inúmeras vantagens para o aluno com deficiência uma vez que ele está inserido num ambiente com indivíduos representativos da normalidade, e que poderão dentro de um ambiente de inclusão auxiliar o aluno deficiente na condução da aprendizagem. A educação inclusiva deve ser vista como uma tarefa comum, na qual diferentes participantes têm um papel e responsabilidades que cumpre. A ideia de que os professores têm que cumprir seu papel inclui o acesso a uma organização que facilite a comunicação e o trabalho em equipe entre os diferentes profissionais e ofereça oportunidades de desenvolvimento profissional permanentes.

Para atender a criança autista, são necessários métodos e técnicas adaptadas para que a inclusão aconteça. Um planejamento sistematizado em que as brincadeiras e jogos sejam aplicados constantemente ajudando os alunos autistas a reconhecerem o mundo ao seu redor que favoreça a interação entre os pares.

Assim, é possível ter um novo olhar na aprendizagem das crianças autistas, com a utilização adequada dos jogos, desenvolvendo atividades lúdicas prazerosas

que motivem e ativem a aprendizagem. Considera-se, então, que é, de fato, importante levar em conta as especificidades e particularidades dos sujeitos, pois são essas diferenças que devem instigar a reflexão. É preciso esforços para romper as barreiras, eliminar preconceitos e garantir o direito à educação de qualidade e reconhecimento das diferenças.

Espero que este trabalho consiga motivar mais professores a utilizar as atividades lúdicas como ferramenta de trabalho, beneficiando o desenvolvimento da criança, reduzindo as dificuldades nas diferentes áreas e desenvolvendo habilidades necessárias de modo atrativo para a criança, obtendo como resultado mais aprendizagens significativas, melhorando sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASPERGER, Hans. **Austistic psychopathy in childhood**. *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrakheiten*, v. 117, 1944.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION , **“Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 4th Edition–DSM-IV”**, Washington, DC1994

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, 2013.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, C. R. e BOSA, C. (Orgs) Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, p 21-39, 2002.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Tradução Patrícia Chittoni Ramos> Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BEYER, O. H. **Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas**. In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). Inclusão e escolarização:múltiplas perspectivas: Porto Alegre: Mediação, 2006.

COLL; MARCHESI; PALACIOS, COLS. **Desenvolvimento psicológico e**



**educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** São Paulo: Editora Penso, 2004.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

CUNHA, Antonio Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar-ideias e práticas pedagógicas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2017.

EVANS, J. **Educação inclusiva: um início justo para todas as crianças.** In: \_\_\_\_\_ Coordinators' notebook: a infância em debate: perspectivas contemporâneas. Brasília: Fundação Orsa, 2003.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas.** In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha.** Educação (PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento,** v. 7, n. 39, 1998.

**Capítulo 6**

**A LUDICIDADE NO PROCESSO  
DE APRENDIZAGEM COM  
CRIANÇA ESPECIAIS NO  
AMBIENTE HOSPITALAR**

**Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada  
Euvânia Dias Ferreira da Costa**

## A LUDICIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇA ESPECIAIS NO AMBIENTE HOSPITALAR

*Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada*

*Euvânia Dias Ferreira da Costa*

### RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma abordagem teórica sobre a importância de se utilizar o lúdico como uma alternativa na prática escolar para assim, e abordar as contribuições da Psicopedagogia para o Atendimento Pedagógico Hospitalar e como funciona o processo de hospitalização infantil e a forma de aprendizagem. Sendo compreendemos que o psicopedagogo é importante dentro ambiente hospitalar para o aprendizado da criança. Dentre as práticas educativas desenvolvidas no contexto hospitalar o lúdico e a brincadeira possuem um importante papel no desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento, além de permitir a socialização da criança. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica e elencou-se assuntos pertinentes para esse entendimento. A partir dessas ideias houve um entendimento de que as brincadeiras com objetivo pedagógico favorecem o processo de ensino-aprendizagem e tornam o sujeito mais consciente de seu papel na sociedade. O lúdico permite novas maneiras de ensinar, associado a fatores como: capacitação dos profissionais envolvidos, infra-estrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais à criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Lúdico. Psicopedagogia.

### 1 Introdução

Podemos refletir hoje que a educação inclusiva segue uma perspectiva mais ampla, não está voltada para um ensino especializado, no qual ocorreria um trabalho mais individualizado com o sujeito que tem alguma limitação, mas sim uma educação visando à formação do educando, por isso a importância dele estar inserido em um ambiente que propicie a interação com os demais colegas de classe, para que ele consiga desenvolver as suas habilidades, sejam elas motoras, sensoriais, mentais, sociais. A inclusão do aluno que tem alguma limitação tem que ser realizada de maneira que ele sinta-se incluído na escola, participe das atividades que são desenvolvidas na escola, como está no PCN, “é fundamental que o aluno se sinta

valorizado e acolhido em todos os momentos de sua escolaridade” (p.47). E, de certa forma, é isso que acontece na escola.

A educação para obter um ensino mais eficiente aperfeiçoou novas técnicas didáticas consistindo numa prática inovadora e prazerosa. Dentre essas técnicas temos o lúdico, um recurso didático dinâmico que garante resultados eficazes na educação, apesar de exigir extremo planejamento e cuidado na execução da atividade elaborada. O jogo é a atividade lúdica mais trabalhada pelos professores atualmente, pois ele estimula as várias inteligências, permitindo que o aluno se envolva em tudo que esteja realizando de forma significativa.

Com a criança deficiente intelectual não é diferente. Embora apresente atrasos no seu desenvolvimento cognitivo e/ou motor, também necessita de atividades lúdicas no seu dia a dia. Talvez até mais do que as outras crianças, por necessitar de muito mais estímulos para desenvolver suas habilidades cognitivas, motoras e sensoriais.

Sendo assim, as brincadeiras aparentemente simples são fontes de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança com deficiência intelectual. Brincando, a criança tem a oportunidade de exercitar suas funções psico-sociais, experimentar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira natural e espontânea. Vygotsky (1998) afirma que a arte de brincar pode ajudar a criança a desenvolver-se, a comunicar-se com os que a cercam e consigo mesma.

Aprender algo, ao mesmo tempo que se distrai além de prazeroso torna-se espontâneo, as atividades lúdicas proporcionam uma maior interação entre o estudante e o aprendizado, a importância da ludicidade propicia uma aula agradável permitindo aos alunos uma maior assimilação. Na visão de Kishimoto:

Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver forma de consciência social e permitir o prazer de brincar. ...Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, a brincadeira tradicional infantil garante a presença do lúdico, na situação imaginária (KISHIMOTO 1999, p. 33).

Nesse contexto, a postura do psicopedagogo possui grande relevância, pois ele pode conduzir suas atividades priorizando o lúdico ou negando-lhe o espaço, o que o faz negar, de certa forma, as “possibilidades” de pleno desenvolvimento do seu aluno. E é ele a peça chave deste processo, devendo ser encarado como um elemento essencial e fundamental. Quanto maior e mais rica for sua história de vida profissional,

maiores serão as possibilidades de ele desempenhar uma prática educacional consistente e significativa.

A atuação do pedagogo no hospital vem se destacando a cada dia, é de extrema importância a sua presença entre as crianças e adolescentes que ali se encontram. O trabalho desenvolvido por este profissional possibilita o incentivo ao crescimento intelectual desses indivíduos, pois ele buscará conhecer as necessidades curriculares de cada um, proporcionar condições adequadas de aprendizagem, atender às especificidades, contribuindo assim para que não haja rupturas no processo de ensino-aprendizagem, suprimindo as carências cognitivas por meio de todas as práticas pedagógicas acima citadas. Através do lúdico o educador pode desenvolver atividades que sejam divertidas e que sobretudo ensine os alunos a discernir valores éticos e morais, formando cidadãos conscientes dos seus deveres e de suas responsabilidades, além de propiciar situações em que haja uma interação maior entre os alunos e o professor numa aula diferente e criativa, sem ser rotineira.

## **PEDAGOGIA HOSPITALAR**

A educação e a saúde são elementos fundamentais de transformações sociais que visam o desenvolvimento do mundo em que se vive. A preocupação do governo em aspectos que envolvem tanto a educação quanto a saúde, diz respeito exatamente ao desenvolvimento social da população e são as leis que dispõem sobre os direitos e deveres de cada pessoa, fundamentando os projetos existentes.

Beneficiar o cidadão adoentado através de bases legais é mais do que tratar o corpo doente, é realizar um conjunto de ações que visem à melhora por completo do ser humano, ou seja, não só o físico como também o psíquico e todas as suas relações. A criança ou adolescente que se encontra privada de seu ambiente escolar por adoecer e consecutivamente estar hospitalizada, faz valer seus direitos legais contidos na legislação vigente que assegura o direito à educação e saúde, continuando a ter um acompanhamento escolar. A Lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos arts. 3º e 4º afirma que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, ECA 1990, Art.3º)



Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, ECA 1990 Art. 4º)

As leis são uma forma de garantir direitos, e tratando-se de especificamente crianças e/ou adolescentes hospitalizados, o Poder Público dispõe através destas leis, garantias que beneficiam direta ou indiretamente o tratamento e o contexto integral dos pacientes.

Para Oliveira o que se pretende com a respaldo das leis que beneficiam a prática pedagógica em âmbito hospitalar é:

[...] propiciar rotas de humanização para alguém (o aluno) que, de repente, se sente descompensado em seu processo de desenvolvimento. E a descompensação permitida está na fronteira do desrespeito à dignidade da pessoa humana, fundamento constitucional irrenunciável. (OLIVEIRA 2010, p. 414)

A Lei n. 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação – LDB é um dispositivo legal que assegura o direito das crianças e jovens à Educação, e compreende-la é fundamental aos educadores comprometidos.

A pedagogia hospitalar entendida como continuidade de desenvolvimento da aprendizagem em contexto hospitalar tem seus êxitos e vem com grandes avanços e desenvolvimento, mas deixa a desejar em alguns aspectos. Os educadores precisam entender e atender com qualidade, reconhecendo e atendendo as necessidades especiais educativas que fazem parte dos direitos sociais de cidadania, da meta de inclusão escolar e da formação psíquica, social e cognitiva dos educando.

Para melhoria da pedagogia hospitalar é necessária e urgente a expansão da educação em classes hospitalares, fundamentado no valor de cidadania, ética, direito a educação e saúde, esses direitos são entendidos como educação especial e do atendimento hospitalar que é definido da seguinte forma:

Educação hospitalar que se faz ramo da pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao autocuidado e a prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde. (WEISS 1997,p.126)



Infelizmente, entre as modalidades de atendimento educacional especializado, as classe hospitalares são pouco conhecidas no meio acadêmico, escolar e pediátrico, porquanto as necessidades educativas especiais ainda não são as mais atendidas. A hospitalização em qualquer idade gera diversas necessidades especiais relacionadas a proteção emocional, como também ao tempo de brincar, trabalhar e ao atendimento pedagógico educacional.

A atenção Pedagógica em ambiente hospitalar legitima direitos e em conjunto com profissionais da área da saúde, possibilita um efeito amenizador no tratamento do paciente, ou seja, diminui o afastamento brusco do cotidiano e das tarefas antes exercidas como de costume pela criança/adolescente. É relevante que sejam realizados novos estudos e pesquisas em prol da Pedagogia Hospitalar e consecutivamente a criança hospitalizada, pensando em uma expansão do atendimento pedagógico hospitalar e almejando sempre novas classes que auxiliem o aluno/paciente.

## **A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA HOSPITALAR**

Sabemos que a atividade lúdica é importante tanto para o aluno “normal” quanto para os portadores de necessidades especiais, pois a brincadeira é uma ação social do ser humano, brincar durante a infância é algo cultural, no qual todas as crianças devem passar por esse processo de ludicidade, sendo assim através da brincadeira, do jogo, ocorre o processo de inclusão de forma natural, pois no momento da brincadeira as crianças se entregam à ação que está acontecendo, do imaginário, do divertimento e interagem umas com as outras. Com isso, independente da limitação, os educandos especiais também gostam, e participam das atividades lúdicas que o professor desenvolve durante as aulas, sendo assim, nada o impede de interagir durante a brincadeira com os demais colegas de classe, só é necessário fazer algumas adaptações dependendo da limitação do educando para que ele se envolva com mais facilidade nas atividades, sejam elas jogos esportivos, brincadeiras de raciocínio, etc.

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais

genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

A ludicidade como ciência se fundamenta sobre os pilares de quatro eixos de diferentes naturezas, Isto é, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Epistemológica, Sociológica porque na atividade Lúdica engloba demanda social e cultural Psicológica porque se relaciona com os processos de desenvolvimento e de aprendizagem do ser humano em qualquer idade em que se encontre. Pedagógica porque se serve tanto da função teórica existente, como das experiências educativas provenientes da prática docente. Epistemológica porque tem fonte de conhecimentos científicos que sustentam o jogo como fator de desenvolvimento (SANTOS, 2001, p. 42).

Para que a criança com necessidades educativas especiais possa brincar e se socializar com as demais, ela necessitará de um espaço adequado que pode ser variado de acordo com a sua idade. Portanto, o espaço mais adequado para toda criança poder brincar deverá ser em locais amplos e sem objetos que possam atrapalhar. Em outros momentos se fará necessário um espaço menor e com objetos que se farão necessário, pois estes estimularão o desenvolvimento da criança em diferentes situações em que a mesma estará interagindo com o meio que o cerca.

Piaget (1976) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Estas não são apenas uma forma de desafogo ou entreterimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Para Vygotsky (1998), a aprendizagem e o desenvolvimento estão estritamente relacionados, sendo que as crianças se interrelacionam com o meio objetivo e social, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção. O brincar permite, ainda, aprender a lidar com as emoções. Pelo brincar, a criança equilibra as tensões provenientes de seu mundo cultural, construindo sua individualidade, sua marca pessoal e sua personalidade.

A orientação do Psicopedagogo Institucional deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

Assim a avaliação psicopedagógica deve prestar informações claras para orientar a direção da escola sobre as mudanças que deverão ser feitas para o

adequado desenvolvimento dos alunos bem como a melhoria da instituição escolar. Tanto o indivíduo como a família e a escola convertem-se nos âmbitos próprios de avaliação, é interessante conhecer as condições pessoais do aluno e as experiências que lhe são proporcionadas em casa e na escola, com adultos e companheiros do ambiente escolar, porque o trabalho diário e a colaboração de todos os profissionais envolvidos permitirão avançar na direção adequada.

O profissional pedagogo surge no momento atual como uma nova práxis educativa a partir das novas perspectivas formativas que fornecem o enfrentamento corajoso do renascimento dessa profissão. A prática do pedagogo ocorre numa prática transdisciplinar com os profissionais de saúde.

Nesse sentido, a formação do professor para a atuação neste espaço é de suma importância, pois o pedagogo será o mediador para restaurar os laços da criança internada com o cotidiano escolar, intervindo para que estes tenham uma melhor interação social, valorizando as suas aptidões, respeitando os limites clínicos de cada um.

Sobre os momentos educacionais presentes nas diversas atividades pedagógicas de auxílio ao paciente, Oliveira aponta que:

Aproveitar este momento para explorar o potencial criador da criança ou adolescente hospitalizado valendo-se das artes plásticas, da musicalização, da contação de histórias, da poesia e leitura, do brincar e tantos outros meios, é pode-se dizer, atender as necessidades sócio, afetivas, cognitivas da criança que se nos apresenta naquele momento, muitas vezes fragilizada física e/ ou emocionalmente.(OLIVEIRA 2010,p.231)

Estas atividades melhoram o jeito em que o paciente olha para seu tratamento passando a vê-lo como um estágio que tem que passar para sua melhora e por consequência facilita os procedimentos dos médicos e enfermeiros.

Neste sentido, é importante pensar e escrever sobre intervenções pedagógicas já que exige uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem pelos quais passam os sujeitos professor e aluno nos seus processos de ação no cotidiano escolar. Podemos considerar que as mediações pedagógicas são propulsoras das aprendizagens, tanto para os que ensinam como para os que aprendem.

É importante destacar, também, que o papel do professor é o de acompanhar o aluno na sua trajetória e levá-lo a superação de suas dificuldades, buscando sempre uma de prática pedagógica centrada na estimulação ou no desenvolvimento das

habilidades das crianças. Desta maneira, fica explícita a importância da participação efetiva dos pais no desempenho escolar das crianças, visto que esta união favorece significativamente o processo de aprendizagem das crianças.

A intervenção psicopedagógica focaliza o sujeito na sua relação com a aprendizagem. A meta do psicopedagogo é ajudar aquele que, por diferentes razões, não consegue aprender formalmente, para que consiga não apenas interessar-se por aprender, mas adquirir ou desenvolver habilidades necessárias para tanto. (RUBINSTEIN et al, 1999, p. 25).

E com base nestas revelações, é possível o psicopedagogo auxiliar a criança em suas dificuldades, fazendo apontamentos, questionamento que estimula o pensamento. Ainda, permite escolher novas estratégias para intervir sobre as dificuldades de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades lúdicas exercem um papel importante na aprendizagem das crianças. Os professores atestam que é possível reunir dentro da mesma situação, o lúdico e o educar. É necessário que as escolas sensibilizem no sentido de desmistificar o papel do lúdico, que não é apenas um passatempo, mas sim uma ferramenta de grande valia na aprendizagem em geral, inclusive de conteúdos, pois propõe problemas, cria situações, assume condições na interação, responsável pelo desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo da criança.

Assim, deve-se propiciar e estimular a criança especial através de jogos brinquedos e brincadeiras considerando seu desenvolvimento integral contemplando, portanto, os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e mentais do indivíduo. Os aspectos supracitados são fundamentais para que tenham uma boa formação da personalidade e da identidade da criança até mesmo para que instigue ainda mais suas capacidades.

Através das intervenções pedagógicas, das propostas educativas, o pedagogo consegue proporcionar a criança a ter os vínculos escolares assegurados, fazendo com que ela não tenha um atraso no seu desenvolvimento escolar e evitando assim também um fracasso escolar. Além disto, as intervenções pedagógicas auxiliam a criança a superar o momento tão difícil e potencialmente traumático que pode ser uma interação para a criança.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n.º 8.069/90. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.º 9.394/96. Brasília, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3. ed. SP: Cortez, 1999.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. [tradução Álvaro Cabral, 1975]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2010.

RUBINSTEIN, Edith Regina, et al. **Psicopedagogia: fundamentos para construção de um estilo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SANTOS, Santa. M. P. **Brinquedoteca o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de Aprendizagem Escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

VYGOTSKY, Lev **A formação social da mente: o desenvolvimento de processo psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes 1998.

**Capítulo 7**  
**O PAPEL DO  
PSICOPEDAGOGO NA  
INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

**Euvânia Dias Ferreira da Costa**  
**Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada**



## O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Euvânia Dias Ferreira da Costa*  
*Célia Aparecida Dias Ferreira Louzada*

**RESUMO-** O estudo é importante pelo fato de contribuir com discussões e reflexões críticas e analíticas acerca do trabalho psicopedagógico que, poderá ser realizado na educação especial com a possibilidade de introduzir propostas psicopedagógicas para desenvolver as estruturas cognitivas, afetivas e sociais do aluno com paralisia cerebral. O problema consiste em: Qual é o papel do psicopedagogo na inclusão na educação infantil? Ao ser inserido na parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação. No entanto tenta busca tratar o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitiva, orgânica, social, familiar, emocional e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens. Dessa maneira, faz-se necessário que o psicopedagogo apoiado pelo gestor da escola, estimule a criação de ciclo de estudos contínuos entre os profissionais da escola de ensino regular e da escola de ensino especial, cuja suas práticas sejam de qualidade ao compartilhar da concepção da educação inclusiva, no sentido deste profissional na escola despertar nestes profissionais o redimensionamento de suas percepções sobre a psicopedagogia, propondo a compreensão de propostas psicopedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicopedagogo. Inclusão. Educação Infantil.

### INTRODUÇÃO

Os avanços da inclusão na Educação Infantil é perceber a importância desta para o desenvolvimento global das crianças com deficiência, desde a sua primeira infância, de maneira que venha a lhes favorecer um futuro mais justo, onde possa passar a conviver, em um mundo igual para todos. Incluir desde a Educação Infantil significa romper com o atual padrão educacional, buscando um caminho para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam

(DRAGO, 2011). Pensando desta forma, estamos almejando uma escola que seja inclusiva.

A modalidade da educação especial é transversal, pode está inserida desde a educação infantil ao ensino superior e, demais modalidades de ensino. Nesse sentido, a atuação do psicopedagogo com educandos público da educação especial deverá ser compreendida como um trabalho colaborativo em razão de sua interdisciplinaridade, isto é, mediante a contribuição de profissionais de múltiplas áreas do conhecimento. Além disso, o psicopedagogo tem que estar e fazer parte da equipe da organização do trabalho pedagógico dentro da escola.

Esse contexto, observa-se que a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais é realidade na escola, e com isso a educação precisa adotar uma nova postura para atender a multiplicidade dos educandos com algum tipo de deficiência, com ressalvas ao educando com paralisia cerebral, mediante seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Após, o interesse o em querer pesquisar e estudar sobre a temática psicopedagogia e a inclusão do aluno com paralisia cerebral foi originada por sucessivas inquietações e dúvidas, no tocante em querer saber como o psicopedagogo poderá contribuir para a inclusão do aluno com paralisia cerebral no ambiente socioeducacional.

Sendo assim, o estudo é importante pelo fato de contribuir com discussões e reflexões críticas e analíticas acerca do trabalho psicopedagógico que, poderá ser realizado na educação especial com a possibilidade de introduzir propostas psicopedagógicas para desenvolver as estruturas cognitivas, afetivas e sociais do aluno com paralisia cerebral.

O problema consiste em: Qual é o papel do psicopedagogo na inclusão na educação infantil?

Ao ser inserido na parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação. No entanto tenta busca tratar o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitiva, orgânica, social, familiar, emocional e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens. A importância em debater sobre esta temática justifica-se pelo fato de que para pessoas com deficiência

adentrarem na escola desde a educação infantil é algo muito raro de se acontecer, tanto em ambientes públicos quanto no âmbito privado, mesmo já se falando tanto nos impactos da intervenção para o desenvolvimento da criança com deficiência.

A metodologia foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, mediante a análise de livros, sites da internet, artigos científicos.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO**

Na Educação Infantil, a inclusão exerce uma enorme importância, já que nesta etapa são fornecidas propostas que aspira ao desenvolvimento da criança como um todo. Deste modo, acontece nesta fase, o primeiro contato da criança com a própria deficiência, com o mundo novo que a escola tem para mostra. Portanto, o conhecimento acerca das particularidades desse processo é imprescindível.

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o público da educação especial caracteriza-se por alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e, Altas Habilidades/Superdotação (BRASIL, 2008). Dessa maneira, entende-se como alunos com deficiência os que possuem deficiência sensorial (auditiva ou visual); múltipla (duas ou mais deficiência) e; física, - sendo esta última que o estudo irá se concentrar.

Na Educação Infantil, a inclusão exerce uma enorme importância, já que nesta etapa são fornecidas propostas que aspira ao desenvolvimento da criança como um todo. Deste modo, acontece nesta fase, o primeiro contato da criança com a própria deficiência, com o mundo novo que a escola tem para mostra. Portanto, o conhecimento acerca das particularidades desse processo é imprescindível.

Kuhlmann JR, ressalta que,

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla (KUHLMANN JR2000, p.11).

É fato que inclusão causa certo desequilíbrio na estrutura escolar, pois por mais organizadas que sejam estas instituições, acabam produzindo alguma forma de exclusão.

A demanda de conteúdos escolares são tantos, que acabam tornando alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco respeita as particularidades e interesses das crianças. Isso, sem falar em algumas barreiras que ainda faltam serem derrubadas como: ausência de formação dos professores para atender estas crianças sem segregá-las, ausência de rampas, banheiros adaptados e recursos pedagógicos adaptáveis às necessidades de cada indivíduo e um acompanhamento de diversas áreas para dar um suporte a este trabalho (psicopedagogo, fonoaudiólogo, entre outros) (VISCA, 2004)

Neste sentido, vale ressaltar Martins (2010, p.19) quando enfatiza a “importância do desenvolver deste construto, trazendo uma contribuição sobre a inclusão desde a Educação Infantil, pois são inúmeras as preocupações que envolvem este processo”. Mas, o mais importante que pode ser realizado é aceitação das diferenças das crianças com deficiência por toda a comunidade escolar.

Assim, a Educação Infantil recebeu um destaque mais peculiar na LDB, como pode ser visto nos seguintes trechos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Sendo este documento traz um conjunto de orientações e referencias pedagógicas que apontam contribuições para a prática educativa de qualidade para as crianças. Pois, exerce a função de contribuir com políticas e programas de Educação Infantil, trocando informações, discussões e pesquisas, auxiliando o trabalho educativo dos profissionais da área.

A inclusão é de fato um abalo mundial de luta de pessoas com deficiências e seus familiares na procura dos direitos e espaço na sociedade. Assim como ressalta Martins, Pires e Pires (2008, p. 18) “[...] o movimento que foi denominado de inclusão

vem influenciando as políticas e desafiando as comunidades, em todo o mundo.” É notável que a inserção de pessoas com deficiência vem sendo ecoado em todo o mundo, até mesmo porque, é algo que vem sendo muito debatido ultimamente. E falar sobre a Educação Inclusiva significa dizer que é um direito assegurado a todos os estudantes, sem exceção, de acordo com o que coloca Visca:

[...] a educação inclusiva significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológicas, a igualdade de oportunidades educativas, para que, desse modo, possa usufruir de serviços educativos de qualidade, conjuntamente com outros complementares, e possam beneficiar-se igualmente da sua integração em classes etariamente, com o objetivo de serem preparados para uma vida futura, o mais independente e produtiva possível (VISCA, 2004, p.41).

A educação inclusiva é uma pratica inovadora que esta enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que está desafiando o cotidiano escolar brasileiro. E que estas barreiras vêm a ser superadas por todos profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos buscar

cada vez mais a aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano se sentir, agir e pensar.

A inclusão escolar é necessário refletir o significado atribuído à educação, além de reformular nossas concepções e ressignificar o procedimento de construção do indivíduo como um todo, entendendo a complexidade e amplitude que está atrelado a tal assunto. Este paradigma da inclusão perpassa ao longo dos anos a busca da não exclusão escolar e sugeri meios que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino regular. Porém, o paradigma da segregação está fortemente enraizado nas escolas e com grandes parábolas e barreiras a se encarar, onde reforçam a ideia e o desejo de mantê-los em espaços especializados.

## **O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA DUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO**

A Psicopedagogia tem uma função importante neste processo inclusivista, dando apoio à família que chega com sua criança e que necessita ajudá-la em seu desenvolvimento, apoiando os educadores em seu exercício educacional

direcionando o melhor e mais seguro caminho para se alcançar o objetivo que é a aprendizagem. Tendo em vista que cada criança aprende em seu tempo e dentro das suas limitações, mas a prática educacional deve ser prazerosa o suficiente para despertar o interesse pelo desafio de aprender. Para que essa dinâmica aconteça, é indispensável costumes éticos, compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do conhecimento alcançado, cuidado e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu momento e sua maneira de aprender, e que, sendo assim precisa ser amparado e respeitado em sua individualidade.

A atuação da psicopedagogia para o momento da criança com paralis cerebral é muito importante, considerando que durante a estimulação o meio, somado a sua supervisão profissional, pode dar o início correto para a pré-formação para do trabalho. Considerando que a psicopedagogia trabalha em conjunto com os outros profissionais, é conhecido por esta o nível de funcionamento neuropsicomotor da criança, e a inclusão com a escola recebe, desta, um preparo para a fase escolar (SILVEIRA; KROEFF, 2012, p. 216).

A ação deste movimento de ensino-aprendizagem centraliza o aluno, e cada ser cognoscente é um caso a parte, pois, os mesmo trazem consigo um histórico, uma realidade, está inserido em um ambiente e traz consigo expectativas e necessidades, além disso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada ser, modificando a sua dificuldade ou limitação em algo bom e positivo, demonstrando que ele pode ultrapassar os seus limites, uma vez que o educador é somente um condutor e que todo o movimento de aprendizagem é excepcional do educando.

Segundo BOSSA (1994, apud SANTOS, 2011),

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria "ensinagem". (BOSSA, 1994, apud SANTOS, 2011),

Sendo assim, se faz necessário apoiar-se, não em estruturas fixas, inerte, mas muito, além disto, é preciso erguer novas bases, novas maneiras de ensinar, e construir gradualmente, todos os dias. Então, só a começar dessa edificação que não carece ser pessoal, mas coletivo e contínuo, que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática.



Conforme Miranda (2008);

[...] acredita que as interações entre professores e alunos devem aprofundar-se no campo da ação pedagógica. O professor assume um papel muito importante neste processo, pois constrói e conduz o fazer pedagógico de maneira que atenda às necessidades do sujeito aprendente. No fazer docente acreditamos que deve prevalecer a visão humanística, onde a relação professor-aluno seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula (MIRANDA, 2008 p.1).

Portanto, a Psicopedagogia pode acolher estas questões de inclusão escolar ao trabalhar com a subjetividade do professor, fazendo com que o mesmo ressignifique seus padrões de aprendizagem e ensino, possibilitando este exercício favorável para o processo de inclusão. A possível intervenção dentro da Educação Infantil está abarcada ao papel que o psicopedagogo nesse processo inclusivista, dando suporte e apoio ao professor em sua prática educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se atingir o objetivo que é a aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem focaliza o aprendiz, que cada um em sua singularidade, traz consigo seu contexto de vida, uma realidade em que se está inserido em seu meio, trazendo expectativas e necessidades, perante isso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada um modificando a sua limitação em algo positivo, desvendando que ele pode superar as suas dificuldades, uma vez que o educador é apenas um condutor para a aprendizagem e todo ser aprendiz tem seu próprio movimento para a aprendizagem. O processo inclusivista desde a Educação Infantil irá proporcionar uma maior interação entre as crianças com e sem deficiência, contemplando assim, que as crianças desde cedo aprendam, a viver com a diversidade e com o “ser” diferente. E deste modo, perpassando uma ideia de heterogeneidade, com crianças tendo que vivenciar um ambiente diferente da normalidade, dos padrões, aprendendo com isso viver em meio à diferença e sem preconceitos. É necessário sustentar-se em construir novas bases, novas maneiras de ensinar, e assim construindo pouco a pouco continuamente.

Portanto, vale ressaltar que o trabalho do psicopedagogo não será eficaz se não houver um vínculo com a instituição de ensino que o sujeito frequenta, pois é neste lugar que ele passará muitas horas do seu dia e onde ele será estimulado (ou não) a aprender. O diagnóstico psicopedagógico irá ponderar: qual a relação que o sujeito com deficiência tem com o conhecimento; qual é a melhor forma de se transmitir o conhecimento a esse sujeito; qual a forma de intervir de forma que se sinta

integrado na comunidade escolar; quais as expectativas que o sujeito tem a respeito da própria aprendizagem (GUIMARÃES, 2009, p. 204).

Deste modo, o psicopedagogo se configura como o profissional que contribui para o resgate do prazer em ensinar e aprender, através de uma ação interdisciplinar, com os demais profissionais que atuam na escola, tendo como foco a prevenção das dificuldades, mas sem negligenciar as dificuldades já instaladas, especialmente no contexto da escola inclusiva.

## CONCLUSÃO

A educação inclusiva necessitará ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo educando, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas habilidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim beneficiar e realmente concretizar o processo de inclusão nesta modalidade de ensino.

Logo, considerando essa perspectiva, é necessário que a escola adquira uma postura inovadora para a inclusão de aluno com necessidades educacionais especiais, em razão de a realidade social mobilizar-se para conquistar uma educação de qualidade para todos independente de sua condição biológica, étnica, religiosa, gênero e/ou cultural. Assim, é notório expressar que, o respeito pela diversidade educacional possibilita a convivência pacífica de todos no mesmo grupo social. Deste modo, pode-se perceber que as mudanças são essenciais para que a inclusão aconteça e que exige esforço de todos, de toda a comunidade, principalmente dos docentes e da equipe pedagógica. Portanto, para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas.

Dessa maneira, faz-se necessário que o psicopedagogo apoiado pelo gestor da escola, estimule a criação de ciclo de estudos contínuos entre os profissionais da escola de ensino regular e da escola de ensino especial, cuja suas práticas sejam de qualidade ao compartilhar da concepção da educação inclusiva, no sentido deste profissional na escola despertar nestes profissionais o redimensionamento de suas

percepções sobre a psicopedagogia, propondo a compreensão de propostas psicopedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**:promulgado dia 5 de agosto de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BOSSA, Nádía. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: ed. Wark, 2011.

GUIMARÃES, C. **Sobre a intervenção psicopedagógica clínica e a inclusão**. In: LAMOGLIA, A. (org.) Como ensinar na ausência de pressupostos sobre como aprender?Rio de Janeiro: Unirio, 2009.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. São Paulo: n.14, 2000.

MARTINS, L. de A. R.; PIRES, José; PIRES, Gláucia N. da L. et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

MIRANDA, E. **A influencia da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto de afetividade** 2008. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/pt/document/view/12559501/1-a-influencia-da-relacao-professoraluno-para-ieps>> . Acessado: 05 de nove 2020.

SANTOS, A. M. X. et al. **A importância da formação continuada para uma atuação docente reflexiva**. Teresina: Jornal da Educação, 2011.

SILVEIRA, A. M.; KROFF, A. M. S. Paralisia cerebral. In: Gomes, M. (Org.). **Construindo trilhas para a inclusão**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VISCA, Jorge. (2002). **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

**Capítulo 8**

**A PSICOPEDAGOGIA NA  
PSICOMOTRICIDADE DA  
CRIANÇA NA EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

**Geselia Ximenes de Souza  
Ligiane Oliveira dos Santos Souza**

## A PSICOPEDAGOGIA NA PSICOMOTRICIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

*Geselia Ximenes de Souza*

*Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

**RESUMO:** A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites. A educação física escolar está baseada nas necessidades da criança. Tem como objetivo principal, por meio da educação psicomotora, incentivar a prática do movimento em todas as etapas de sua vida. A pesquisa justifica-se que o desenvolvimento motor deve ser incentivado desde os primeiros anos dentro da escola e o profissional de Educação Física deve estar ciente que seu papel vai além promover atividades que desenvolvam a lado físico. Suas ações podem e devem desenvolver a criança de uma maneira integral favorecendo assim a aprendizagem em todas as outras disciplinas. A educação física está estreitamente relacionada a psicomotricidade, tendo influência direta na aquisição das habilidades motoras. Teve como objetivo geral analisar a importância da utilização das atividades físicas no processo de desenvolvimento psicomotores, afetivos, cognitivos e social. Os objetivos específicos foram: evidenciar os desenvolvimentos psicomotores, afetivos, cognitivos e sociais; identificar os tipos de atividades físicas para cada desenvolvimento das fases; explicar como o professor faz a interação psicomotores, afetivos, cognitivos e sociais durante as atividades físicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho bibliográfico. Sendo assim, a psicopedagogia nas escolas de Educação Infantil seria de grande valia, pois existiria uma relação do professor e o psicopedagogo e diante do seu conhecimento sobre a psicomotricidade, seria um trabalho em conjunto que iria beneficiar as crianças pelas atividades na aula de educação física realizadas para melhor desenvolver seus aspectos e estratégias que irão criar para o processo de aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicopedagogia. Psicomotricidade. Educação Física.

### INTRODUÇÃO

A psicopedagogia é basicamente reconhecida e entendida como um método que contribui, juntamente com a psicanálise, pedagogia e a psicologia, para participar na solução de problemas que surgem no contexto educativo, vindo estes, do ambiente familiar, escolar, do meio social, econômico, cultural ou de outras origens. Ao ser



inserido na parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação.

Sendo assim, a psicopedagogia nas escolas de Educação Infantil seria de grande valia, pois existiria uma relação do professor e o psicopedagogo e diante do seu conhecimento sobre a psicomotricidade, seria um trabalho em conjunto que iria beneficiar as crianças pelas atividades na aula de educação física realizadas para melhor desenvolver seus aspectos e estratégias que irão criar para o processo de aprendizagem.

A pesquisa justifica-se que o desenvolvimento motor deve ser incentivado desde os primeiros anos dentro da escola e o profissional de Educação Física deve estar ciente que seu papel vai além promover atividades que desenvolvam a lado físico. Suas ações podem e devem desenvolver a criança de uma maneira integral favorecendo assim a aprendizagem em todos as outras disciplinas. A educação física está estreitamente relacionada a psicomotricidade, tendo influência direta na aquisição das habilidades motoras.

Partindo desse preposto qual a importância da psicomotricidade na educação infantil, percebida a partir do olhar do psicopedagogo, em que busca meios com atividades físicas e até preventivos através da psicomotricidade para melhorar o desenvolvimento pleno da criança, integrando a sua aprendizagem?

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a importância da utilização das atividades físicas no processo de desenvolvimento psicomotores, afetivos, cognitivos e social. Os objetivos específicos foram: evidenciar os desenvolvimentos psicomotores, afetivos, cognitivos e sociais; identificar os tipos de atividades físicas para cada desenvolvimento das fases; explicar como o professor faz a interação psicomotores, afetivos, cognitivos e sociais durante as atividades físicas.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como base a revisão de literatura com abordagem descritiva exploratória, visando compreender a problemática do tema a ser tratado.



## DESENVOLVIMENTO

A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites. A educação física escolar está baseada nas necessidades da criança. Tem como objetivo principal, por meio da educação psicomotora, incentivar a prática do movimento em todas as etapas de sua vida. Falar da importância da educação física para a criança é o mesmo que falar da importância de ela se alimentar, dormir, brincar, ou seja, suprir todas as suas necessidades básicas.

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar.

E com base nestas revelações, é possível o psicopedagogo auxiliar a criança em suas dificuldades escolares, fazendo apontamentos, questionamento que estimula o pensamento. Ainda, permite escolher novas estratégias para intervir sobre as dificuldades de aprendizagem..

A atuação do professor torna-se indispensável para que os alunos avancem, construam e desenvolvam suas competências, em situações didáticas projetadas, com finalidades previamente determinadas, em atividades que propõem desafios, com preparo das formas de trabalho, previsão do tempo a ser empregado e intervenções pedagógicas consistentes.

A aula de Educação Física pode contribuir para a psicomotricidade do aluno visando os aspectos motores, isto é, exercícios em que a criança possa construir elementos para seu desenvolvimento de forma plena. Assim, a prática contínua de atividade física promoverá o aumento do nível do desenvolvimento da psicomotricidade do educando.

O trabalho da educação física psicomotora com as crianças deve prever a formação de base indispensável em seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico, dando oportunidade para que, por meio de jogos, de atividades lúdicas, se

conscientize sobre seu corpo. Através da educação física, a criança desenvolve suas aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor. Para que a criança desenvolva o controle mental de sua expressão motora, a educação física deverá realizar atividades considerando seus níveis de maturação biológica. A educação física, na sua parte recreativa, proporciona a aprendizagem das crianças em várias atividades esportivas que ajudam na conservação da saúde física, mental e no equilíbrio socioafetivo. (FONSECA, 1988)

Para Félix (2005), a educação física e a educação psicomotora são instrumentos importantes na construção do caráter educativo das crianças, pois se percebe que elas têm seus primeiros contatos com a aprendizagem mais lúdica, com a possibilidade de desenvolver-se de forma mais integrada dentro do processo educativo, estando mais fortalecidas para lidar com os medos e frustrações inerentes ao processo do aprender.

Porém, a partir da orientação em um processo de ensino é que se pode constatar a abrangência do significado de todas as definições e de toda a teoria na prática.

O termo psicomotricidade, como nos faz observar, está justificado no campo psicológico, e não no campo educativo. A personalidade é, de fato, uma unidade biopsíquica substancial e consiste de um corpo constituído de estruturas biológicas e psíquicas e uma indivisível inter-relação funcional. Dessa forma, qualquer gesto ou pensamento é sempre o produto de dinamismos orgânicos e psicológicos. Ao se sustentar a afirmação de que a motricidade é expressão da personalidade total (social, intelectual, afetiva e corpórea), não se deveria usar o termo psicomotricidade, que indica somente os aspectos psicológicos do movimento, mas, sim biopsicomotricidade (HILDEBRANDT; LAGING, 1986 p.15).

A educação física, através de atividades afetivas, psicomotoras e sócio psicomotoras, constitui-se num fator de equilíbrio na vida das pessoas, expresso na interação entre o espírito e o corpo, a afetividade e a energia, o indivíduo e o grupo, promovendo a totalidade do ser humano. Possui também um impacto positivo no pensamento, no conhecimento e ação, nos domínios cognitivos, na vida de crianças e jovens.

“A atividade motora é de suma importância no desenvolvimento global da criança. Através da exploração motriz, ela desenvolve a consciência de si mesmo e do mundo exterior.” (ROSA NETO, 2002). Se a criança for estimulada, bem orientada tanto na escola quando no ambiente familiar, possivelmente apresentará um

desenvolvimento evolutivo ao longo da vida. A respeito disto Santos (2007) afirma que:

A psicomotricidade é uma atividade motora considerada no seu significado de atividade psíquica, que se manifesta em uma execução motora. Está justificado no campo psicológico e no campo motor, podendo ser utilizado no campo educativo. (Santos 2007, p.23)

As atividades físicas para crianças são extremamente importantes para um bom crescimento e desenvolvimento do corpo e da mente. É importante que a criança comece a criar resistência, coordenação, força, equilíbrio, agilidade, velocidade, percepções tátil, auditiva e visual, noções de espaço, de tempo e de ritmo e todos os outros benefícios que podem ser adquiridos através das atividades físicas. A atenção precisa ser especial nessa fase, pois é durante toda a infância que novas sensações são descobertas, e são os exercícios que auxiliam e proporcionam o início de uma vida saudável.

Sendo capaz de favorecer o desenvolvimento e o comportamento humano e de solicitar capacidade de organização e criatividade, as aulas de Educação Física devem abordar temas interdisciplinares e abrangentes.

Considerando que a aprendizagem motora é complexa e envolve praticamente todas as áreas corticais de associação, é necessário compreender o funcionamento neurofisiológico na maturação a fim de fornecer bases teóricas para a estruturação de um plano de ensino que considere as fases de desenvolvimento neural da criança, maximizando assim o aprendizado.

Sendo assim, se faz necessário reconhecer as aulas de Educação Física também como um meio de aprendizagem, não apenas como um objeto de lazer para o estudante. O processo de aprendizagem está diretamente associado às experiências vividas logo, a Educação Física por meio de seus aspectos mais amplos através da cultura, movimento, sociabilidade, dentre outros aspectos que suas aulas abrangem será uma das grandes responsáveis por esse processo dentro do ambiente que esta inserido as atividades físicas.

Segundo Brasil (1997):

O trabalho da Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental e demais, é importante, pois possibilita aos alunos terem, desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. (Brasil 1997, p.15)

Utilizar o que o aluno trás para a aula, através dessas experiências vividas pode maximizar o processo de aprendizagem e se torna um recurso pedagógico extremamente válido para o encadeamento da mesma. Logo, para o educador de Educação Física é necessário reconhecer e estabelecer essa ligação, trazendo para suas aulas e percebendo que a sua importância se torna indispensável e fundamental.

Assim, uma base motora bem trabalhada, em que a coordenação dos movimentos das grandes partes do corpo e a percepção sensorial são estimuladas, pode preparar um “alicerce” motriz e mental da criança para o momento em que ela iniciar a primeira série escolar. Segundo Piaget (1983, p. 72) “as raízes do raciocínio lógico terão que se basear na coordenação das ações a partir do nível sensório-motor, cujos esquemas têm importância fundamentalmente desde o início”.

Nesse momento de aprendizagem, a criança experimentará variadas atividades que irão enriquecer a capacidade intelectual. Se a base motora foi desenvolvida de forma satisfatória, provavelmente ela terá uma sequência de sucessos significativos em sua vida.

A educação psicomotora é indispensável nas aprendizagens escolares, e por esta razão deve ser proposta desde a educação infantil e não pode ser desprezado durante as série iniciais. Pois ajuda a criança a organizar-se, propiciam-lhe melhores possibilidades de resolver atividades educativas, propostas como exercícios de análise, lógica, relações etc.

## **CONCLUSÃO**

A psicomotricidade atribui benefícios para a educação infantil, contribuindo para o desenvolvimento motor, cognitivo, físico e emocional da criança, auxiliando no processo de aprendizagem através da prática psicomotora e do brincar. As práticas pedagógicas e psicopedagógicas se fundamentam na utilização de atividades físicas na educação infantil como recurso importante para o desenvolvimento da criança, essa educação psicomotora é indispensável tanto para o profissional pedagogo como para o psicopedagogo já que ambos trabalham juntos para a melhoria dos processos de ensino aprendizagem.

A criança deve conhecer o corpo, interagir com o meio, reconhecer suas capacidades, a psicomotricidade como elemento de auxílio na aula de Educação Física desenvolverá o aluno integralmente, formando assim um cidadão capaz de compreender e lidar com situações adversas, no ambiente escolar ou não.

Conclui-se então que se deve promover na criança a segurança necessária e a confiança em si, pois ambas são indispensáveis a qualquer educação das capacidades intelectuais e, também, a qualquer autonomia real. É necessário que o profissional psicopedagogo trabalhe numa perspectiva lúdica o desenvolvimento da criança, com o intuito de colaborar no processo de aprendizagem, visando explorar e trabalhar cada uma das habilidades psicomotoras. Portanto, a psicopedagogia e a psicomotricidade podem ser interligadas construindo uma visão diferenciada referente ao desenvolvimento humano e a intervenção com crianças pequenas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física.** – Brasília, MEC/SEF, 1997.

FELIX, W. C. ***A psicomotricidade e o lúdico no processo de desenvolvimento infantil na Educação Física.*** 2005. 40 ps. Monografia (Graduação em Educação Física) da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Goiânia, GO, 2005.

FONSECA, Vítor da. **Manual de Observação Psicomotora** . Porto Alegre, Artes Médicas, 1988

HILDEBRANDT, R. ; LAGING, R. **Concepções abertas no ensino de Educação Física.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

PIAGET, JEAN . **Problemas de psicologia genética.** Lisboa, 1983.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS. J, P, Gama. **A Importância da Educação Física no Desenvolvimento da Psicomotricidade.** Rio e Janeiro. 2007.



**Capítulo 9**

**A IMPORTÂNCIA DO  
NEUROPSICOPEDAGOGO NO  
AMBIENTE ESCOLAR**

**Juscélia Paschoal Cardoso Silva  
Ligiane Oliveira dos Santos Souza**



## A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR

*Juscélia Paschoal Cardoso Silva*  
*Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

### RESUMO

Este artigo discute as questões referentes na aprendizagem, o Neuropsicopedagogo através de uma abordagem neurológica, psicológica e pedagógica pautado no estudo de distúrbios, incapacidades e processos normais de aprendizagem tem a possibilidade de realizar avaliações de processos na estrutura, na organização e no funcionamento cognitivo do sistema nervoso central, assim como posterior planejamento e ação interventiva. Dessa forma, o neuropsicopedagogo é o profissional que tem clareza política e pedagógica sobre as questões educacionais e a capacidade de interferir no estabelecimento de novas alternativas e encaminhamentos no processo educativo, procurando compreender e analisar o aspecto da aprendizagem como uma forma sistêmica, abrangendo a todos os educandos com dificuldades de aprendizagem e procurando auxiliá-los na reestruturação de sua forma de aprender. Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi analisar e discutir o papel da neuropsicopedagogia no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica, e quais contribuições que a neuroeducação pode oferecer para os processos de ensino-aprendizagem, bem como o profissional que estuda essa ciência voltada à educação, o Neuropsicopedagogo, pode auxiliar para melhorar o aprendizado Tendo como base uma questão fundamentada a revisão bibliográfica a partir de autores que examinam e compreendem a neuropsicopedagogia como ferramenta no processo de desenvolvimentos no/do/sobre o cotidiano escolar, em prol do sucesso escolar

**Palavras-chave:** Neuropsicopedagogo. Aprendizagem. Escola.

### 1. Introdução

A escola é um espaço destinado à aprendizagem, além é claro de abarcar com diversas outras demandas que a “sociedade multitarefa” vem lhe atribuindo. Dentro deste novo contexto educativo, os professores percebem a necessidade de um profissional que venha dar suporte, tanto as questões pedagógicas, psicológicas e neurológicas, ou seja, mostrar de que forma posso promover uma aprendizagem mais eficiente para os alunos.

A função do neuropsicopedagogo institucional é justamente esta, a de propor novos olhares educativos, pautados na neurofisiologia do indivíduo que aliadas às práticas pedagógicas vão procurar a facilitação da aprendizagem, além de identificação e redução dos problemas educacionais nos diversos níveis de escolaridade.

O neuropsicopedagogo utiliza-se dos processos de metacognição, o pensar sobre o pensar, fazendo com que o indivíduo entenda o porquê de responder "de tal maneira, tal pergunta", de que forma poderia ter feito melhor, sendo assim, os processos metacognitivos vão além da cognição, uma vez que esta se baseia somente em ensinar o aluno a dar respostas e se possíveis certas. Aliado aos demais profissionais do contexto educativo ele procura transformar "queixas" em pensamentos, criando espaço para a escuta e observação, para a partir daí fazer devolutivas.

Sabe-se que a importância de ter um profissional de neuropsicopedagogia no contexto educacional possibilita uma avaliação e intervenção antecipada relacionada aos transtornos de aprendizagem. Pois o neuropsicopedagogo recebe na sua formação toda orientação sobre o funcionamento do sistema nervoso e quais as implicações que comprometem a aprendizagem quando o mesmo apresenta prejuízo no seu funcionamento. Então a neuropsicopedagogia compõe-se justamente do conduzir, do acompanhar o indivíduo em todo seu processo de aprendizagem, preocupando-se com o todo. A mesma abrange conhecimentos propostos pela neurociência, pela psicologia e pela pedagogia tendo como objetivo central a potencialidade do processo de ensino-aprendizagem das pessoas com quem interagem.

Assim, o neuropsicopedagogo é o profissional que vai incluir à sua formação pedagógica o conhecimento adequado do funcionamento do cérebro, para melhor entender a forma como esse cérebro recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva, processa e elabora todas as sensações assimiladas pelos diversos elementos sensoriais para, a partir desse entendimento, poder adaptar às metodologias e técnicas educacionais a sua clientela e, principalmente, aqueles com características cognitivas e emocionais diferenciadas. Esse profissional terá que estar em busca constante dos necessários conhecimentos sobre as degenerações neurológicas, psiquiátricas e distúrbios existentes, para desenvolver um trabalho de acompanhamento pedagógico, cognitivo e emocional das pessoas que apresentam

esses sintomas.

As dificuldades encontradas durante esse período são esperadas, entretanto necessitam ser supridas, fazendo-se necessárias algumas intervenções distintas das normalmente utilizadas quando a criança apresenta alguma dificuldade.

A neurociência tem demonstrado o quão promissora pode ser uma parceria com a educação, trazendo todo o seu conjunto de saberes sobre o Sistema Nervoso Central, local onde tudo acontece, como os comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos. A partir dos conhecimentos desta área que a educação pode ter um salto quando se fala em efetividade e eficácia, levando em consideração que a partir do surgimento e avanço da neurociência foi possível fornecer melhorias na qualidade de vida da sociedade atual, disponibilizando tratamentos efetivos para variados distúrbios neurológicos, ou seja, contribuiu e tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de soluções de diversos transtornos e doenças, incluindo os problemas educacionais. A neurociência estuda cada funcionamento do cérebro e, a partir de então, consegue intervir nas dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem.

A aprendizagem significativa transforma o sistema nervoso central, e isso nos faz refletir em plasticidade cerebral, que é um processo adaptativo que dá ao indivíduo possibilidades de aprender, mesmo frente às novas situações ambientais; o que, além disso, tem trazido contribuições de como a mesma pode ser estimulada de forma mais efetiva dentro da educação.

Portanto, este artigo, objetiva analisar e discutir o papel da neuropsicopedagogia no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica, e quais contribuições que a neuroeducação pode oferecer para os processos de ensino-aprendizagem, bem como o profissional que estuda essa ciência voltada à educação, o Neuropsicopedagogo, pode auxiliar para melhorar o aprendizado, assim como, estimular de forma adequada e diferenciada as potencialidades da criança que cada dia se transforma dentro da modernidade a qual está inserida com uma proposta de implementação desse profissional em todas as escolas do país devido à importância nesse processo educacional, ratificado pelas pesquisas.

Como método, recorreu-se a revisão bibliográfica a partir de autores que examinam e compreendem a neuropsicopedagogia como ferramenta no processo de desenvolvimentos no/do/sobre o cotidiano escolar, em prol do sucesso escolar.

## 2. Desenvolvimento

O processo de aprendizagem é imprescindível em qualquer etapa na vida do ser humano, bem como, vem se desenvolvendo desde os primórdios de sua vida. A neurociência tem demonstrado o quão promissora pode ser uma parceria com a educação, trazendo todo o seu conjunto de saberes sobre o Sistema Nervoso Central, local onde tudo acontece, desde os comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos, e é a partir dos conhecimentos desta área que a educação pode ter um salto quando se fala em efetividade e eficácia, levando em consideração que a partir do surgimento e avanço da neurociência foi possível fornecer melhorias na qualidade de vida da sociedade atual, disponibilizando tratamentos efetivos para variados distúrbios neurológicos, ou seja, contribuiu e tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de soluções de diversos transtornos e doenças, incluindo os problemas educacionais.

A Neuropsicopedagogia é um campo do conhecimento que compartilha de modo harmonioso com outros conhecimentos e princípios de diferentes elementos das Ciências Humanas: Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, entre outras, compreendendo o erro apresentado pelo sujeito na técnica de construção do seu conhecimento, de uma aprendizagem significativa e suas interações como razões relevantes no desenvolvimento das competências cognitivas.

Referente ao termo de Neuropsicopedagogia, vale salientar que é uma área de estudo das Neurociências que tem por objetivo a “análise dos processos cognitivos, [...] construir indicadores formais para a intervenção frente aos educandos padrões com baixo desempenho e que apresentam disfunções neurais devido à lesão neurológica de origem genética, congênita ou adquiridas” (COSENZA E GUERRA, 2011).

O campo da Neurologia, Psicologia e Pedagogia, áreas que estabeleceram relações com a Neurociências, conseqüentemente tornando-se em Neuropsicopedagogia, tem buscado fomentar em estudos e pesquisas em prol das funções desse profissional e de indivíduos que sofrem com distúrbios neuronais. Percebe numa visão mais abrangente, pode-se dizer que essa junção tornou-se em uma ciência que analisa o sistema nervoso e sua atuação no comportamento humano, tendo como principal enfoque, a aprendizagem por meio da práxis. Sendo assim, procura fazer inter-relações entre os estudos das neurociências com os conhecimentos da Psicologia Cognitiva e da Pedagogia. Portanto as áreas do conhecimento que antes agiam independentes uma das outras, começaram a fazer

relações, denominado neuroeducação, promovendo desta forma a identificação, diagnóstico, reabilitação e prevenção frente às dificuldades e distúrbios das aprendizagens dos estudantes da Educação Básica.

As atribuições do neuropsicopedagogo, em conhecer os distúrbios das aprendizagens e posteriormente os processos da aprendizagem humana, tem a função de identificar, diagnosticar e encaminhar a outros especialistas por meio de pareceres e laudos. Distúrbios esses, que podem estar relacionados a leitura, a escrita, a matemática, a situação problemas, a déficit visuais, motora, transtornos emocionais ou desenvolvimento intelectual. Com essas observações específicas pode-se endossar os recursos mediante a outros laudos de profissionais de saúde, a partir do quadro de sintomas existentes do aluno, e assim, trilhar o caminho para a solução do problema de aprendizagem dos mesmos.

As neurociências da leitura mostram que cada cérebro de criança dispõe de circuitos neuronais capazes de aprender a ler. [...] Mesmo para uma criança disléxica, ou para um adulto analfabeto existem soluções. A plasticidade cerebral é tal que é possível contornar as dificuldades da leitura por vias cerebrais incomuns. Estamos, contudo, apenas nos primeiros balbucios da ciência da leitura. A melhor compreensão do desenvolvimento da leitura, o aparecimento de softwares educativos e a adaptação ótima ao cérebro da criança oferecem grandes esperanças a todos aqueles para quem ler permanece uma prova. [...] À medida que emerge um consenso científico sobre os mecanismos da leitura, seu ensino deveria progressivamente se transformar numa autêntica "neuro-psico-pedagogia": a ciência unificada e cumulativa onde a liberdade de ensino não é negada, mas voltada para a pesquisa pragmática de um ensino melhor estruturado e mais eficaz. (DEHAENE, 2012, p. 344,345)

A mesma compõe-se de conhecimentos propostos pela neurociência, pela psicologia e pela pedagogia tendo como objetivo central: potencializar o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com quem interagem. O profissional de neuropsicopedagogia, portanto, é um dos elementos mais importantes para desenvolver e estimular novas "sinapses", para um verdadeiro processo de ensino aprendizagem.

Segundo o Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia, capítulo III, do exercício das atividades, das responsabilidades e promoção profissional, resolução SBNPp nº 03/2014:

- 1º. Entende-se que sua atuação na área de Institucional, ou de educação especial, de educação inclusiva escolar deve contemplar:
- a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais;
  - b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno;

c) Encaminhamento do aluno a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização.

O surgimento deste campo de conhecimento em âmbito escolar, traz consigo uma gama de possibilidades, principalmente no que tange educação inclusiva, contudo, de fato, precisa ser melhorado dia após dia. Inúmeras ações precisam ser tomadas em relação a aprendizagem, políticas públicas, formação de professores e apoio psíquico, econômico e social aos familiares em prol dos alunos. Conforme Cosenza e Guerra (2011):

As neurociências não propõem uma nova pedagogia e nem prometem solução para as dificuldades da aprendizagem, mas ajudam a fundamentar a prática pedagógica que já se realiza com sucesso e orientam ideias para intervenções, demonstrando que estratégias de ensino que respeitam a forma como o cérebro funciona tendem a ser mais eficientes. (Cosenza e Guerra 2011, p.139):

O **Neuropsicopedagogo** detém o conhecimento necessário para colaborar de maneira categórica nesse processo de transformação. Esse profissional tem ciência que, quem ensina, ensina um "alguém", fato esse de vital importância. Portanto, o docente precisa ajustar o seu modo de ensinar à melhor forma de como esse "alguém" aprende. Pensando nesse indivíduo de maneira especial, ou seja, de maneira particular.

Segundo Cosenza, (2011, p.142) “a educação tem por finalidade o desenvolvimento de novos conhecimentos ou comportamentos”, pois “aprendemos quando somos capazes de exibir, de expressar novos comportamentos que nos permitem transformar nossa prática e o mundo em que vivemos, realizando-nos como pessoas vivendo em sociedade”. Cada aluno tem a sua história de vida pessoal, sua estrutura genética herdada, o meio em que está inserido na família, na comunidade, na escola sendo que seu processo de aprendizagem é individual e fruto desta história pessoal.

O neuropsicopedagogo pode atuar como clínico e institucional, contudo o viés dessa pesquisa esteve voltado para as questões escolares, e suas contribuições direcionou-se para os problemas encontrados nesse espaço/tempo cotidianamente. Raramente, as escolas do país, possuem esse profissional que auxiliem pais, professores e alunos em suas labutas. Exceto, as salas de recursos, que possuem um especialista em Educação Especial, ou que corresponde a área de maior necessidade pela demanda de alunos “laudados”, ou seja, apontados por um



especialista em educação especial quando a escola possui, normalmente trabalhando com um pequeno grupo de alunos.

Ou seja, neurociência anda junto com outros saberes e ciências, complementando os conhecimentos.

[...] a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino” (FONSECA, 2014, p.1).

Desse modo, a neuropsicopedagogia se caracteriza na área de conhecimento, voltada principalmente para os processos de ensino e aprendizagem, que se compõe na avaliação de indivíduos em defasagem e apropria-se de um papel de extrema importância na abordagem do enigma da dificuldade de aprendizagem de crianças em idade escolar.

O trabalho do educador pode ser mais significativo e eficiente quando ele conhece o funcionamento cerebral. Conhecer a organização e as funções do cérebro, os períodos receptivos, os mecanismos da linguagem, da atenção e da memória, as relações entre cognição, emoção, motivação e desempenho, as dificuldades de aprendizagem e as intervenções a elas relacionadas contribui para o cotidiano do educador na escola, junto ao aprendiz e à sua família. (COSENZA, 2011, p.146)

Compreender o ser humano na sua plenitude e entender como se processa a aprendizagem no contexto escolar tem sido um grande desafio, uma tarefa muito difícil para as mais variadas áreas. Com os avanços na área da neurociência entendemos que a aprendizagem é mediada pelas propriedades estruturais e funcionais do sistema nervoso, especialmente do cérebro, sendo ele o órgão da aprendizagem. O cérebro humano é bem mais complexo do que pensamos, é abrangente e criativo e se for corretamente conhecido, estudado e estimulado poderá aprender muito mais, podendo se expandir, bem como saber lidar melhor com as emoções.

As dificuldades de aprendizagem apresentam-se como um sintoma constante e real no quadro da educação brasileira e toma cada vez maiores dimensões e acentuadas discussões nas pautas de reuniões e planejamentos de ações educativas e escolares. A sociedade precisa estar atenta e acolher, com respeito e maturidade, esta realidade socioeducativa que se apresenta. Isto só será possível, mediante práticas pedagógicas interventivas e eficientes, que tornem o ensino uma proposta nova e inovadora, com sentido e significado social na vida das crianças que apresentam alguma dificuldade.

A resolução nº. 2/2001 (BRASIL, 2001, p. 2), aponta os grupos que constituem a categoria de necessidades especiais, de acordo com as características e dificuldades de aprendizagem observadas pela escola no desenvolvimento de suas atividades:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Desse modo, é possível identificar as diferentes formas de entender as dificuldades de aprendizagem. As explicações mais comuns, afirmam que a causa é nada mais que o resultado da influência entre a pessoa e o ambiente. De acordo com Fonseca (1995):

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. (Fonseca 1995, p. 71)

As dificuldades de aprendizagem evidenciam-se pelas alterações comportamentais, psicológicas e linguísticas, que podem se manifestar através de dificuldades nos conteúdos pedagógicos, na relação com o professor e com os colegas de turma e em uma menor participação nas atividades escolares, o que poderá inclusive, se transformar em um fracasso escolar nas séries seguintes, caso não haja uma intervenção eficiente, pode gerar uma exclusão social, visto que o próprio sistema social do mundo capitalista de hoje.

Hoje sabemos que os estímulos adequados a cada faixa etária promovem maior número de conexões sinápticas, além de criar as conexões certas para a aprendizagem, mas é preciso saber como se dá a maturação neurológica para que se possa estimular adequadamente essas conexões e assim não causar prejuízos ao processo de aprendizagem. Ou seja, é muito importante ter esse conhecimento, buscar entender como ocorre esse processo de aprendizagem, com o intuito de ajudar os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Maluf(2005) defende que:

Conhecer o funcionamento cerebral é fundamental para compreender como se dá aprendizagem de todos as pessoas em todas as idades e situação especialmente na escola, frente a educação formal. Mais é importante ressaltar que como a neurociência cognitiva objetiva estudar e estabelecer relações entre o cérebro e cognição principalmente em áreas relevantes para educação, o diagnóstico precoce de transtorno de aprendizagem está entre as prioridades Neuroaprendizagem o que revelará melhores métodos pedagógicos de desenvolver a aquisição de informações e conhecimentos em crianças no contexto escolar. Deve-se primordialmente as descobertas neurocientíficas entorno de como se desenvolver a atenção, linguagem a emoção e cognição que traz valiosas contribuições para alcançar a educação .(MALUF,2005).

Diante dessas informações relevantes, é de vital importância o educador perceber as relações que existem entre a aprendizagem, as **emoções**, a afetividade com seu professor, o gosto pelo aprender, o esforço cognitivo, o meio em que o aluno vive, bem como a necessidade de continuação dessas *funções sistêmicas* no cérebro, sem repetir modelos prontos de aprendizagem, que ativam sempre os mesmo âmbitos já constituídos. Isso diminui a eficácia de formar novas redes sinápticas, ou seja, não aumentando a capacidade de aprendizado. Faz-se necessário, então, criar novas formas de ensinar, com o objetivo de proporcionar novas sinapses. Se o aluno não aprende de uma maneira, é necessário que ensiná-lo de outras maneiras, fazer com que o aluno aprenda e goste de aprender.

Portanto, faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica, estejam aptos a atingir a qualidade social, a apropriação do conhecimento, as habilidades e competências prevista na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), solucionar problemas individuais ou coletivos e participar da sociedade de forma consciente, crítica, criativa e humanitária. Mas, para que isso ocorra, é de suma importância, a valorização de profissionais especialistas em todas as escolas de Educação Básica do país, sejam elas públicas ou privadas.

As dificuldades de aprendizagem podem ser reconhecidas e identificadas como uma maneira diferenciada da criança comportar-se diante do meio no qual interage. As causas para que isso aconteça são muitas, e podem está associadas a diversos fatores, o que suscita o investimento em práticas pedagógicas interventivas e especializadas, de forma a compreender e buscar alternativas para sanar as possíveis dificuldades apresentadas pelas crianças da pré-escola, fase crucial no desenvolvimento saudável de toda a vida escolar.

Dificuldades de aprendizagem específica significa uma perturbação num ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar, ou fazer cálculos matemáticos. O termo inclui condições como problemas perceptivos, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia e afazia de desenvolvimento. O termo não engloba as crianças que têm problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiências visuais, auditivas ou motoras, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagem ambientais, culturais ou econômicas (CORREIA; MARTINS, 2006, p. 65).

A identificação destas características é responsabilidade de todos que fazem parte da escola, mas geralmente é o professor que logo observa estes comportamentos na criança, já que a relação docente e discente é mais próxima, acontece na dinâmica do dia a dia, através das diferentes tarefas feitas na aula. Ao perceber algum desses comportamentos, o docente deve procurar uma orientação para saber como lidar. A equipe técnica e pedagógica precisa intervir, buscando junto à família, o apoio de profissionais especializados de outras áreas, para traçar um diagnóstico, quando necessário, de modo que a prática pedagógica possa ser revista e readaptada a nova realidade.

Através dos conhecimentos neuropsicopedagógicos existe a possibilidade de entender como se processa o desenvolvimento de aprendizagem de cada indivíduo, proporcionando-lhe melhoras nas perspectivas educacionais e dessa forma desmistificar a ideia de que a aprendizagem não ocorre para alguns; na verdade sempre acontecerá a aprendizagem, entretanto para uns ela vem acompanhada de muita estimulação, atividades diferenciadas, respeitando o ritmo de desenvolvimento do indivíduo.

O neurosicopedagogo precisa compreender o papel do cérebro na aprendizagem, fazer levantamentos do histórico de desenvolvimento neuropsicomotor, psíquico e cognitivo do indivíduo, a fim de avaliar possíveis encaminhamentos a profissionais de outras especialidades ou mesmo intervir no ambiente educacional com adequação curricular que possibilite a aprendizagem do aluno.

A perspectiva da metacognição surge como uma estratégia que auxilia no processo de aprendizagem, proporcionando ao discente a motivação tanto pelo objeto de estudo quanto pelo ambiente escolar. A estratégia metacognitiva é definida por Kleiman (2008, p.34) como: “a capacidade de estabelecer objetivos na leitura [...], isto é uma estratégia de controle e regulamento do próprio conhecimento”.

O espaço educativo deve estar aberto para novos profissionais que venham a somatizar a equipe multidisciplinar que atendem o educando, por isso neuropsicopedagogos além de ter uma visão de como ocorre a aprendizagem do educando, também possuem vistas para a metodologia de ensino do professor, pautados nos estudos descritos acima, possuem competência para orientar de que forma a aprendizagem pode se tornar mais significativa tanto na metodologia do professor quanto no processo de aprendizagem do aluno.

Também, cabe aqui ressaltar, o enunciado feito por Hennemann (2012) descrevendo as práticas neuropsicopedagógicas, atribuídas a estes profissionais.

O grande avanço da Neuropsicopedagogia no Brasil se deu através do Centro Sul Brasileiro de Pesquisa e Extensão - CENSUPEG. Dentro deste contexto educacional os profissionais da Neuropsicologia Clínica são capacitados para:

- Compreender o papel do cérebro do ser humano em relação aos processos neurocognitivos na aplicação de estratégias pedagógicas nos diferentes espaços da escola, cuja eficiência científica é comprovada pela literatura, que potencializarão o processo de aprendizagem.
- Intervir no desenvolvimento da linguagem, neuropsicomotor, psíquico e cognitivo do indivíduo.
- Adquirir clareza política e pedagógica sobre as questões educacionais e capacidade de interferir no estabelecimento de novas alternativas neuropsicopedagógicas e encaminhamentos no processo educativo.
- Compreender e analisar o aspecto da inclusão de forma sistêmica, abrangendo educandos com dificuldades de aprendizagem e sujeitos em risco social. (HENNEMANN 2012, p.11)

Também se faz interessante perceber que no contexto educativo, não somente com a vinda da inclusão, mas também com todo modo de vida contemporânea, outros aportes vieram consigo: são laudos médicos, medicações diversas, dúvidas na metodologia ensino-aprendizagem. Tudo isso, necessita de profissionais capacitados, que saibam indicar caminhos para que cada um realmente seja visto na sua essência, na sua individualidade.

O Neuropsicopedagogo, como um profissional mediador do processo de ensino-aprendizagem, irá desenvolver um papel fundamental na educação, haja vista que, em posse de seus conhecimentos, é possível atuar com mais eficácia nas intervenções pedagógicas a fim de ressignificar o conhecimento e despertar no educando a vontade de aprender, de modo que a capacidade cognitiva do educando se desenvolva plenamente dentro do ritmo pessoal de cada aluno. Portanto, considerar o trabalho neuropsicopedagógico no contexto escolar, significa caminhar

para o desenvolvimento da escola como um todo, haja vista que, o respaldo do neuropsicopedagogo contribui não somente para o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, mas também para o sucesso de toda a equipe escolar, cujo objetivo é contribuir para uma educação de qualidade e inclusiva.

Sendo assim, percebe-se que a neuroeducação pode trazer variadas contribuições para educação, por exemplo: a formulação e aplicação de programas educacionais como a implementação de atividades e demais projetos de intervenção mais efetivos, na medida em que se demonstram mais focais e interventivos naquilo em que se propõem; provisões para indivíduos com necessidades educacionais especiais de natureza física e/ou sensorial, oferecendo possibilidades de intervenções precoces que visem o desenvolvimento pleno das capacidades cognitivas e emocionais; orientações e entendimento do papel da alimentação no sucesso educacional, orientando como uma nutrição adequada aumenta o potencial de nossa capacidade cognitiva, e como uma inadequada traz limitações e até prejuízos cognitivos; esclarecimento quanto aos neuromitos disseminados pela mídia e demais meios de comunicação, que são equívocos quanto aos conhecimentos das neurociências, informações errôneas que infelizmente ainda circulam constantemente dentro da sociedade e frequentemente no próprio âmbito educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao buscar desvendar as possíveis perturbações na aprendizagem do indivíduo, esse profissional poderá eliminar ou amenizar os obstáculos do sintoma da não aprendizagem, com base nos conhecimentos das Neurociências. Vale lembrar que superar as dificuldades e os desafios impostos pelo insucesso escolar, caminho percorrido pelo Neuropsicopedagogo, não é nada fácil, devido às expectativas colocadas em seu desempenho profissional que, por sua vez, reflete diretamente no rendimento escolar do aluno que se encontra em processo de tratamento.

Desse modo, no cotidiano escolar, muitos alunos com perfis que requerem atenção na aprendizagem, sempre foram rotulados como indisciplinados, com defasagens, ou que não tiveram pais presentes na educação dos filhos. Porém, com o avanço das pesquisas, esses por sua vez, encontram dificuldades em abstrair informações e processá-las conforme as habilidades e competências almejadas pelos sistemas de ensino contemporâneo.

Portanto o trabalho em conjunto com o profissional da Neuropsicopedagogia dentro do contexto, resultará em ganhos satisfatórios para os educando, bem como para os educadores que também necessitam de maior conhecimento sobre essa área.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf) . Acesso em: 01/mai. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: 04 mai. 2020.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociências e Educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORREIA, Luís de Miranda. **Problematização das Dificuldades de Aprendizagem nas Necessidades Educativas Especiais**. In: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Moinho, 2004. \_\_\_\_\_; MARTINS, A. P. **Dificuldades de aprendizagem: que são? Como entendê-las?** Porto: Porto Editora, 2006.

DEHAENE, Stanislas. **Os Neurônios da Leitura: Como a Ciência explica a nossa capacidade de ler**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

FONSECA, Vitor. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. Revista Psicopedagogia, Portugal. 2014.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

HENNEMANN, Ana L. **Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de Estágio**. Novo Hamburgo: CENSUPEG, 2012.

*KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 11ed. Campinas: Pontes, 2008.*

MALUF, Maria Irene. **Entenda mais sobre a Dificuldade de Aprendizagem em crianças**. Publicado em 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: < <http://www.anitamulher.com.br/anita/entenda-mais-sobre-a-dificuldade-de-aprendizagem-em-criancas/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

**Capítulo 10**

**INCLUSÃO E A INTERAÇÃO DA  
PSICOPEDAGÓGIA NO  
PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM**

**Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso  
Elaine Alves da Silva**

# INCLUSÃO E A INTERAÇÃO DA PSICOPEDAGÓGIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

*Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso*

*Elaine Alves da Silva*

## RESUMO

A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. No entanto tenta buscar tratar o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitivas, orgânicas, sociais, familiares, emocionais e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens. Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi enfatizar a importância do papel do psicopedagogo no processo de aprendizagem tendo como base uma questão bibliográfica fundamentada em alguns autores com os possíveis fatores que influenciam a questão da inclusão. A orientação do psicopedagogo junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Psicopedagogia. Processo de Aprendizagem.

## 1 Introdução

O movimento mundial em prol do paradigma da aprendizagem da inclusão educacional originado na Conferência Mundial de Educação para todos (Jontiem na Tailândia, 1990) e posteriormente, a declaração de Salamanca (1994). Compromisso também assumido pelo Ministério da Educação do Brasil. A partir desses pronunciamentos, tornou-se compromisso universal, a implantação de políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Nessas novas perspectivas, a educação assume as funções: social, cultural e políticas, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e

cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelecem com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

Existem ações políticas bem avançadas nos objetivo de garantir acesso e a permanência, em êxito, das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil (creche e pré-escola) da rede regular de ensino, organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às instituições de educação especial. Apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

Ao ser inserido na parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação. No entanto tenta busca tratar o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitiva, orgânica, social, familiar, emocional e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens.

A questão norteadora: Como o psicopedagógico pode interagir no processo de aprendizagem na inclusão?

A metodologia de trabalho foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, mediante a análise de livros, sites da internet, artigos científicos.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para trajetória das pessoas com deficiência até a chegada dos bancos escolares é carregada de estigmas, mitos e credices, assim como sua trajetória na história da sociedade. No entanto não foram apenas as pessoas com alguma deficiência que foram historicamente excluídas da escola.

No século XIX e em boa parte do século XX havia escolas separadas para meninos e para meninas.

A educação inclusiva é uma pratica inovadora que esta enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e

que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que está desafiando o cotidiano escolar brasileiro. E que estas barreiras vêm a ser superadas por todos profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos buscar cada vez mais a aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano se sentir, agir e pensar.

A importância da inclusão educacional em contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidade educacionais especiais, a educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças.

Segundo Couto Lodi e Lacerda (2009, p. 15 *apud* Couto 2014, p. 7) o movimento da inclusão dos alunos Deficientes Auditivos na escola regular tem como meta incluir todos desde o início da escolarização, para fácil adaptação, possibilitando a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e uso social da leitura e da escrita. A esse mesmo respeito, ressalta Couto (2014, p.1 e 7):

Para que essas crianças com deficiência estudem em escolas normais, é preciso um trabalho mais amplo, a partir de cada necessidade especial, pois requer certa atenção, delicadeza, pois os alunos só não ouvem, são totalmente normais como qualquer outro na escola. [...] A inclusão dessas crianças é uma grande responsabilidade que vai englobar toda a educação, como secretários, diretores, professores, funcionários, pois essa reestruturação que existe é preciso para atender as necessidades educacionais especiais a todos os alunos.

A construção de uma escola com inclusão requer clareza no que diz respeito da diferença, pois para o surdo a escola normal ou a especial o importante é a excelência de seu trabalho. Assim a coordenação da escola tem o importante dever de aplicar um programa pedagógico que atenda a cada necessidade, oferecer a comunidade escolar capacitações, buscar parcerias, sempre pensando na melhor adaptação, e melhor aprendizagem para o aluno surdo dentro das escolas comuns.

Contudo, as crianças têm que aprender a se socializar, respeitar e aprender a conviver com o que é diferente. A inclusão não depende apenas do professor, mas sim de todos a sua volta, desenvolvendo assim um trabalho adequado a cada criança sempre visando ressaltar o que elas têm mais facilidade e usar como ponto positivo em sua aprendizagem.

Para Almeida (2012, p. 8)



a utilização da Libras vem colaborar para a inclusão social dos surdos desprezando qualquer forma de discriminação e preconceito com esse grupo, que ao longo da história sofreu com a ignorância e visão errônea dos ouvintes que observava a surdez como deficiência que deveria ser tratada clinicamente com intuito de superar o déficit auditivo.

Contudo o tempo foi passando e as coisas foram mudando para melhores, observando que a surdez não era um tipo de deficiência que devia ser tratada clinicamente. São pessoas iguais, mas apenas com uma forma diferente de aprender que se dá por meio das línguas de sinais.

## **O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

De acordo com Bossa (2000, p.42)

“as relações com o conhecimento, a vinculação com a aprendizagem, as significações contidas no ato de aprender, são estudados pela Psicopedagogia a fim de que possa contribuir para a análise e reformulação de práticas educativas e para a ressignificação de atitudes subjetivas”.

A orientação do psicopedagogo junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

Bossa (2000, p.12) destaca a figura do psicopedagogo dizendo que estes “são profissionais preparados para a prevenção, para o diagnóstico e o tratamento dos problemas de aprendizagem escolar”. Segundo a autora a psicopedagogia tem se dedicado a conhecer como ocorre o processo de aprendizagem, e os fatores que facilitam ou influenciam, com base em conhecimentos de outras áreas.

A escola deve investir, além do psicopedagogo, no quadro de seus



profissionais, isto é, ter colaboradores, entre outros, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, psicomotricista e médico e dar atenção especial aos seus professores que são primordiais para que a o processo ensino-aprendizagem aconteça.

O psicopedagogo surgiu para ajudar no desenvolvimento dentro de uma perspectiva que se possa conseguir ampliar as habilidades que estão retraídas dentro da criança. Para isso, em primeira fase, ele precisa utilizar recursos como a entrevista com a família, fazendo uma investigação para tentar descobrir o porquê do encaminhamento da criança ao atendimento, buscar descobrir a história de vida delas, sendo possível através de recursos como a Anamnese.

No entanto buscar identificar sua vivência, seu histórico escolar, quais dificuldades apresentam no processo de aprendizagem; fazer o encaminhamento a outros profissionais quando necessário. O auxílio e a intervenção do psicopedagogo no processo de aprendizagem vêm contribuindo cada vez mais dentro das diversidades encontradas nas unidades escolares, sendo que sua intenção é a de descobrir o que está prejudicando ou dificultando a aprendizagem do aluno.

É importante que os professores tenham clareza que não há método bom ou ruim. Há sim métodos que servem para determinados alunos e não para outros. Não é porque um aluno não aprende por um método que concluiremos que não aprenderá. Não podemos nos fechar num único método e sim priorizar diversas formas de ensinar, tendo em vista que cada ser humano é único, individual e tem sua forma, ritmo e momento de aprender. (MAZZOTA,1998)

De acordo com Oliveira:

O professor precisa avivar em si mesmo o compromisso de uma constante busca do conhecimento como alimento para o seu crescimento pessoal e profissional. Isto poderá gerar-lhe segurança e confiabilidade na realização do seu trabalho docente. Esta busca poderá instrumentalizá-lo para assumir seus créditos, seus ideais, suas verdades, contribuindo para referendar um corpo teórico que dê sustentação para a realização de seu fazer. (OLIVEIRA, 1995, p.64).

Contudo, para que a intervenção psicopedagógica consiga atingir os objetivos propostos, é essencial que durante o processo de tratamento o psicopedagogo continue a manter o vínculo com a família, e a escola, estabelecido durante o diagnóstico.

Com a participação da família pode-se rever algumas questões pertinentes ao melhor desempenho escolar, promovendo uma parceria no processo de intervenção, tendo em vista que a família tem por responsabilidade formar o caráter, perpetuar

valores éticos e morais.

Neste sentido, é importante pensar e escrever sobre intervenções pedagógicas já que exige uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem pelos quais passam os sujeitos professor e aluno nos seus processos de ação no cotidiano escolar. Podemos considerar que as mediações pedagógicas são propulsoras das aprendizagens, tanto para os que ensinam como para os que aprendem.

O psicopedagogo atua no cotidiano pedagógico, mas, agora, já não procura por causas e soluções em si mesma. Outros fatores, que estão fora do ambiente escolar, também contribuem com as dificuldades de aprendizagem e podem ser: orgânicos, emocionais, culturais, intelectuais, familiares e outros fatores mais específicos, como por exemplo, dislexia, disgrafia, discalculia; estes considerados transtornos ou distúrbios, que devem ser devidamente diagnosticados quando percebidos ( AZEVEDO,1993).

É importante destacar, também, que o papel do professor é o de acompanhar o aluno na sua trajetória e levá-lo a superação de suas dificuldades, buscando sempre uma de prática pedagógica centrada na estimulação ou no desenvolvimento das habilidades das crianças. Desta maneira, fica explícita a importância da participação efetiva dos pais no desempenho escolar das crianças, visto que esta união favorece significativamente o processo de aprendizagem das crianças.

Assim, cabe ao psicopedagogo ter um olhar amplo para descobrir qual fator está atingindo o aluno, e dentro desse trabalho criar um planejamento adequado para que possa desenvolver todo o trabalho dentro de cada necessidade e que essa intervenção possa ser feita juntamente com os outros profissionais que estejam envolvidos no caso, para assim obter um maior conhecimento dentro do processo evolutivo da aprendizagem desse aluno. O que mais observamos na atualidade são as reclamações feitas por profissionais da educação dentro da perspectiva do fracasso escolar do aluno, já que muitos deles não conseguem demonstrar os seus sentimentos, não conseguem desenvolver a leitura e a escrita, e assim o professor necessita de um auxílio para poder intervir nesse processo. (AZEVEDO,1993)

Neste caso, é muito importante que se ouça o aluno, os seus problemas. Desta maneira o profissional poderá detectar a realidade do problema que está sendo enfrentado no processo da aprendizagem e no desenvolvimento, já que esse problema pode ter sido adquirido antes ou no decorrer da sua vida escolar

Segundo Bossa (2000) a presença de um psicopedagogo no contexto escolar é essencial, ou seja, ele tem muito que fazer na escola. A sua intervenção inclui:

- Orientar os pais;
- Auxiliar os educadores e conseqüentemente à toda comunidade aprendente;
- Buscar instituições parceiras (envolvimento com toda a sociedade);
- Colaborar no desenvolvimento de projetos (Oficinas psicopedagógicas);
- Acompanhar a implementação e implantação de nova proposta metodológica de ensino;
- Promover encontros socializadores entre corpo docente, discente, coordenadores, corpo administrativo e de apoio e dirigentes (bossa (2000, p. 23).

Assim, o trabalho psicopedagógico requer do especialista uma real percepção de si, de maneira a não se deixar levar pelos próprios valores durante a intervenção. Isso porque o reconhecimento de um problema de aprendizagem e a intervenção mais adequada para solucioná-lo será resultado da bagagem cultural que ele traz consigo e que interferirá na sua capacidade de observação e análise de cada caso.

A participação do professor, por inteiro, (corpo, organismo, inteligência e desejo) nessa relação, na sala de aula, no processo ensino-aprendizagem demanda a participação dos alunos também por inteiro. O organismo, transversalizado pela inteligência e o desejo, irá se mostrando em um corpo, e é deste modo que intervém na aprendizagem, já corporizado. (FERNÁNDEZ, 1990, p.62).

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar.

A didática com um olhar psicopedagógico inserida na sala de aula pode contribuir para uma aprendizagem realmente significativa. Quando o educando se percebe como um personagem protagonista neste processo de aprendizagem, o desejo de aprender é muito maior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O psicopedagogo é extremamente importante na instituição escolar, pois este profissional estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito desse processo.

Consisti assim o profissional da Psicopedagogia propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem como pode contribuir para que os alunos sejam capazes de olhar esse mundo em que vive de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência.

Nesse sentido, é extremamente relevante um trabalho de estudo e análise que reflita sobre a função e a contribuição de um psicopedagogo no contexto escolar, ou seja, diante do desafio de se lidar com as dificuldades de aprendizagem. A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. ***A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas***, 2012.

AZEVEDO, A. D. et alii. **Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade**. Manual 1º e 2º fascículos. São Paulo: s.l., 1993.

BRASIL. Leis, etc. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BOSSA, Nádía. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dificuldades de Aprendizagem: o que são e como tratá-las**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. Editora Ática, 1999.

COUTO, Leticia Ferreira de. **Libras: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva**. Artigo científico, 2014.

DECLARAÇÃO de Salamanca e **linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: s.l., 1994.

FERNANDES, Alícia. **A inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

LODI, A. C. B; LACERDA, C. B. F. de. **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais e escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

MAZZOTA, M. J. de S. **Inclusão e Integração ou chaves da Vida Humana. In:\_\_\_.**  
**Anais do Congresso ibero-americano de Educação Especial.** Brasília: Editora  
Qualidade, 1998.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). **Educação Infantil: muitos olhares.** São  
Paulo: Cortez, 2ª edição, 1995.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e Realidade Escolar.** Campinas: Vozes, 1996.

**Capítulo 11**  
**A INCLUSÃO NO AMBIENTE  
ESCOLAR**

**Luciane Moraes da Silva**  
**Caroline Valéria da Silva Lazaretti**  
**Camila Lúcia dos Santos Sales**



## A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

*Luciane Moraes da Silva*

*Caroline Valéria da Silva Lazaretti*

*Camila Lúcia dos Santos Sales*

### RESUMO

A inclusão é definida por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação medidora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da inclusão na educação infantil; compreender o processo de inclusão escolar. A metodologia da pesquisa fundamenta-se numa pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como base a revisão de literatura com abordagem descritiva explicativa, visando compreender a problemática do tema a ser tratado. Buscou-se referenciais teóricos como livros, artigos científicos de bases de dados como: Google Acadêmico e Scielo os publicados nos anos de 1996 a 2010.

**Palavras-chave:** Inclusão Educacional. Inclusão Escolar. Interação Social.

### 1. Introdução

O movimento denominado de inclusão escolar é relativamente novo se considerarmos o grande período de exclusão escolar que muitas minorias historicamente marginalizadas viveram, sendo estas impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso à educação. A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar. Embora “toda” seja abrangente e englobe uma variedade de segmentos, nesta reflexão vamos nos ater a um segmento populacional específico, alunos com deficiência, que, por características distintas, muitas vezes requerem da escola ações diferenciadas.

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio

social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional.

O entendimento da proposta de educação inclusiva requer uma análise do modelo anterior com vistas a delimitar o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. A escola e a classe especial destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, e só então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola comum.

Os alunos que necessitam de educação especializada devido a alguma limitação, seja física ou cognitiva, devem estar na escola regular, e esta precisa estar preparada para atender às necessidades dos alunos, de todos. As opiniões dos profissionais da educação em relação à inclusão escolar divergem muito ainda, bem como a melhor forma de proporcionar que a criança aprenda também se constitui num debate consistente entre os pais. Não temos uma receita pronta, o certo é que toda criança deve ir para a escola “aprender”.

A partir do trabalho com uma turma de alunos de maternal, na qual um aluno é surdo, acredito que é fundamental pensar sobre a aprendizagem da turma como um todo. O aluno surdo possui uma limitação na comunicação, mas há inúmeras possibilidades de comunicação que estão sendo experimentadas por ele e por seus colegas no dia a dia. A comunicação é essencial na convivência entre as pessoas. Na turma em que trabalho a comunicação está sendo entendida pelos alunos de uma forma mais ampla, pois os ouvintes já entenderam que se faz necessária a língua de sinais para a comunicação com o colega que é surdo, e acredito que estão aprendendo muito com as diferenças. A interação com as diferenças proporciona aos alunos maior aprendizagem e desenvolvimento da capacidade cognitiva e intelectual. A inserção de todas as pessoas na sociedade como agentes participantes e ativos é a inclusão que queremos, e esta já está acontecendo na sala de aula, mas é importante pensarmos sobre a aprendizagem de todos os alunos envolvidos e se constitui no foco principal deste trabalho, que pautou-se pela questão “Como a inclusão na educação infantil contribui para a aprendizagem?”.

Para responder a esta questão será necessário verificar como os alunos estão aprendendo a partir da inclusão de um aluno surdo numa turma de ouvintes. Também é importante entender como o aluno surdo aprende. Perceber a aprendizagem dos alunos ouvintes e do aluno surdo a partir da interação entre eles é outro objetivo deste trabalho.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da inclusão na educação infantil; compreender o processo de inclusão escolar. A metodologia da pesquisa fundamenta-se numa pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como base a revisão de literatura com abordagem descritiva explicativa, visando compreender a problemática do tema a ser tratado. Buscou-se referenciais teóricos como livros, artigos científicos de bases de dados como: Google Acadêmico e Scielo os publicados nos anos de 1996 a 2010

## **A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E INTERAÇÃO INCLUSÃO ESCOLAR**

A inclusão social baseia-se em um paradigma de suportes que é caracterizado pelo pressuposto de direitos, garantidos por meio de suportes (sociais, econômicos, físicos), visando à efetiva possibilidade de que todas as pessoas tenham acesso ao exercício da cidadania. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza:

que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; e assegura aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

As experiências de inclusão na escola depara-se ainda com o fato de que esta não é, pela sua história, em seus valores e práticas, uma estrutura inclusiva e foi, ela mesma, criadora de exclusão.

A inclusão encontra-se hoje conceitualmente situada entre grupos que a consideram como utópica, outros como mera retórica e outros como uma manobra de diversão face aos problemas reais da escola. Para que a escola se torne inclusiva, faz-se necessário pensarmos que ela, desde sua criação, organizou-se com base numa indiferença às diferenças (RODRIGUES, 2006).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define-se que:

em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional...

[...] No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação de tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2008, p. 16).

O currículo é um dos aspectos centrais a ser levado em conta quando se procura realizar alterações na escola no sentido da inclusão. Existe, por parte das escolas, uma dificuldade em alterá-lo e ele acaba sendo usado como uma das justificativas para se manter a escola como está. Desta forma, o currículo pode ser visto como um dos obstáculos à Inclusão.

Portanto, a educação inclusiva se propõe a aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar e social, o que pode ser comprovado na seguinte definição:

[...] é o meio mais efetivo de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos, além disso proporciona uma educação eficaz para a maioria das crianças, melhora a eficácia e, por fim, a relação custo-efetividade de todo o sistema educativo” (UNESCO, Declaração de Salamanca 1994).

A organização de uma escola realmente inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), que deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas.

O projeto político pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (MAZZOTA , 2003).

A inclusão centra seu interesse em todos os alunos, por isso, os professores devem rever o conceito que possuem sobre dificuldades de aprendizagem e que ações devem ser colocadas em prática. A proposta de inclusão envolve a sociedade

como um todo e precisa de condições objetivas para que seja colocada em prática, entre elas, a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada, reestruturação da carreira docente e melhores salários.

A inclusão amplia o público-alvo da educação especial, antes restrito às pessoas com deficiência, e promove importantes discussões sobre como a sociedade pode melhor organizar-se para oferecer um processo de ensino-aprendizagem que atenda às necessidades de todos os alunos. A ênfase é transferida das diferenças individuais para as condições de ensino-aprendizagem oferecidas pela escola (CARVALHO, 2005).

A Educação Inclusiva significou um grande avanço em relação aos movimentos anteriores, destinados ao tratamento das pessoas com deficiências e ao princípio de uma escola para todos, principalmente em termos legislativos. Todavia, ainda hoje as escolas públicas encontram dificuldades pedagógicas e administrativas para promover um ensino de qualidade aos alunos que por longas décadas ficaram a margem da apropriação dos conhecimentos veiculados pela escola, por apresentarem significativas desvantagens acadêmicas, em decorrência de condições diferenciadas de natureza anátomo-fisiológicas, psicossociais, etnoculturais e econômicas, dentre os quais estão àqueles com graves prejuízos são qualificados como pessoas com deficiência (MITLER, 2003).

Numa alusão às normativas, o Ministério da Educação define que a

[...] inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (MEC, 2006).

Nesse sentido, percebe-se que a Educação Inclusiva exige profundas transformações no sistema educacional, que perpassam, por exemplo, desde a revisão da formação inicial dos professores até a sensibilização das diferenças presentes no conjunto do alunado que constitui a Escola.

Para CARVALHO (2006)

a educação inclusiva pressupõe um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha ocorrer dentro dos espaços educacionais do ensino regular, na medida em que está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, no ingresso e na permanência "com sucesso em escolas de boa qualidade, o que, necessariamente, implica previsão e provisão de recursos de toda ordem", possibilitando a todas as pessoas oportunidades educacionais adequadas, respeitando, durante todo o processo de aprendizagem, a individualidade, bem como as limitações inerentes a cada

ser. (CARVALHO 2006, p. 36)

Isso se ampara numa nova compreensão da relação professor e aluno, indicando a necessidade de mudanças no sistema educacional, na esfera política e administrativa, em termos específicos, conceituais, metodológicos, operacionais, e comunitários, uma vez que as propostas de ensino às pessoas com deficiência devem ser revistas desde as suas concepções. Implica, ainda, discutir se todo e qualquer aluno com deficiência se beneficia da escola comum, ou se há de se investir em escolas especiais para um demanda com diferenças significativas, pois se concebe que os preceitos que sustentam a Inclusão Social e, por conseguinte, a Educação Inclusiva se subsidiam no princípio da equidade(MITLER ,2003).

Nesse cenário, o desafio do sistema educacional será

[...] não reproduzir no âmbito escolar o movimento tão premente em nossos tempos de homogeneização dos seres, de abafamento das singularidades e das diferenças. Resta hoje a cada escola construir, ao seu modo, sua resposta ao paradoxo de ser ao mesmo tempo igual para todos e única para cada um. (TIGRE; TEIXEIRA, 2005, p.182).

As redes comuns de ensino, sob a perspectiva da Educação Inclusiva, representam o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, criando salas de aulas acolhedoras, em direção a uma sociedade inclusiva que respeite as diferenças e a diversidade humana.

Os preceitos da acessibilidade carregam consigo a diversidade humana, e afirma a importância de ações que visem à eliminação de barreiras no acesso de todos à educação. Tal consideração orienta o princípio da plena e efetiva participação de todos os alunos, no seu processo de aprendizagem. O processo de internalização da atividade social ocorre pela transformação dos conhecimentos produzidos historicamente em funções psicológicas superiores, especificamente humanas (ZABALZA, 1998).

Assim, o conjunto de conhecimentos está posto num primeiro momento no nível social, distante do indivíduo: somente pela mediação com outros sujeitos mais experientes é que se entra em contato com o universo de conhecimentos já disponíveis nessa realidade.

O modelo inclusivo de educação tem por base a concepção de direitos humanos, em que os princípios de igualdade de oportunidade e valorização da diferença são combinados para que todas as crianças, jovens e adultos possam estar



incluídos no sistema educacional regular, aprendendo e participando sem qualquer tipo de discriminação (ZABALZA, 1998).

Para que todos recebam uma educação de qualidade, isentos de preconceitos e estereótipos de qualquer natureza, o sistema educacional precisa ser repensado e a histórica estrutura discriminatória de exclusão das diferenças deve ser suplantada por uma nova estrutura, na qual o acesso à classe comum seja irrestrito e o foco esteja na escola como um todo e na potencialidade dos alunos.

Nesse sentido Alarcão nos diz que:

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de "primeiro plano" e, conseqüentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que, por outro lado, os professores tomem consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos (ALARCÃO, 2001 p.15).

Uma nova postura da escola, que deverá propor, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que verdadeiramente favoreçam a integração social e a opção dos agentes educativos por práticas heterogêneas e atentas à diversidade existente na escola. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, esse processo busca uma pedagogia que se amplie frente às diferenças do alunado. É um novo paradigma que desponta em defesa da idéia de viver a igualdade na diferença, integrar na diversidade.

Os educadores de escolas inclusivas respeitam o ritmo de cada um e não têm o conteúdo pronto antes de conhecerem os estudantes. Nesse novo paradigma escolar, a escola se adequa aos alunos, em contrapartida ao modelo anterior, de integração, no qual o aluno só era aceito sob a condição de se adaptar ao padrão pré-definido, segundo o qual a competição, eficiência e perfeição definiam o valor de cada indivíduo.

Esse olhar nos leva a entender que o desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar ficam fragmentados, pois um contexto inclusivo, mexe com o sistema educacional, muda a forma de olhar o aluno, gera práticas flexíveis e instruções diferenciadas e traz uma noção de colaboração mútua entre escola, família e o contexto do aluno. É de suma importância que todos os envolvidos no processo de inclusão percebam que a função de toda escola que se diz democrática apresente uma proposta pedagógica de educação inclusiva de qualidade passa a ter conceitos

inclusivos.

Sabemos que ensinar, é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais de seus alunos. Para Sassaki (1997), inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI 1997, p. 41)

Como vimos incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar e avaliar; trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

A inclusão na perspectiva escolar é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que coloca-se à disposição do aluno.

A inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como foco, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas. O desafio implica numa nova visão de necessidades educacionais especiais que, além das dos alunos, traduzem-se por necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nela trabalham (CARVALHO, 2005).

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar

alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos (MANTOAN, 1999).

Além da percepção do aluno como capaz, o professor que quer fazer de seu trabalho uma ação inclusiva terá que pensar na modificação de sua prática pedagógica. Nos dizeres de Sacristán (1995):

A mudança em educação não depende diretamente do conhecimento, porque a prática educativa é uma prática histórica e social que não se constrói a partir de um conhecimento científico, como se se tratasse de uma aplicação tecnológica. A dialética entre conhecimento e ação tem lugar em todos os contextos onde a prática acontece. (SACRISTÁN, 1995, p.76)

A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais.

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de

ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Já Perrenoud (1995) informa que é necessário, portanto, que as situações de ensino-aprendizagem sejam organizadas de maneira que possam atender satisfatoriamente as necessidades educacionais de todos os alunos:

“Diferenciar o ensino é organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam mais fecundas. Implica, pois, o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos consigam atingir as metas escolares, por meio de um acompanhamento e percursos individualizados” (PERRENOUD, 1995, p. 28-29).

Perrenoud ainda comenta que entende-se que o conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que eles apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando não apenas a igualdade de oportunidades, mas, principalmente, oferecendo a equidade de condições.

Mendes (2003) menciona que:

[...] os potenciais benefícios para alunos com deficiência seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades de observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. Benefícios potenciais para os colegas sem deficiência seriam: a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações. (MENDES, 2003 p.05)

São inúmeras as vantagens para as crianças, com deficiência ou não, aprenderem juntas e como o processo de inclusão ressignifica a forma do fazer educativo, considerando as necessidades educacionais de todas as crianças, articulando-se em função dessas necessidades, visando, assim, assistir de forma eficaz a todas as crianças em seus mais diferentes níveis de ensino e aprendizagem.

Buscar essa igualdade como produto final da aprendizagem é fazer educação compensatória, em que se acredita na superioridade de alguns, inclusive a do professor, e na inferioridade de outros, que são menos dotados, menos informados e esclarecidos, desde o início do processo de aprendizagem curricular.

A inclusão escolar ocorra é necessário que a escola regular ofereça para os alunos ótimas condições de ensino-aprendizagem, sendo necessário, então, modificações na sua estrutura, principalmente no que diz respeito ao oferecimento dos serviços da Educação Especial na escola regular e na classe comum:

“Se vamos pedir às escolas para diversificar sua resposta e criar serviços adaptados a populações que antes nunca lá estiveram, é essencial que mais recursos e materiais sejam endereçados a escola. A educação inclusiva pressupõe uma escola com uma forte confiança e convicção de que possua os recursos necessários para fazer frente aos problemas”. (RODRIGUES, 2006, p.310).

O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1999, p.120)

É importante pensar no professor como agente transmissor de conhecimento que respeita as diferenças, e que cada aluno reage de acordo com a sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional, entre outras.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006).

Para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças com deficiência é preciso que aconteça intervenção pedagógica, que atenda as necessidades individuais de cada aluno, para que aconteça de fato à melhoria e a qualidade de ensino e aprendizagem dos educandos.

Qualquer problema de aprendizagem implica um trabalho amplo, trabalho do professor junto à família da criança para analisar situações e levantar características visando descobrir o que esta representando dificuldade ou empecilho para que o aluno aprenda. Sob este aspecto é importante o professor estar atento aos seus alunos, procurando interagir com eles na intenção de saber sobre seu lado familiar, como vivem e o seu dia-a-dia na comunidade. Adquirindo a confiança do aluno o professor poderá desvendar possíveis dificuldades na sua aprendizagem.

Segundo Cunha (2014),

a aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os

conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais. Alunos com deficiência já são predispostos a improvisações em razão de restrições que possuem. Há neles um potencial criativo que necessita ser explorado em sala, pois limitações genéticas podem ser superadas pelos estímulos do ambiente escolar. (CUNHA 2014, p. 68)

Para um bom desempenho da aprendizagem das crianças é necessário que haja disponibilidade cognitiva e emocional, pois é um fator essencial para que aconteça uma interação com colegas e aprenda a conviver em grupo, a se socializar e a entender as normas, valores e as atitudes uns dos outros e assim cabe ao professor trabalhar com sua turma organizando-a em grupos, porque dessa maneira estará influenciando o processo de ensino aprendizagem, porém tem que levar em conta a diversidade dos alunos.

#### Segundo Millot:

[...] é na família que o processo de aprendizagem se inicia. Num processo de transferência, o amor sentido pela criança por seus pais e mais tarde, por seus professores, é o que vai continuar a ser o motor da aprendizagem. Assim, a família e a escola possuem um elemento comum: a criança. Os problemas de adaptação escolar vão se refletir na família. Existe uma grande discrepância entre o que os pais identificam como sendo realmente 'problema' e o que a escola valoriza como tal (MILLOT, 1987, p. 68).

A influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, gerando desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, além de sérios obstáculos à aprendizagem escolar.

Tratar de dificuldades de aprendizagem não é algo fácil, pois, às vezes muitas pessoas deparam-se com uma determinada dificuldade de diferenciar “necessidades educativas especiais” de dificuldade de aprendizagem. Indivíduo que possuem dificuldade de aprendizagem apresenta os problemas bem mais localizados, ou seja, tem uma linha desigual em seu desenvolvimento, seus problemas de aprendizagem não têm relação com pobreza ambiental e não são devido a um atraso mental ou transtornos emocionais (ZACHARIAS, 2007).

No entanto, para haver a aprendizagem, o professor não pode ser meramente um transmissor de conhecimentos, mas precisa comunicar uma ação pedagógica, onde estão entrelaçados os saberes discentes e docentes.

“Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. Para conseguir um ensino inclusivo, os professores em geral e especializados,



bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente". (GASPARETTO, 2001, p. 124)

Diante disso, o professor precisa saber que muito antes de ensinar, ele tem que aprender a comunicar-se com os alunos. Para que dessa forma possa haver uma interação entre professor e aluno, e só através dessa aproximação terá como saber qual a real necessidade de cada um, para o ensino e aprendizado dele.

Além disso, as crianças precisam ser estimuladas e incentivadas o mais cedo possível, ou seja, nos seus primeiros anos de vida. Porque com esse acompanhamento elas irão crescendo e sentindo que tem todo o apoio necessário por parte dos familiares e até mesmo de profissionais, vão percebendo que são capazes de desenvolver suas habilidades e competências. Então, é necessário que acreditemos no potencial, no seu aprendizado, e que muitas vezes nos deixam surpreendido com seus avanços e desenvolvimentos.

No entanto, Sánchez (2005) declaram que:

A capacidade de se transformar o organismo e do ser humano, na capacidade do indivíduo criar processos adaptativos com intuito de superar os impedimentos que encontra. A capacidade de superação só se realiza a partir da interação com fatores ambientais, pois o desenvolvimento se dá no entrelaçamento de fatores externos e internos (SÁNCHEZ ,2005 p. 07).

Portanto os alunos com deficiência necessitam ser estimulados para superarem suas dificuldades, pois existem alguns aspectos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, como: afetividade, socialização e ludicidade, linguagem e comunicação, educação psicomotora, música e arte e uma boa alimentação. Dessa maneira, a primeira coisa que se deve fazer ao trabalhar com o ensino e aprendizagem das crianças com deficiência é a afetividade, já que propicia condições para desenvolver suas criatividade.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta

pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2007, p. 16).

Dentro deste contexto, nota-se que educar na diversidade exige do professor um planejamento flexível direcionado a diferença, ou seja, é preciso que o professor use estratégias adequadas a todos. Em sua metodologia o professor tem que procurar está sempre atualizado buscando informações de acordo com a realidade de seus alunos, já que ao inovar a educação no processo inclusivo, o professor estará contribuindo com a qualidade do ensino. E é nessa perspectiva que o professor tem que ir modificando aos poucos a sua prática, nas atividades, nos materiais didáticos, de forma que o aluno com deficiência se sinta incluso e que a aprendizagem de todos aconteça de fato.

Historicamente, o professor comum e o professor especializado trabalharam separadamente em virtude do modelo segregativo destinado aos alunos com deficiência, de forma que um trabalho colaborativo não faz parte da nossa experiência profissional. No entanto, a literatura tem apontado a colaboração como um meio eficaz para construção de escolas inclusivas.

O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, unam esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos. O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta.

É no processo de inclusão que as metodologias e as práticas utilizadas pelos professores não deve ser específicas para cada tipo de deficiência, uma vez que os alunos aprendem de acordo com o limite de cada um, só basta que seja um ensino de qualidade e que o professor saiba obedecer a suas limitações e nas atividades desenvolvidas explorar o máximo, sabendo respeitar a realidade de cada aluno.

No entanto, reorganizar as práticas e metodologias, considerando que a escola é um desafio que precisa ser enfrentados por todos. É necessário que haja um acolhimento de fato, ou seja, o respeito, e parar com essa individualidade, nas salas

de aulas. Tem que existir uma escola inclusiva onde aconteça nas salas de aulas trabalhos em grupos, em parceria, respeitando as diversidades, o limite de cada um, a integração, a socialização e a valorização do trabalho do colega. Enfim, para se trabalhar com a inclusão escolar o professor não pode facilitar ou adaptar as atividades escolares para beneficiar alguns, porque estará tirando a chance desse aluno de avançar, de encontrar meios para a realização das atividades. Ele se adapta ao conhecimento e só ele é capaz de regular o processo de construção podendo ir até onde for com suas limitações.

O processo de aprendizagem é gradativo, ocorrendo passo a passo, envolvendo vários aspectos, e como afirma Pain (1985):

[...] o processo de aprendizagem é extremamente complexo, pois envolve aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. Tal processo é desencadeado a partir da motivação que ocorre no interior do indivíduo. (PAIN, 1985, p. 46).

Desse modo, que a educação vê a aprendizagem como o seu objetivo e finalidade. No entanto, é necessário que antes o indivíduo se assuma como sujeito, tenha um auto-conhecimento, entendendo suas limitações, suas aspirações, seu lugar no espaço em que vive. A aprendizagem ocorre quando existem colaboração e interação positiva entre alunos e professor. Assim fica mais fácil o professor oferecer oportunidades para desenvolver as potencialidades de seus alunos, favorecendo uma eficiente adaptação e ação sobre o aprender.

Essa interação pode não acontecer por vários fatores como o desconhecimento das condições cognitivas, físicas ou sensoriais dos alunos e as pessoas envolvidas neste processo (aluno, professor e família) experimentam a sensação de frustração e fracasso. Se as estratégias de ensino não forem revistas e modificadas, o aluno acaba sendo rotulado e sua aprendizagem fica comprometida. Neste momento, a colaboração entre o professor especializado e o professor comum pode transpor barreiras e qualificar o trabalho pedagógico (MACEDO, 1994).

É no desenvolvimento do processo de aprendizagem que o indivíduo torna-se um ser crítico, autônomo, que pensa e vive politicamente, tendo liberdade suficiente para questionar o que está previamente estabelecido, lutar pelo o que acredita e mostrar com suas ações as suas ideologias.

Dessa forma, o ressignificar dos processos educativos, a conscientização da família quanto ao seu papel de incentivadora da aprendizagem do filho enquanto

educando, e a abertura de espaços e tempos nas escolas, irão favorecer a formação dos sujeitos, concebendo-os como seres autônomos e construtores do seu próprio conhecimento, viabilizando a transformação social e as mudanças necessárias no seu contexto escolar e na própria comunidade (COLE, 1994).

Percebe-se que o aspecto afetivo em muito influencia para o desenvolvimento significativo do processo de aprendizagem de todo e qualquer educando, pois é a partir deste aspecto que o educando cria a confiança e estabilidade emocional para que possa desenvolver seu cognitivo, suas habilidades e capacidades necessárias para a construção de conhecimentos.

De acordo com Piaget (1976 apud SOUZA, 2002) a afetividade possui grande relevância no processo de aprendizagem, e neste sentido afirmou:

[...] reconheceu sua importância para o desenvolvimento psicológico, fazendo uma correspondência entre as evoluções afetivas e cognitivas ao longo da vida dos indivíduos. Sua conceituação de afetividade está indissociavelmente ligada à inteligência e se manifesta nas ações e condutas dos indivíduos, sendo responsável pelo rumo que as ações tomam em direção aos objetos. A afetividade dá aos objetivos e as metas para as ações de conhecimento do mundo, estando associada aos interesses e escolhas que o sujeito faz (PIAGET, 1976 apud SOUZA, 2002, p. 32).

De acordo com o exposto pode-se perceber que a afetividade deve estar presente no cotidiano da sala de aula para que se construa a aprendizagem significativa. Entretanto, outros elementos, também, interferem no processo de aprendizagem dos alunos, além da afetividade e do âmbito familiar, dentre estes reside a motivação.

Portanto, pode-se afirmar que a aprendizagem não é algo que acontece de uma hora para outra, mas é uma construção constante que envolve uma relação efetiva e afetiva com o meio social em que se encontra inserido os educandos, e com o professor, assim, deve-se oportunizar aos educandos oportunidades com atividades diferenciadas e diversas para que possam construir suas hipóteses e construir seu próprio conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira,

reconhecidamente ampla e diversificada. A escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais reais como falta de recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora, mesmo nos grandes centros. Essas condições, a serem plenamente conquistadas em futuro remoto, supõem-se, são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelos ou experimentais.

Portanto, a Educação Inclusiva deve deixar de ser apenas em sonho distante e torna-se uma realidade precisa, que se enfrente a luta e se criem mecanismos para assegurar aos portadores de necessidades especiais os seus direitos a cidadania, contribuindo para aceitação destes no âmbito escolar, com planejamento consciente e responsável de sua inclusão. Então, a luta deve seguir com o foco, pela concretização dos direitos de cidadania tanto para os deficientes, quanto para a população em geral. A inclusão na perspectiva escolar é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que coloca-se à disposição do aluno. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília; MEC/SEESP,

2004.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: . Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. 22 junho. 2020.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação: 2006.

\_\_\_\_\_ **Educação inclusiva: com pingos nos is.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

COLE, Michael et.al. VYGOTSKY, Lev Smenovich: **A Formação Social da Mente.** 7ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CUNHA, Antonio. Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 22 março. 2020.

GASPARETTO, M. E. R. F. **Visão subnormal em escolas públicas: conhecimentos, opinião e conduta de professores e diretores do ensino fundamental.** Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001.

MACEDO, Lino. **Ensaio Construtivistas.** 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Campinas: Leped IFE / Unicamp, 1999.

MAZOTTA, M. J. da S. Identidade dos alunso com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. **Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense. Educação Especial e inclusiva.** Niterói, n 7, p 11- 18, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** 2003.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** Brasília: MEC, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução Wndyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.



MILLOT, C. **Freud, anti-pedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médias, 1985.

PERRENOUD, P. **La pédagogie à l'école dès différences**. Paris: ESF, 1995.

RODRIGUES, D, **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Outubro de 2005.

SACRISTÁN, J. G. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Portugal: Porto Editora, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

\_\_\_\_\_ **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TIGRE, A. B.; TEIXEIRA, E. **Diferenças: um olhar da psicanálise. Leituras compartilhadas. Leitura ampla: a construção do olhar**. Rio de Janeiro: Leia Brasil, 2005.

UNESCO **Declaração de Salamanca**, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos da defectologia**. In: **Obras escogidas**. Tomo V. Madri: Visor, 1997.

ZABALZA, Miguel. A. **Qualidade em educação infantil**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZACHARIAS, V. L. **O que são realmente dificuldades de aprendizagem?** Disponível em: < <http://www.centrorefeducacional.com.br/adificeis.htm>>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

**Capítulo 12**

**JOGO NA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA E A PRÁTICA  
PSICOPEDAGÓGICA**

**Geselia Ximenes de Souza  
Ligiane Oliveira dos Santos Souza**

## JOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA

*Geselia Ximenes de Souza*

*Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

### RESUMO

Este artigo expõe a aquisição do conhecimento por meio do lúdico, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral do paciente, proporcionando a construção do conhecimento e o diagnóstico exato na intervenção psicopedagógica no auxílio das dificuldades de aprendizagens. É o professor quem deve conduzir o aluno e as atividades a serem realizadas. O lúdico permite novas maneiras de ensinar, associado a fatores como: capacitação dos profissionais envolvidos, infra-estrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais à criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Lúdico. Psicopedagogia. Processo de Aprendizagem.

### 1 Introdução

Podemos refletir hoje que a educação inclusiva segue uma perspectiva mais ampla, não está voltada para um ensino especializado, no qual ocorreria um trabalho mais individualizado com o sujeito que tem alguma limitação, mas sim uma educação visando à formação do educando, por isso a importância dele estar inserido em um ambiente que propicie a interação com os demais colegas de classe, para que ele consiga desenvolver as suas habilidades, sejam elas motoras, sensoriais, mentais, sociais.

A educação para obter um ensino mais eficiente aperfeiçoou novas técnicas didáticas consistindo numa prática inovadora e prazerosa. Dentre essas técnicas temos o lúdico, um recurso didático dinâmico que garante resultados eficazes na educação, apesar de exigir extremo planejamento e cuidado na execução da atividade elaborada. O jogo é a atividade lúdica mais trabalhada pelos professores atualmente, pois ele estimula as várias inteligências, permitindo que o aluno se envolva em tudo que esteja realizando de forma significativa.

O lúdico na educação infantil tem sido uma das estratégias mais bem

sucedidas no que concerne à estimulação do desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem de uma criança. Essa atividade é significativa por que desenvolvem as capacidades de atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos referentes à aprendizagem.

Através do lúdico o educador pode desenvolver atividades que sejam divertidas e que sobretudo ensine os alunos a discernir valores éticos e morais, formando cidadãos conscientes dos seus deveres e de suas responsabilidades, além de propiciar situações em que haja uma interação maior entre os alunos e o professor numa aula diferente e criativa, sem ser rotineira.

Com a criança deficiente intelectual não é diferente. Embora apresente atrasos no seu desenvolvimento cognitivo e/ou motor, também necessita de atividades lúdicas no seu dia a dia. Talvez até mais do que as outras crianças, por necessitar de muito mais estímulos para desenvolver suas habilidades cognitivas, motoras e sensoriais.

Sendo assim, as brincadeiras aparentemente simples são fontes de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança com deficiência intelectual. Brincando, a criança tem a oportunidade de exercitar suas funções psico-sociais, experimentar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira natural e espontânea. Vygotsky (1998) afirma que a arte de brincar pode ajudar a criança a desenvolver-se, a comunicar-se com os que a cercam e consigo mesma.

Por acreditarmos que o ambiente das escolas deve ser um local prazeroso, deve-se dar às crianças especiais o direito de explorar, experimentar, tocar, expressar, enfim, vivenciar por meio de atividades diversificadas, em um ambiente rico em estímulos, cujo objetivo maior seja o seu desenvolvimento e o seu crescimento de maneira equilibrada. Nesse sentido, direciona-se o presente estudo, cujo objetivo consiste em estimular a utilização dos jogos e brincadeiras como facilitadores da aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual.

## **EDUCAÇÃO LÚDICA E A PRÁTICA PSICOPEDAGOGIA**

No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

A educação lúdica contribui para a formação do infante, possibilitando um enriquecimento pedagógico e de valores culturais, ensinando a respeitar as opiniões dos outros e ampliando o conhecimento. Para Piaget, os jogos têm significado para a criança, quando ela começa a inventar, reconstruir objetos com sua própria criatividade, levando à um processo de assimilação e acomodação. O aluno assimila várias realidades formando assim novos conceitos e dando espaço à acomodação. Quando o jogo proposto cria oportunidade para que o aluno busque, verifique resultados e raciocine sobre o conteúdo, ele coloca a criança em um momento lúdico, preparando-a para solucionar problemas em situações presentes no seu cotidiano.

Sabemos que a atividade lúdica é importante tanto para o aluno “normal” quanto para os portadores de necessidades especiais, pois a brincadeira é uma ação social do ser humano, brincar durante a infância é algo cultural, no qual todas as crianças devem passar por esse processo de ludicidade, sendo assim através da brincadeira, do jogo, ocorre o processo de inclusão de forma natural, pois no momento da brincadeira as crianças se entregam à ação que está acontecendo, do imaginário, do divertimento e interagem umas com as outras.

O jogo tem um sentido específico para cada cultura; uma mesma conduta nos jogos pode ter significado diferente dependendo da cultura; o arco e flecha, por exemplo, para muitos é um divertimento, mas para a comunidade indígena é uma forma de preparo para a arte da caça necessária para sua tribo. Existem vários brinquedos tradicionais com os quais até hoje as crianças brincam, como a pipa, o peão, o cavalinho de pau e a boneca. Até mesmo os instrumentos musicais transformam-se em objetos lúdicos para as crianças. As crianças aprendem rapidamente as regras dos jogos, porém sentem dificuldades em utilizá-las por conta da competição. É preciso que o educador trabalhe o grupo, ensinando o respeito ao outro e preparando a vida em sociedade. O jogo surge como um auxílio psicopedagógico, desenvolvendo o relacionamento em grupo e também a autonomia.

Os jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiência sensorial, estimular a criatividade e desenvolver habilidades da criança. A criança, quando joga percebe seu lugar e valor no grupo social, construindo pensamentos; dissolvendo paulatinamente o egocentrismo que ainda pode persistir no comportamento da criança. A educação lúdica contribui para o desenvolvimento da criança, na qual a participação educacional promove a criatividade e interação, valorizando a linguagem oral. Dessa forma, os jogos



intelectuais como o quebra-cabeça, jogo da memória, amarelinha não podem ser descartados no âmbito escolar, pois esses jogos auxiliam no desenvolvimento e na alfabetização do infante.

A ludicidade como ciência se fundamenta sobre os pilares de quatro eixos de diferentes naturezas, Isto é, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Epistemológica, Sociológica porque na atividade Lúdica engloba demanda social e cultural Psicológica porque se relaciona com os processos de desenvolvimento e de aprendizagem do ser humano em qualquer idade em que se encontre. Pedagógica porque se serve tanto da função teórica existente, como das experiências educativas provenientes da prática docente. Epistemológica porque tem fonte de conhecimentos científicos que sustentam o jogo como fator de desenvolvimento (SANTOS, 2001, p. 42).

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

Na visão sócio-histórica de Vygotsky, a brincadeira, o jogo, é uma atividade específica da infância, em que a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos. Essa é uma atividade do contexto cultural e social. É uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. “O professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois é ele que responde diretamente pela aprendizagem na sala de aula”. (MANTOAN, 2001, p.173).

Isto significa que os professores e os demais relacionados à educação precisam aprender muita coisa acerca das crianças deficientes. Na realidade precisam aprender a levar em consideração as diferenças de natureza e graus variados, apresentadas por quaisquer pessoas. Sendo assim, é importante que o professor tenha clareza da importância de seu papel, pois a ele cabe ser o mediador da prática inclusiva, o mesmo fará com que a criança portadora de necessidades educativas especiais seja aceita e respeitada por toda a comunidade escolar.

O jogo auxilia na diminuição da ansiedade, quando o seu propósito é ajudar a criança a perceber a importância do “tempo” para a realização de uma determinada tarefa ou quando o educador mostra não só a importância do resultado, mas também do processo pelo qual se passa para se obter o resultado desejado. O aprimoramento da coordenação motora fina nos jogos ajuda o educando nas atividades de



alfabetização e desenvolve habilidades importantes para o processo de ensino-aprendizagem. Quando se estimula o educando através de tarefas que utilizam estratégias, planejamento e exigem antecipação para resolvê-las, o educador está, conseqüentemente estimulando o seu raciocínio - lógico, aspecto importante para uma aprendizagem significativa.

Segundo Vygotsky (2007), o brinquedo tem grande influência no desenvolvimento da criança. Através dos brinquedos, o infante cria situações de imaginação, dando espaço para as suas fantasias. Dessa forma, o brinquedo pode ter vários significados: um cabo de vassoura, por exemplo, no mundo da imaginação, pode se tornar um cavalo - de - pau para a criança. A criança, ao inventar um brinquedo usando sua própria criatividade, está conhecendo suas potencialidades, soltando sua imaginação.

Para uma criança, o brinquedo terá maior valor quanto mais se aproximar da realidade, ou seja, quanto mais atraente, sofisticado e perto do seu dia a dia, mais valor terá como instrumento de "brincar". O brinquedo, portanto, pode determinar vários sentimentos na criança. Assim, um mesmo brinquedo pode ser apenas uma boneca em um momento lúdico de divertimento, como também pode se tornar uma representação de sentimento e emoções.

Segundo Almeida (2003), os jogos de expressão e interpretação propiciam momentos de aprendizagem, além de enriquecer a linguagem oral e escrita do educando, ampliando seu vocabulário pela socialização e auxiliando seu desenvolvimento cognitivo. Os brinquedos tradicionais são bem educativos quando orientados pelo professor, pois os jogos de bolinha de gude, jogo da vara, jogo da cabra cega, jogo do lençinho, jogo do anel entre outros ajudam na integração social e afetiva dos educandos.

A utilização do jogo na intervenção psicopedagógica, primeiramente, requer um ambiente acolhedor, prazeroso em que o paciente se sinta a vontade para estar criando e desenvolvendo suas representações simbólicas. Na terapia do brincar, o paciente constrói a aprendizagem a partir da interação dele com o novo elemento, que por meio dessa ação o psicopedagogo proporciona o desenvolvimento do cognitivo buscando a evolução do prazer para a aquisição de novos saberes.

De acordo com Bossa (2007, p.110), a ação do jogar é o momento de observação nas atitudes infantis para que haja a identificação de como a criança efetiva a ação do aprender voltada para sua realidade escolar.

Piaget (2003), valoriza a prática lúdica para que o desenvolvimento infantil seja harmonioso, pois tal atividade propicia a expressão do imaginário, a aquisição de regras e a apropriação do conhecimento.

No que concorda Kishimoto (2008, p.32), baseada em Piaget, quando afirma que “[...] ao manifestar a conduta lúdica, a criança demonstra o nível dos seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos.” A criança deseja aprender quando há em si motivos profundamente humanos que desencadeiem tais aprendizagens. Sendo que:

A aprendizagem escolar depende, basicamente, dos motivos intrínsecos: uma criança aprende melhor e mais depressa quando sente-se querida, está segura de si e é tratada como um ser singular (...). Se a tarefa escolar atender aos seus impulsos para a exploração e a descoberta, se o tédio e a monotonia forem banidos da escola, se o professor, além de falar, souber ouvir e se propiciar experiências diversas, a aprendizagem infantil será melhor, mais rápida e mais persistente. Os motivos da criança para aprender são os mesmos motivos que ela tem para viver. Eles não se dissociam de suas características físicas, motoras, afetivas e psicológicas do desenvolvimento (RODRIGUES, 1976, p.174).

A atividade lúdica auxilia no diagnóstico e tratamento nas dificuldades de aprendizagens, pois quando um paciente não desenvolve a habilidade de jogar, há a identificação de explicitar o quanto é difícil para esse indivíduo construir o conhecimento, necessitando de estímulos e tempo para se apropriar dessa prática saudável e importante à ampliação do conhecimento social, afetivo, cognitivo e emocional.

Segundo Bee (2003), é muito importante a participação da psicopedagogia na construção da personalidade da criança, na medida em que compara os alunos que obtém maior ou menor desempenho aos paradigmas acadêmicos; essa atitude influi diretamente na análise que a criança apresenta de si mesma.

Enfatizando especificamente a faixa etária entre os seis aos sete anos, as crianças terão como base a formação da personalidade e das atitudes morais e éticas como um todo, sendo primordial a participação positiva dos pais, educadores e responsáveis para a evolução dos aprendizes como cidadãos plenos de criticidade e autonomia para atuar na sociedade.

Na dimensão do desenvolvimento psicológico infantil há consideráveis mudanças no comportamento da criança, que busca ficar perto de outras crianças e compreender suas experiências, confirmando o pensamento de que o infante é autor de sua construção e formação do saber.

Na medida em que as coisas se destacam da própria ação e em que esta se situa entre o conjunto das séries de acontecimentos ambientes, o indivíduo é

obrigado a construir um sistema de relações para compreender essas séries e para compreender-se em relação a elas. Ora, organizar tais séries é constituir, concomitantemente, uma rede espaço-temporal e um sistema de substâncias e de relações de causa a efeito. (PIAGET, 2003, p. 105).

Segundo o conceito piagetiano, as crianças passam por estágios referentes à evolução psicológica; por meio de sua teoria do desenvolvimento humano, Piaget considera aspectos sócio-educacionais e biológicos.

A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites.

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar.

Aprender algo, ao mesmo tempo que se distrai além de prazeroso torna-se espontâneo, as atividades lúdicas proporcionam uma maior interação entre o estudante e o aprendizado, a importância da ludicidade propicia uma aula agradável permitindo aos alunos uma maior assimilação. Na visão de Kishimoto:

Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver forma de consciência social e permitir o prazer de brincar. ...Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, a brincadeira tradicional infantil garante a presença do lúdico, na situação imaginária (KISHIMOTO 1999, p. 33).

Nesse contexto, a postura do psicopedagogo possui grande relevância, pois ele pode conduzir suas atividades priorizando o lúdico ou negando-lhe o espaço, o que o faz negar, de certa forma, as “possibilidades” de pleno desenvolvimento do seu aluno. E é ele a peça chave deste processo, devendo ser encarado como um elemento essencial e fundamental. Quanto maior e mais rica for sua história de vida profissional, maiores serão as possibilidades de ele desempenhar uma prática educacional consistente e significativa.

Por meio das brincadeiras que a criança cria oportunidade de interação com todos ao seu redor, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades psicomotoras, cognitivas e também da relação de afetividade entre os educandos, que

estabelecem laços de amizade entre si e adquirem conhecimentos.

“A educação lúdica, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. Sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio. (ALMEIDA, 2003:57)

A atividade lúdica resulta em instrumento facilitador da aprendizagem; por meio dessas atividades educacionais. Os jogos e brincadeiras para crianças de seis a sete anos possibilitam a construção do seu próprio conhecimento; a interação entre várias culturas, valores e costumes que estão a sua volta e ajudarão o educando a alcançar sua própria autonomia. O brincar permite que a criança tenha mais liberdade para criar, pensar e construir o conhecimento por meio dessas atividades lúdicas, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades lúdicas exercem um papel importante na aprendizagem das crianças. Os professores atestam que é possível reunir dentro da mesma situação, o lúdico e o educar. É necessário que as escolas sensibilizem no sentido de desmistificar o papel do lúdico, que não é apenas um passatempo, mas sim uma ferramenta de grande valia na aprendizagem em geral, inclusive de conteúdos, pois propõe problemas, cria situações, assume condições na interação, responsável pelo desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo da criança. Assim, deve-se propiciar e estimular a criança especial através de jogos brinquedos e brincadeiras considerando seu desenvolvimento integral contemplando, portanto, os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e mentais do indivíduo. Os aspectos supracitados são fundamentais para que tenham uma boa formação da personalidade e da identidade da criança até mesmo para que instigue ainda mais suas capacidades.

Os jogos e brincadeiras irão contribuir para um enriquecimento intelectual e a construção do conhecimento, ativando o processo cognitivo do aluno, proporcionando a criação de oportunidades para a criança expressar suas ideias, ensinando a respeitar as opiniões dos outros, promovendo assim a autonomia do infante.

Ao brincar, as crianças expressam seus sentimentos de medo, desejo, frustração e angústia, dando espaço para a sua imaginação, além de fazer uso de sua

própria criatividade para inventar seus brinquedos, expondo o ato de conhecer suas potencialidades; para que haja o auxílio no desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa dos pacientes, estimulando habilidades importantes para o processo de ensino aprendizagem. A aquisição do conhecimento, do desenvolvimento físico-motor, social e moral por meio do lúdico, ampliam o contexto para sanar as dificuldades de aprendizagens rumo a uma aprendizagem significativa.

Portanto, o lúdico pode melhorar o aprendizado, como proposta de mudança de paradigmas, de maneira que promova a inclusão, a oportunidade de conhecer, de saber quais atividades pertinentes para o educando que possui necessidade especial, considerando que não é uma atividade complementar as outras, mas sim uma atividade que auxilia na construção da identidade e da personalidade. Com a ludicidade se aprende a lidar e equilibrar as emoções, a criar um ambiente prazeroso estimulando a aprendizagem e o profissional da Psicopedagogia propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem como pode contribuir para que os alunos sejam capazes de olhar esse mundo em que vive de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. Jogos divertidos e brinquedos criativos. 2ª ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2003.
- BEE, Hellen. A criança em desenvolvimento. 9ª ed. Rio Grande do Sul: Artmed, p. 209 – 309, 2003.
- BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 3. ed. SP: Cortez, 2008.
- MANTOAN. Maria. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação ( de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. Disponível em: < <http://www.educacaoonline.pro.br/> > acesso em: 21/08/2019
- PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. [tradução Álvaro Cabral, 1975]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SANTOS, Santa. M. P. *Brinquedoteca o lúdico em diferentes contextos*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 7ª Ed. São Paulo, Martins Fontes: 2007.



**Capítulo 13**

**INCLUSÃO ESCOLAR UM  
DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO  
BÁSICA**

**Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso  
Elaine Alves da Silva**

## INCLUSÃO ESCOLAR UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

*Ana Carolina da Silva Pinheiro Cardoso*

*Elaine Alves da Silva*

### RESUMO

Este trabalho busca mostrar a importância da inclusão no processo de socialização e aprendizagem da criança através de utilização de metodologias pedagógicas alternativas que possibilitem o conhecimento das dificuldades de aprendizagem. Sabemos que muitos educandos são rotulados e deixados de lado por apresentarem grande dificuldade no processo de aprendizagem escolar. Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi enfatizar a importância do diagnóstico e da intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar, que são realizadas pelo psicopedagogo em conjunto com outros profissionais. Tendo como base uma questão bibliográfica fundamentada em alguns autores com os possíveis fatores que influenciam o insucesso escolar e que precisam ser considerados na avaliação diagnóstica. Também, foram descritos algumas dificuldades de aprendizagem comuns no âmbito escolar ligado à leitura e a escrita. Através da pesquisa observou-se que quando a criança apresenta dificuldade de aprendizagem no contexto escolar, isso, lhe causa frustração, e pode desencadear outros problemas. Por isso, essas crianças precisam ser avaliadas por profissionais especializados que levantarão dados que possibilite meios de intervenção adequada no processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão, socialização, processo, diversidade, aprendizagem.

### 1 INTRODUÇÃO

Conforme trata a lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96. V. art. 58). Porque considero a nova LDB, que completou nove anos em 2005, no que tange a Educação Especial, uma legislação de vanguarda e contraditória porque, ao mesmo tempo em que ela assegura direitos pleiteados aos alunos com necessidades educacionais especiais, em tempos de defesa das práticas inclusivas, cria a possibilidade da inclusão desses alunos, preferencialmente na rede regular de ensino, ela mantém a possibilidade de atendimento segregacionista se o processo pedagógico assim o recomendar. Antes que qualquer sentimento de oposição ou resistência se cristalice em relação à postura da legislação educacional brasileira, é necessário compreender o contexto em que vivemos e suas diversidades.

O movimento mundial em prol do paradigma da aprendizagem da inclusão educacional originado na Conferência Mundial de Educação para todos (Jontiem na Tailândia, 1990) e posteriormente, a declaração de Salamanca (1994). Compromisso também assumido pelo Ministério da Educação do Brasil.

A partir desses pronunciamentos, tornou-se compromisso universal, a implantação de políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

Existem ações políticas bem avançadas nos objetivos de garantir acesso e a permanência, em êxito, das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil (creche e pré-escola) da rede regular de ensino, organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às instituições de educação especial. Apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

Essas políticas configuram uma filosofia de ação conjunta entre educação geral e especial, constituindo-se de valiosas iniciativas nas suas vertentes humanas e sociais na área da educação, estendendo-se ao lar e a comunidade. Os benefícios decorrentes da inclusão repercutem nesse contingente populacional e estende-se a todas as crianças, independente de suas condições físicas, psicológicas e sociais.

Contemplar a “Declaração de Salamanca” assinando por diversos países em 1994. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em “escolas para todos”, que tem como princípio orientador a inclusão de todos os alunos, em seu contexto educacional e comunitário como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural. A necessidade da implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferente contexto, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.

Nessas novas perspectivas, a educação assume as funções: social, cultural e políticas, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelecem com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

## 1 DESENVOLVIMENTO

A inclusão é definida por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação medidora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência.

A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que as escolas se modernizem e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que está desafiando o cotidiano escolar brasileiro. E que estas barreiras vêm a ser superadas por todos profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos buscar cada vez mais a aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano se sentir, agir e pensar.

A importância da inclusão educacional em contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidade educacionais especiais, a educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizado e ao depor de mais recursos na educação inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos privilegiados e deveres iguais; participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade. É exigida uma maior competência profissional, projetos educacionais mais bem elaborados, currículos adaptados às necessidades dos alunos, surgindo, conseqüentemente, uma gama maior de possibilidade de recurso educacionais. Isto significa que há necessidade dos governos manterem seus profissionais atualizados, para que se tornem capazes de desempenhar um papel fundamental na aprendizagem de seus alunos.

Apesar de garantir na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades

educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade. Desta forma nós podemos observar que a lei que ampara o aluno com necessidades especiais tem causado várias discussões sobre o assunto entre os educadores. Se nós queremos realmente uma sociedade justa e igualitária em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para posicionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está sugerindo.

Hoje na escola cada indivíduo apresenta a sua bagagem, uns diferem dos outros, quer seja pela genética, pelo meio em que vive, pelos seus anseios e desejos. Assim como as dificuldades na escola podem acontecer por vários fatores, tais como: a escola propriamente dita, sua cultura, sua política, seus professores, a relação do corpo docente e discente e a metodologia aplicada.

As dificuldades de aprendizagem passaram a ser compreendidas de acordo com a interação de diversos fatores escolares e familiares. Nesse sentido, a Psicopedagogia colabora com a escola, haja vista que é no âmbito desta instituição que a aprendizagem socialmente reconhecida acontece. O psicopedagogo atua no cotidiano pedagógico, mas, agora, já não procura por causas e soluções em si mesma.

Outros fatores, que estão fora do ambiente escolar, também contribuem com as dificuldades de aprendizagem e podem ser: orgânicos, emocionais, culturais, intelectuais, familiares e outros fatores mais específicos, como por exemplo, dislexia, disgrafia, discalculia; estes considerados transtornos ou distúrbios, que devem ser devidamente diagnosticados quando percebidos.

Segundo Fonseca (1995), muitas das aprendizagens se adquirem por imitação e por simples interação social, outras, porém, só se adquirem em situações estruturadas, que exigem a participação e mediatização de um adulto científico e culturalmente preparado.

No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

Nos encontros pedagógicos das escolas em geral ouvem-se queixas de professores, como forma de desabafo e também para tirar de suas costas, a



responsabilidade da não aprendizagem, de grande parte de seus alunos. Expressões como: o aluno é preguiçoso e desatento; lento para copiar, escrever e resolver as atividades faz parte do cotidiano, da maioria das escolas e a interação professor/aluno pouco tem contribuído como fator facilitador de aprendizagens. Na maioria das vezes a discussão é gerada apenas em torno do foco “alunos que não querem aprender” e “pais que não interessam pelos seus filhos e que não comparecem à escola”. Usam como estratégia de responsabilidade, o aluno, pelo seu próprio fracasso escolar. Bossa (2000) também faz menção que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a diversos fatores.

Sabemos que o sentido das aprendizagens é o único e particular na vida de cada um, e que inúmeros são os fatores afetivo-emocionais que podem impedir o investimento energético necessário às aquisições escolares. (BOSSA, 2000, p.18).

O problema de aprendizagem não tem origem apenas cognitiva e atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, sem considerar as condições de aprendizagem, que a escola oferece para o aluno e outros fatores extras- escolares, é reforçar fracasso tanto do aluno como da escola. As dificuldades de aprendizagem interferem consideravelmente na vida do cidadão e quanto mais precocemente forem observadas tanto melhor será o seu diagnóstico e o seu tratamento. É importante que o trabalho psicopedagógico seja realizado em todos os momentos da vida escolar e com todos os alunos.

No entanto, independente do fator que influencia negativamente a aprendizagem, é preciso o quanto antes identificar e tratar essas dificuldades. De acordo com Smith e Strick (2001) o fracasso escolar pode desencadear comportamentos e problemas que prejudicam ainda mais a criança.

Muitos se sentem furiosos e põem para fora, fisicamente, tal sensação; outros se tornam ansiosos e deprimidos. De qualquer modo, essas crianças tendem a isolar-se e, com frequência sofrem de solidão, bem como de baixa autoestima. (SMITH e STRICK, 2001, p. 16).

Por isso, não apenas os pais, mas o professor e todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da criança precisam apresentar um olhar atento a esses sintomas para identificar as causas e intervir o quanto antes.

Sabemos que por outro lado a escola e família compartilhando o interesse em comum de fazer sempre o bem e de ajudar a criança o máximo possível tentam educá-lo, embora para alguns trata-se apenas de um filho e para o professor apenas de um



aluno, destes casos uma boa e verdadeira colaboração em nível de igualdade passando por um respeito mútuo, requer um nível de confiança. No entanto os pais devem confiar no profissionalismo dos professores, não de forma cega, mas mediante a informação, a comparação de pontos de vista e o dialogo em torno de temas de seus interesses.

A orientação do Psicopedagogo Institucional junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

A escola deve investir, além do psicopedagogo, no quadro de seus profissionais, isto é, ter colaboradores, entre outros, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, psicomotricista e médico e dar atenção especial aos seus professores que são primordiais para que a o processo ensino-aprendizagem aconteça.

É importante que os professores tenham clareza que não há método bom ou ruim. Há sim métodos que servem para determinados alunos e não para outros. Não é porque um aluno não aprende por um método que concluiremos que não aprenderá. Não podemos nos fechar num único método e sim priorizar diversas formas de ensinar, tendo em vista que cada ser humano é único, individual e tem sua forma, ritmo e momento de aprender.

O educador deve ter a preocupação em torno de como alcançar intervenções pedagógicas adequadas para que os alunos avancem em seus conhecimentos. Estas são assuntos que rodam o dia-a-dia dos educadores comprometidos com sua prática, que almejam que seus educandos estejam envolvidos em uma realidade de sucesso escolar e não do fracasso.

Deste modo, a compreensão e reflexão do educador sobre a sua prática é fundamental para que o mesmo avalie sua ação produzindo estratégias capazes de favorecer o aprendizado dos alunos. Assim, precisa estar atento a como os alunos estão respondendo às suas intervenções pedagógicas.

A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites.

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudos realizados e pesquisas chegaram ao entendimento de que a inclusão na rede regular de ensino é um novo desafio tanto para o sistema educacional quanto para o profissional da educação.

A inclusão educacional não é somente um fator que envolve pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana. Dessa maneira, fazendo essas trocas sociais surge o sentimento de mútua ajuda, e quase que naturalmente e num tempo mais rápido, faz do ambiente escolar o principal veículo para o surgimento do verdadeiro espírito de solidariedade, da socialização e dos alicerces dos princípios de cidadania.

Além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a Educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. O professor precisa ter criatividade para encontrar formas diferentes para o aluno aprender, sem seguir uma receita igual para todos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. D. et alii. **Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade**. Manual 1º e 2º fascículos. São Paulo: s.l., 1993.

BRASIL. Leis, etc. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? E como tratá-las?** 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

MAZZOTA, M. J. de S. **Inclusão e Integração ou chaves da Vida Humana.** In: \_\_. **Anais do Congresso Ibero-Americano de Educação Especial.** Brasília: Editora Qualidade, 1998.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z : Um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

**Capítulo 14**

**A IMPORTÂNCIA DO  
DIAGNÓSTICO  
PSICOPEDAGÓGICO NO  
PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM ESCOLAR**

**Rosimeire Pinheiro da Silva**

**Renata de Souza Martins Barbieri**

**Leoni Medeiros Pereira**

## A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

*Rosimeire Pinheiro da Silva*

*Renata de Souza Martins Barbieri*

*Leoni Medeiros Pereira*

### RESUMO

Este artigo discute as questões referentes em como saber lidar e como intervir sob as dificuldades de aprendizagem escolar, uma vez, que se observa ao longo da experiência profissional que muitos educadores se utilizam de diversas ações pedagógicas para levar o aluno a superar o fracasso escolar e quase sempre não obtém êxito. Sabemos que muitos educandos são rotulados e deixados de lado por apresentarem grande dificuldade no processo de aprendizagem escolar. Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi enfatizar a importância do diagnóstico e da intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar, que são realizadas pelo psicopedagogo em conjunto com outros profissionais. Tendo como base uma questão bibliográfica fundamentada em alguns autores com os possíveis fatores que influenciam o insucesso escolar e que precisam ser considerados na avaliação diagnóstica. Também, foram descritos algumas dificuldades de aprendizagem comuns no âmbito escolar ligado à leitura e a escrita. Através da pesquisa observou-se que quando a criança apresenta dificuldade de aprendizagem no contexto escolar, isso, lhe causa frustração, e pode desencadear outros problemas. Por isso, essas crianças precisam ser avaliadas por profissionais especializados que levantarão dados que possibilite meios de intervenção adequada no processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Intervenção. Psicopedagogia. Aprendizagem.

### Introdução

A psicopedagogia é basicamente reconhecida e entendida como um método que contribui, juntamente com a psicanálise, pedagogia e a psicologia, para participar na solução de problemas que surgem no contexto educativo, vindo estes, do ambiente familiar, escolar, do meio social, econômico, cultural ou de outras origens. Ao ser inserido na parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma

maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação. No entanto tenta busca tratar o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitiva, orgânica, social, familiar, emocional e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens.

Sabemos que a escola, pais e professores, também, apresentam grande dificuldade em lidar com esses sintomas, o que reflete ainda mais no fracasso escolar da criança. Pois, essas crianças são rotuladas, mal compreendidas, por apresentar um comportamento diferenciado.

No entanto se pais, professores e a escola obterem conhecimento sobre as dificuldades de aprendizagem escolar, sem dúvida, isso seria um passo significativo para favorecer a criança no seu processo de ensino e aprendizagem. Portanto, há casos em que as dificuldades de aprendizagem escolar requerem uma intervenção especializada e não apenas reforço. O que pode frustrar ainda mais a criança que está com as habilidades comprometidas, por apresentar uma defasagem na aprendizagem esperada em relação ao sua idade cronológica e ano escolar.

Sendo assim partir destas colocações, percebe-se que as dificuldades de aprendizagem precisam ser diagnosticadas para uma intervenção adequada. Podemos perceber o olhar de diferentes profissionais especializados permite avaliar as várias dimensões do processo de aprendizagem escolar da criança.

O problema consiste em: Qual é a importância da realização do diagnóstico psicopedagógico nas dificuldades de aprendizagem para uma intervenção adequada?

A metodologia de trabalho da psicopedagogia foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, mediante a análise de livros, sites da internet, artigos científicos.

## **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

Hoje na escola cada indivíduo apresenta a sua bagagem, uns diferem dos outros, quer seja pela genética, pelo meio em que vive, pelos seus anseios e desejos. Assim como as dificuldades na escola podem acontecer por vários fatores, tais como: a escola propriamente dita, sua cultura, sua política, seus professores, a relação do corpo docente e discente e a metodologia aplicada.



As dificuldades de aprendizagem passaram a ser compreendidas de acordo com a interação de diversos fatores escolares e familiares. Nesse sentido, a Psicopedagogia colabora com a escola, haja vista que é no âmbito desta instituição que a aprendizagem socialmente reconhecida acontece. O psicopedagogo atua no cotidiano pedagógico, mas, agora, já não procura por causas e soluções em si mesma.

Outros fatores, que estão fora do ambiente escolar, também contribuem com as dificuldades de aprendizagem e podem ser: orgânicos, emocionais, culturais, intelectuais, familiares e outros fatores mais específicos, como por exemplo, dislexia, disgrafia, discalculia; estes considerados transtornos ou distúrbios, que devem ser devidamente diagnosticados quando percebidos.

Segundo Fonseca (1995), muitas das aprendizagens se adquire por imitação e por simples interação social, outras, porém, só se adquirem em situações estruturadas, que exigem a participação e mediatização de um adulto científica e culturalmente preparado.

No processo educacional o papel de quem ensina e de como aprende é fator importantíssimo para que professores e alunos criem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. Este processo precisa ser construído de maneira sócio interacionista, pois ensinar e aprender envolve o professor, o aluno e o meio onde se dá a aprendizagem.

Nos encontros pedagógicos das escolas em geral ouvem-se queixas de professores, como forma de desabafo e também para tirar de suas costas, a responsabilidade da não aprendizagem, de grande parte de seus alunos. Expressões como: o aluno é preguiçoso e desatento; lento para copiar, escrever e resolver as atividades faz parte do cotidiano, da maioria das escolas e a interação professor/aluno pouco tem contribuído como fator facilitador de aprendizagens. Na maioria das vezes a discussão é gerada apenas em torno do foco “alunos que não querem aprender” e “pais que não interessam pelos seus filhos e que não comparecem à escola”. Usam como estratégia de responsabilidade, o aluno, pelo seu próprio fracasso escolar.

Bossa (2000) também faz menção que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a diversos fatores.

Sabemos que o sentido das aprendizagens é o único e particular na vida de cada um, e que inúmeros são os fatores afetivo-emocionais que podem impedir o investimento energético necessário às aquisições escolares. (BOSSA, 2000, p.18).

O problema de aprendizagem não tem origem apenas cognitiva e atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, sem considerar as condições de aprendizagem, que a escola oferece para o aluno e outros fatores extras- escolares, é reforçar fracasso tanto do aluno como da escola. As dificuldades de aprendizagem interferem consideravelmente na vida do cidadão e quanto mais precocemente forem observadas tanto melhor será o seu diagnóstico e o seu tratamento. É importante que o trabalho psicopedagógico seja realizado em todos os momentos da vida escolar e com todos os alunos.

No entanto, independente do fator que influencia negativamente a aprendizagem, é preciso o quanto antes identificar e tratar essas dificuldades. De acordo com Smith e Strick (2001) o fracasso escolar pode desencadear comportamentos e problemas que prejudicam ainda mais a criança.

Muitos se sentem furiosos e põem para fora, fisicamente, tal sensação; outros se tornam ansiosos e deprimidos. De qualquer modo, essas crianças tendem a isolar-se e, com frequência sofrem de solidão, bem como de baixa autoestima. (SMITH e STRICK, 2001, p. 16).

Por isso, não apenas os pais, mas o professor e todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da criança precisam apresentar um olhar atento a esses sintomas para identificar as causas e intervir o quanto antes.

Sabemos que por outro lado a escola e família compartilhando o interesse em comum de fazer sempre o bem e de ajudar a criança o máximo possível tentam educá-lo, embora para alguns trata-se apenas de um filho e para o professor apenas de um aluno, destes casos uma boa e verdadeira colaboração em nível de igualdade passando por um respeito mútuo, requer um nível de confiança. No entanto os pais devem confiar no profissionalismo dos professores, não de forma cega, mas mediante a informação, a comparação de pontos de vista e o diálogo em torno de temas de seus interesses.

## **O PAPEL DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO**

A orientação do Psicopedagogo Institucional junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas a relação professor e aluno, mas também as que

dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e até mesmo a relação e receptividade com os pais. Desta forma o professor poderá rever constantemente na sua prática a relação afetiva e as dificuldades vivenciadas na relação com o aluno e saber esperar pela resposta da sua produção.

Assim a avaliação psicopedagógica deve prestar informações claras para orientar a direção da escola sobre as mudanças que deverão ser feitas para o adequado desenvolvimento dos alunos bem como a melhoria da instituição escolar. Tanto o indivíduo como a família e a escola convertem-se nos âmbitos próprios de avaliação, é interessante conhecer as condições pessoais do aluno e as experiências que lhe são proporcionadas em casa e na escola, com adultos e companheiros do ambiente escolar, porque o trabalho diário e a colaboração de todos os profissionais envolvidos permitirão avançar na direção adequada.

As análises do diagnóstico das dificuldades de aprendizagem é uma das questões mais importantes do trabalho do psicopedagogo, pois requer muita responsabilidade e sensibilidade para descobrir os fatores que interferem na aprendizagem do aluno. Sendo assim o psicopedagogo deve ter um conhecimento amplo referente a temas pertinentes à educação, síndromes, patologias, etc. Sendo assim se faz necessário uma postura de humildade e bom senso para solicitar ajuda de uma equipe multidisciplinar, pois o diagnóstico precisa ser traçado com a maior precisão possível para determinar as prioridades no tratamento.

Bossa (2000, p.12) destaca a figura do psicopedagogo dizendo que estes “são profissionais preparados para a prevenção, para o diagnóstico e o tratamento dos problemas de aprendizagem escolar”. Segundo a autora a psicopedagogia tem se dedicado a conhecer como ocorre o processo de aprendizagem, e os fatores que facilitam ou influenciam, com base em conhecimentos de outras áreas.

Segundo Barbosa (2007) apud Souza et al. (2015), todos os sintomas percebidos e registrados em uma queixa, a priori, originam-se das observações desencadeadas na própria instituição.

A escola deve investir, além do psicopedagogo, no quadro de seus profissionais, isto é, ter colaboradores, entre outros, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, psicomotricista e médico e dar atenção especial aos seus professores que são primordiais para que a o processo ensino-aprendizagem aconteça.

Weiss (1997) descreve que o diagnóstico psicopedagógico sempre é solicitado quando o sujeito dentro do contexto escolar apresenta uma aprendizagem

não satisfatória, ou seja, dentro do processo de aprendizagem sempre tem baixo desempenho escolar. Sua solicitação sempre advém a partir de uma queixa de dificuldade de aprendizagem que em sua grande maioria se estende por anos.

Todo diagnóstico psicopedagógico é, em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto, o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. No caso, trata-se do não aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem. (WEISS, 1997, p.27).

Em consideração, um bom diagnóstico não resulta apenas das ferramentas usadas ao longo do processo de avaliação, mas do olhar preciso, atento e sensível do psicopedagogo em analisar os detalhes, as entre linhas durante as sessões de atendimento.

A identificação e a observação devem ser rotineiras na prática do professor, de modo a permitir amplo entendimento do desenvolvimento acadêmico e social do aluno. Paralelo a essas percepções cabe ao professor a responsabilidade de no seu planejamento oportunizar a assimilação do conteúdo, planejando suas aulas de forma diversificada e significativa, pois muitos casos de insucesso escolar é espelho do insucesso pedagógico, questão que será abordada posteriormente.

É importante que os professores tenham clareza que não há método bom ou ruim. Há sim métodos que servem para determinados alunos e não para outros. Não é porque um aluno não aprende por um método que concluiremos que não aprenderá. Não podemos nos fechar num único método e sim priorizar diversas formas de ensinar, tendo em vista que cada ser humano é único, individual e tem sua forma, ritmo e momento de aprender.

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

O educador deve ter a preocupação em torno de como alcançar intervenções pedagógicas adequadas para que os alunos avancem em seus conhecimentos. Estas são assuntos que rodam o dia-a-dia dos educadores comprometidos com sua prática, que almejam que seus educandos estejam envolvidos em uma realidade de sucesso escolar e não do fracasso.

Deste modo, a compreensão e reflexão do educador sobre a sua prática é fundamental para que o mesmo avalie sua ação produzindo estratégias capazes de favorecer o aprendizado dos alunos. Assim, precisa estar atento a como os alunos estão respondendo às suas intervenções pedagógicas.

Outro aspecto relevante de ser apontado é que, na maioria das vezes, o educador, ao não registrar suas ações pedagógicas, fica impedido de refletir sobre a sua prática, deixando de compartilhar o que fez e como fez e seus efeitos sobre os alunos. De acordo com Oliveira:

O professor precisa avivar em si mesmo o compromisso de uma constante busca do conhecimento como alimento para o seu crescimento pessoal e profissional. Isto poderá gerar-lhe segurança e confiabilidade na realização do seu trabalho docente. Esta busca poderá instrumentalizá-lo para assumir seus créditos, seus ideais, suas verdades, contribuindo para referendar um corpo teórico que dê sustentação para a realização de seu fazer. (OLIVEIRA, 1995, p.64).

Contudo, para que a intervenção psicopedagógica consiga atingir os objetivos propostos, é essencial que durante o processo de tratamento o psicopedagogo continue a manter o vínculo com a família, e a escola, estabelecido durante o diagnóstico.

Com a participação da família pode-se rever algumas questões pertinentes ao melhor desempenho escolar, promovendo uma parceria no processo de intervenção, tendo em vista que a família tem por responsabilidade formar o caráter, perpetuar valores éticos e morais.

Neste sentido, é importante pensar e escrever sobre intervenções pedagógicas já que exige uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem pelos quais passam os sujeitos professor e aluno nos seus processos de ação no cotidiano escolar. Podemos considerar que as mediações pedagógicas são propulsoras das aprendizagens, tanto para os que ensinam como para os que aprendem.

Na intervenção, embora se utilize de propostas de trabalho para mediar à relação terapêutica, as escolhas dessas propostas e as formas como são apresentadas irão depender da particularidade de cada situação, do sujeito que está sendo atendido e da capacitação e dos recursos que o psicopedagogo dispõe. Assim, o caráter dinâmico da escolha das propostas e a forma como são significadas pela dupla terapeuta cliente é o que realmente irá provocar as mudanças pretendidas.

É importante destacar, também, que o papel do professor é o de acompanhar o aluno na sua trajetória e levá-lo a superação de suas dificuldades, buscando sempre uma de prática pedagógica centrada na estimulação ou no desenvolvimento das habilidades das crianças. Desta maneira, fica explícita a importância da participação efetiva dos pais no desempenho escolar das crianças, visto que esta união favorece significativamente o processo de aprendizagem das crianças.

A intervenção psicopedagógica focaliza o sujeito na sua relação com a aprendizagem. A meta do psicopedagogo é ajudar aquele que, por diferentes razões, não consegue aprender formalmente, para que consiga não apenas interessar-se por aprender, mas adquirir ou desenvolver habilidades necessárias para tanto. (RUBINSTEIN et al, 1999, p. 25).

E com base nestas revelações, é possível o psicopedagogo auxiliar a criança em suas dificuldades escolares, fazendo apontamentos, questionamento que estimula o pensamento. Ainda, permite escolher novas estratégias para intervir sobre as dificuldades de aprendizagem..

A atuação do professor torna-se indispensável para que os alunos avancem, construam e desenvolvam suas competências, em situações didáticas projetadas, com finalidades previamente determinadas, em atividades que propõem desafios, com preparo das formas de trabalho, previsão do tempo a ser empregado e intervenções pedagógicas consistentes.

Esses aspectos devem ser considerados dentro do respeito às necessidades sociais e históricas referentes à cultura de cada criança, sua autonomia, incluindo seus ritmos específicos para a realização das atividades propostas pelo professor.

Sabendo das dificuldades apresentadas e suas origens proporem um projeto de intervenção com recursos e estratégias, objetivando-se a ajudar a criança a superar suas dificuldades. E os atendimentos têm se mostrado bastante eficientes no sentido de se atingir tal objetivo.

Estes se constituem em encontros com elementos de intervenção que pode ser com a caixa de trabalho, material disparador entre outros, de caráter lúdico, individual ou em grupos de crianças, onde são realizados jogos, brincadeiras, produções artísticas, contagem de histórias e outras atividades que permitam a expressão da criança e que forneçam possibilidade de análise e desenvolvimento de habilidades que a criança necessite estar sendo desenvolvida de acordo com a avaliação diagnóstica.



A intervenção psicopedagógica voltada também para a família poderá ajudar no real conhecimento delas, caso não estiverem claras ou forem apenas parcialmente compreendidas, criando a possibilidade de compreensão do outro, a adequação de papéis e de limites.

Assim, o trabalho psicopedagógico requer do especialista uma real percepção de si, de maneira a não se deixar levar pelos próprios valores durante a intervenção. Isso porque o reconhecimento de um problema de aprendizagem e a intervenção mais adequada para solucioná-lo será resultado da bagagem cultural que ele traz consigo e que interferirá na sua capacidade de observação e análise de cada caso.

A atuação psicopedagógica, enquanto protetora e facilitadora das relações, repercutirá em envolvimento na manutenção de um sistema familiar com uma saudável circulação do conhecimento, possibilitando o equilíbrio de poder entre seus membros, clareza na definição de papéis e de limites.

Assim o educador deverá ensinar a pensar, onde seus alunos devem entender o significado das atividades escolares, facilitar que o aluno compreenda o quê e o para quê da tarefa, assim como os critérios de avaliação; o aluno precisa saber o que o professor espera dele diante de cada tarefa proposta, deve favorecer a participação e a autonomia dos alunos, dando-lhe a oportunidade de participar de sua vida escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As dificuldades de aprendizagem advêm de diversos fatores, e além do insucesso escolar, elas podem provocar frustração, baixa autoestima e consequências irreparáveis para vida. E, é muito comum às dificuldades de aprendizagem permanecer camufladas através de comportamentos estereotipados, timidez, agressividade, baixo desempenho escolar entre outros.

Diante dessas manifestações é essencial que professores, e os pais busquem ajuda de um profissional especializado para diagnosticar, e intervir sob as dificuldades de aprendizagem escolar o quanto antes, para evitar outros problemas.

Entretanto, diagnosticar o problema só não faz sentido, é necessário intervir para despertar no aluno o desejo de aprender, e desenvolver as habilidades que estão comprometidas, e leva-lo a superar ou minimizar seu fracasso escolar.

Mas, para a intervenção obter êxito, é necessário o psicopedagogo trabalhar em conjunto com a família, e com a escola ouvindo e dando lhes orientações sobre

como lidarem com as dificuldades de aprendizagem da criança. E o vínculo estabelecido entre os envolvidos é fundamental durante o processo do diagnóstico e da intervenção.

No ambiente em que ocorre a aprendizagem a criança terá uma maior confiança em se expressar, o aluno precisa de atividades que sejam de seu interesse, assim o professor deve propor tarefas que sejam interessantes e adaptadas as suas capacidades, é importante também que as atividades sejam feitas de forma cooperativa permitindo uma interação social possibilitando que seus colegas o ajudem a entender melhor a tarefa e despertar algum interesse em relação a ela, pois quando um aluno consegue desenvolver bem uma tarefa e recebe o reconhecimento do seu trabalho abre-se um novo caminho para uma maior dedicação por que quando um aluno percebe que o professor confia nele, as chances de desenvolvimento aumentar.

Portanto não cabe somente ao professor ficar em sala de aula, à frente, em um patamar maior, como se fosse o detentor de todo o saber, mas como um mediador e facilitador de uma aprendizagem que favoreça a todos, e ser, principalmente, um observador para saber identificar aqueles que precisam de mais atenção, de um acompanhamento específico.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Um diálogo entre a Psicopedagogia e a Educação**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2007.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? E como tratá-las?** 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 1995.

RUBINSTEIN, Edith Regina, et al. **Psicopedagogia: fundamentos para construção de um estilo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z : Um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de Aprendizagem Escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

**Capítulo 15**

**A IMPORTANCIA DO ENSINO  
DA ARTE VISUAL NO  
DESENVOLVIMENTO COM  
CRIANÇAS ESPECIAIS**

**Caroline Valéria da Silva Lazaretti**

**Luciane Moraes da Silva**

**Camila Lúcia dos Santos Sales**

## A IMPORTANCIA DO ENSINO DA ARTE VISUAL NO DESENVOLVIMENTO COM CRIANÇAS ESPECIAIS

*Caroline Valéria da Silva Lazaretti*

*Luciane Moraes da Silva*

*Camila Lúcia dos Santos Sales*

### RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal analisar a importância do ensino da arte no contexto escola. Esta pesquisa foi realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica de diversos autores que o trabalho em questão justifica-se uma vez que a arte desperta e expressa sentimentos, imaginação, sentidos, criações, porém a sociedade, assim como a escola, está acostumada a vê-la apenas como entretenimento e lazer. A escola pode ser considerada como o primeiro espaço formal onde ocorre o desenvolvimento do cidadão através de um contato sistematizado com o universo artístico e suas diferentes linguagens. Este trabalho enfatiza que a arte-educação busca desfazer o contexto educacional atual, onde a arte não está posta como relevante para a educação dando ao aluno o espaço e ferramentas necessárias para que este conheça o mundo e suas mais variadas culturas, ideais e pontos de vista, tornando assim um ser educado para pensar e criar, sabendo como agir perante as desigualdades sociais.

**Palavras – Chave:** Escola. Arte. Aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

A arte tem a capacidade de uma atuação multifuncional em relação à educação, podendo ser utilizada para o trabalho de várias questões e disciplinas:

Arte-educação é uma área de estudos extremamente propícia à fertilização interdisciplinar e o próprio termo que é designo de nota pelo seu binarismo a ordenação de duas áreas num processo que se caracterizou no passado por um acentuado dualismo, quase que uma colagem das teorias da educação ao trabalho com material de origem artística na escola, ou vice e versa, numa alternativa de subordinação (BARBOSA, 2006, p. 12 e 13)

Pode-se desenvolver na disciplina de Arte atividades que contribui para a interação e inclusão social dos alunos da Escola Regular e Especial. Segundo Vygotsky (1998, p.246): “a arte é um elemento significativo na constituição do sujeito,

no momento em que ela atua sobre o plano emocional. A arte vive da interação, agregando os princípios da percepção, sentimento e imaginação” Desde que o ser humano passou a pensar através da razão, buscando-a para todo e qualquer fenômeno que ocorre, a sociedade passou por modificação como o capitalismo, o consumismo, entre outros.

Segundo o PCN de Arte (BRASIL, 2000) o aluno ao conhecer e percorrer as artes desenvolve potencialidades como percepção, observação, imaginação e sensibilidade, o que influencia em sua percepção de mundo significativamente. Com isto busca concretizar o sentir humano, enfatizando o que não se consegue, geralmente, expressar em linguagem, contemplando a ideia de ressignificação das ideias óbvias, obrigando o indivíduo a ressignificar também sua percepção e interpretação do contexto em que se está inserido.

Assim passa-se a trabalhar mais e ter menos tempo para o imaginário e utópico. Esta condição começa pelas escolas, em que a arte está cada vez mais dispersa e perdeu-se o sentido de expressão de ideias livre. Com isso, se desenvolve cada vez mais uma massa de pensamentos pré-produzidos na qual não se tem conhecimento o suficiente para o aperfeiçoamento de uma estrutura social crítica.

A visão da Arte na Educação está relacionada aos aspectos artísticos e estéticos do conhecimento. Pode-se perceber que uma das funções da Arte na escola é levar o aluno a expressar o modo de ver o mundo nas linguagens artísticas, dando forma e colorido para a imaginação. Ela é capaz de despertar sentimento, criatividade, emoção, percepção e imaginação. Ao levar o Ensino de Artes Visuais para a escola, o aluno compreende os seus próprios sentidos, sua cultura, ele é capaz de dar forma a seus próprios valores e ter capacidade de entender o multiculturalismo por meio de reflexões críticas sobre a singularidade e a diversidade numa perspectiva inclusiva.

## **DESENVOLVIMENTO**

A educação especial deve, de acordo com a LDB, nº 9.394/96, art. 58, da educação nacional, ser entendida como “modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” e, com intuito de complementar o que já foi promovido na Lei, vê-se instituído as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, como a promoção de uma:



“proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”. (LDBEE, 2001).

A educação especial deve, de acordo com a LDB, nº 9.394/96, art. 58, da educação nacional, ser entendida como “modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” e, com intuito de complementar o que já foi promovido na Lei, vê-se instituído as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a promoção de uma “proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”.

Encontro nos Parâmetros Curriculares Nacionais um dizer que contribui para esse acreditar, uma vez que:

O professor é propiciador de um clima de trabalho em que a curiosidade, o constante desafio perceptivo, a qualidade lúdica e alegria estejam presentes junto com a paciência, a atenção e o esforço necessários para a continuidade do processo de criação artística. (BRASIL, 1997, P.111)

Um dos objetivos do ensino de arte é levar o aluno a interessar-se pela sua própria produção, pela de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento de mundo e da cultura.

A arte é, pois também uma das melhores formas de comunicação, uma vez que desde os primórdios até os dias atuais o homem faz uso da arte como um meio de comunicação, pois através dela manifesta suas vontades, necessidades, pensamentos e até deixa suas mensagens simbólicas. Sabemos que desde a pré historia até os dias atuais o homem sempre manteve relações grupais. Assim, o homem sempre sentiu a necessidade da vivência em grupo durante toda a sua história para a realização de seus trabalhos ou mesmo da vivência em sociedade. Durante o processo de aprendizagem o aluno se transforma Lowenfeld (1970) aponta que a



transformação de uma criança através do estudo da arte deve ser levada em conta, uma vez que durante o processo de aprendizagem o aluno é levado a uma transformação pessoal e social. Neste sentido:

A arte pode desempenhar papel significativo no desenvolvimento das crianças. O foco de aprendizagem é a criança dinâmica, em desenvolvimento, em transformação, a qual se torna cada vez mais cônica de si própria e de seu meio. (LOWENFELD, 1970, p.33)

O ensino de Arte aborda uma série de significações, tais como: o senso estético, a sensibilidade e a criatividade. Atualmente, algumas ações estão interferindo qualitativamente no processo de melhoria do ensino e aprendizagem de Arte.

Aos educadores que trabalham ou pretendem trabalhar com a disciplina de artes na educação especial torna-se importante, segundo FREITAS (2008, p.43), “[...] pensar a diferença de um campo político, em que experiências culturais, comunitárias e práticas sociais são colocadas como integrantes da produção dessas diferenças”. Significa considerar que as diferenças são produzidas nos espaços de convívio, nas formas como nos relacionamos com os outros e nas experiências que temos.

Nesse sentido, reflexões sobre como o corpo vem sendo trabalhado pelos artistas na contemporaneidade e que possíveis entrecruzamentos podem acontecer no campo da educação especial, apresentaram-se como potencialidades na proposição de um espaço no qual possamos experimentar olhar as coisas de outras formas e possibilidades. Muitas mudanças são vivenciadas na educação, fazendo com que o professor reflita a cerca do papel de suscitar o desejo de aprender em indivíduos que vivem em um mundo que sofre constantes transformações, ainda mais quando temos a intenção de estabelecer um diálogo mediado pela atuação docente em sala de aula com o que acontece fora da escola, com as mudanças na organização dos saberes e nas representações simbólicas dos sujeitos. De acordo com Oliveira (2009),

Mudaram os interesses que a sociedade tem na educação, mudou o cânone da cultura reconhecida como relevante, as formas de expressão cultural e a produção de artefatos culturais para consumo. Na arte contemporânea, por exemplo, as misturas, os hibridismos que ocorrem não permitem grandes distinções entre culto, popular, arte, artesanato, tecnologia, manual, individual e coletivo. Aliás, essas diferenciações não se fazem importantes nas discussões presentes na produção contemporânea, o que nos interessa são

as maneiras, as estratégias que produzimos para mediar essas relações. (Oliveira 2009, p.86)

Assim, hoje se faz necessário que os educadores possam entender a cultura como instrumento de criação das capacidades de compreensão, de sentir, de construir com autonomia e respeito pelos demais. A educação, nesse sentido, é compreendida como potencialidade de invenção de modos de ser, pensar e agir.

Neste sentido, a arte enquanto algo que afeta, propõe discussões sobre a cultura e a sociedade, incita reflexões sobre diferentes possibilidades de se pensar a educação, revendo (pré) conceitos e a própria formação docente, discutindo a histórica da sociedade, assim como (pré) conceitos e visões de mundo.

Alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que apresentam algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolaridade, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que aqueles oferecidos aos colegas de sua idade. Entretanto, não devem ser segregados. Compete às escolas recebê-los, respeitá-los e proporcionar recursos pedagógicos mais amplos (FONSECA, 2003).

A arte-educação busca desfazer o contexto educacional atual, onde a arte não esta posta como relevante para a educação dando ao aluno o espaço e ferramentas necessárias para que este conheça o mundo e suas mais variadas culturas, ideais e pontos de vista, tornando assim um ser educado para pensar e criar, sabendo como agir perante as desigualdades sociais. Pretende abstrair o que, por muitas vezes, encontra-se profundamente guardado, como emoções e ideias e concretizar através de cores, tintas, sons, gestos, entre outros (VILAÇA, 2012).

Assim sendo, a arte propicia à criança expressar seus sentimentos e ideias, colocar a criatividade em prática, fazendo com que seu lado afetivo seja realçado. Tendo essa observação voltada para o âmbito escolar, vemos claramente como as artes visuais são essenciais na interação social da criança e como os professores podem desfrutar desse recurso para isso.

Por meio do estudo da Arte é possível fazer uma resignificação da realidade, uma vez que, a troca de experiências que ocorre no ambiente escolar mostra que cada indivíduo compreende a mesma coisa de maneira diferente, construindo o próprio conhecimento, isto é, seu ponto de vista.

O ensino de Arte é tão importante na vida dos seres humanos, que podemos dizer que o indivíduo que não possui um contato direto com a Arte, terá uma

experiência de aprendizagem limitada, pois, “escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida. Apenas um ensino criador pode favorecer a integração entre a aprendizagem racional e estética”, conforme esclarece os PCN’S de Artes (1998; p.39).

A educação inclusiva prevê a inserção de indivíduos, a inclusão em classes regulares de ensino, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, origem socioeconômica, raça ou religião.

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11).

A política de inclusão tem sua matriz em vários documentos, como a Carta de Jomtien, Plano Decenal de Educação para Todos (1990); o Plano Nacional de Educação para Todos (2000) e a Declaração de Salamanca (1994); nas Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001), somente referindo parte da ampla legislação existente.

Ao perceber e criar formas visuais, está-se trabalhando com elementos específicos da linguagem e suas relações no espaço (bi e tridimensional). Elementos como ponto, linha, plano, cor, luz, volume, textura, movimento e ritmo relacionam-se dando origem a códigos, representações e sistemas de significações. Os códigos e as formas se apresentam de maneiras diversas ao longo da história da arte, pois têm correlação com o imaginário do tempo histórico nas diversas culturas. O aluno, quando cria suas poéticas visuais, também gera códigos que estão correlacionados com o seu tempo (BRASIL, 1998, p. 64).

A arte como instrumento de inclusão social pode e deve ser vista como fator de complemento nas diversas formas de desenvolver aprendizagens ligadas a diferentes áreas do conhecimento. Essa questão é abordada claramente pela interdisciplinaridade, ou seja, o diálogo entre uma ou mais disciplinas com o intuito de solidificar a aprendizagem através de oportunidades e de diferentes maneiras de entender e contextualizar os conteúdos escolares.

Nesse sentido, pretende-se aqui tentar elevar a manifestação artística dos educandos para bem aprimorar seus conceitos quanto às faces da aprendizagem. (RODRIGUES, 2001) A arte esta presente desde o inicio da história da humanidade, ela surgiu através das primeiras manifestações gráficas representadas nas paredes e

tetos das cavernas, onde o homem teve que aprender de algum modo a sua técnica e sua função, e através dela expressar seus sentimentos e ações cotidianas.

A música, a pintura, a dança, a poesia, o artesanato, a culinária; inúmeras extensões da arte podem contribuir para aquisição de aprendizagens ligadas às normas de conteúdo, bem como elevar os conhecimentos acerca de cultura, valores e especificidades da vida cotidiana. A amplitude do ensino de artes na educação de pessoas com necessidades especiais, no sentido de ver, fazer e contextualizar pode referenciar-se por ser uma linguagem universal, não precisa ser traduzida. Basta sua aplicação no sentido de evoluir o homem que deseja espaço na sociedade para poder contribuir com seu talento e com seu potencial.

A literatura tem revelado cada vez mais o papel primordial do lúdico no desenvolvimento infantil, pois esta atividade intelectual da criança, sua criatividade, atividade física, socialização e autonomia. A criança faz uso da arte para externar suas proposições e suas invenções com o propósito de transformar o mundo à sua maneira, desenvolvendo novos conceitos e significados que possibilitam a compreensão do mundo em que vive (MELO; VALLE, 2005).

Dessa forma, o ensino de arte é uma forma de promover a percepção, a criatividade e a cultura dos alunos com necessidade especiais, pois esses têm poucas oportunidades de realização, poucas fontes de prazer, portanto, é necessário que essas pessoas descubram valores em suas vidas, sintam-se importantes, úteis e amadas e a arte possibilita essa igualdade e essa integração, facilitando o desenvolvimento do ser humano.

Costa (2000) evidenciou a importância de trabalhar a arte visual junto a crianças com deficiência, no sentido de promover a motivação e a criatividade, contribuindo para a construção de sujeitos mais sensíveis, prontos para descobrir suas habilidades e talentos. De acordo com o autor é através da disciplina de arte que a criança expressa seus sentimentos, desejos, suas fantasias e ansiedades.

Assim, a arte é um importante trabalho educativo, pois estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade do indivíduo. Assim, a educação utilizando a arte como ferramenta, se torna um processo dinâmico e contínuo que deve ser utilizado para facilitar a compreensão dos alunos especiais.

O trabalho de artes, tanto nas escolas da rede regular de ensino como nas escolas especiais, precisa estar articulado de conceituações teóricas sobre a própria arte e também sobre o ensino, no que se refere ao processo de desenvolvimento que

envolve as características intelectuais da pessoa com necessidades educativas especiais. Neste caso, a arte é vista para além de simplesmente assumir um papel de atividade prazerosa, infantilizada e muitas vezes confundida por ser inclusiva somente expondo o sujeito a certos tipos de atividades que todos realizam. Verifica-se, que mesmo existindo diferentes influências teóricas e tendências pedagógicas na educação, ainda há correntes que acreditam que toda manifestação e produção artística são consequência do espontâneo, do sentimento, emoção, fazendo parte de cada um e colocando arte como mero instrumento de externalização.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A arte apresenta importância evidente na vida de todas as pessoas, mas no caso dos alunos com necessidades especiais assume um papel importante na formação de sua personalidade. A pessoa portadora de deficiência tem poucas oportunidades de realização, poucas fontes de prazer, é necessário que essas pessoas descubram valores em suas vidas, sintam-se importantes, úteis e amadas.

Portanto, o valor da arte na educação especial é procurar estimular nos alunos a auto expressão, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades através da criatividade, flexibilidade, sensibilidade, reflexão e conhecimento. Na escola, a arte, significa abertura para a riqueza da própria vida. Quem tem oportunidade de conhecê-la terá uma vida mais expressiva, porque o seu ensino possibilita o despertar da criatividade, facilitando o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética.

A amplitude do ensino de artes na educação de pessoas com necessidades especiais, no sentido de ver, fazer e contextualizar pode referenciar-se por ser uma linguagem universal, não precisa ser traduzida. Basta sua aplicação no sentido de evoluir o homem que deseja espaço na sociedade para poder contribuir com seu talento e com seu potencial.

### **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil.-5.ed - São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (2001). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Pârametros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental.-2.ed.-Rio de Janeiro: DP&A,2000.

COSTA, R. X. A socialização do portador de deficiência mental através da arte. In: Revista Integração. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2000. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

FONSECA, Vítor. Tendências futuras da educação inclusiva. Educação, Porto Alegre, 2003.

FREITAS, Soraia Napoleão. Sob a ótica da diversidade e da inclusão: discutindo a prática educativa com alunos com necessidades educacionais especiais e a formação docente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

MELO, L. L.; VALLE, E. R. M. O brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. Psicologia Argumento, Curitiba,. 2005.

LOWENFELD BRITTAİN; Víktor Lowenfeld e W. Lambert Brittain: Desenvolvimento da Capacidade Criadora. Tradução: Álvaro Cabral. Ed. Mestre Jou: São Paulo. 1970.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. O papel da Cultura Visual na formação inicial em Artes Visuais. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). Educação da cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa. Santa Maria: Ed. UFSM, 2009.

RODRIGUES, D. (org.). Educação e Diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. Portugal: Porto, 2001.

VILAÇA, Iara de Carvalho. Arte-Educação: a arte como metodologia educativa. Cairu em Revista, n° 04, Jul/Ago, 2012.



**Capítulo 16**

**O LÚDICO COM CRIANÇA  
AUTISMO NO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM**

**Luciane Moraes da Silva**

**Caroline Valéria da Silva Lazaretti**

**Camila Lúcia dos Santos Sales**

## O LÚDICO COM CRIANÇA AUTISMO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

*Luciane Moraes da Silva*

*Caroline Valéria da Silva Lazaretti*

*Camila Lúcia dos Santos Sales*

### RESUMO

Compreendemos que a atividade lúdica é essencial para a criança pois favorece o seu desenvolvimento em múltiplas habilidades e funções no plano cognitivo, social, emocional e, também, motriz. Sendo assim em criança Autista é comum que encontre alguma alteração no jogo, especialmente, a nível simbólico. A intervenção desta dificuldade vai repercutir diretamente na área social e comunicativa. Sendo a atividade lúdica uma ferramenta eficaz de aprendizagem e parte vital no desenvolvimento de todo individuo, é importante abordá-la de forma ampla e adaptada às características e necessidades concretas de cada criança. Portanto, o objetivo deste trabalho foi observar como as atividades lúdicas promovem os processos de inclusão escolar de uma criança com Autismo em sala de aula, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa. Foi possível verificar que os processos inclusivos ainda precisam se efetivar na prática e que os professores ainda se sentem despreparados para receber os alunos com desenvolvimento atípico. Também, observou-se a importância e a necessidade dos jogos e brincadeiras para favorecer a inclusão.

**Palavras-chave:** Lúdico. Aprendizagem. Autismo.

### Introdução

A Ludicidade exerce um papel primordial na vida do sujeito, no seu desenvolvimento humano e cognitivo e principalmente nos processos de ensino – aprendizagem, pois o lúdico está presente como aspecto fundamental ativamente do processo do desenvolvimento da criança. Quanto ao papel do educador cabe a ele desenvolver mecanismos, que impulse e incentive o seu potencial para se desenvolver, criando sempre estratégias cabíveis, ou seja o lúdico.

A pesquisa deste trabalho surgiu com a necessidade de discutir a prática pedagógica em relação a importância do lúdico no universo autista . A ludicidade acaba sendo um meio facilitador da aprendizagem proporcionado ao aluno o seu

desenvolvimento afetivo, cognitivo, psicomotor, uma educação adequada aliada a educação lúdica contribui de forma efetiva no desenvolvimento de crianças autistas.

A escolha deste tema partiu do interesse em refletir sobre o autismo, família, ludicidade e inclusão em vista de preencher a lacuna de estudos que abrangem o desenvolvimento da aprendizagem de crianças autistas. O objetivo deste trabalho é apresentar as contribuições do lúdico no universo autista, compreender o autismo, a inclusão e a importância da família em parceria com a escola visando possibilitar ao autista uma educação de qualidade e menos excludente.

## 2. O Autismo e suas características

O autismo é considerado uma doença que geralmente se manifesta antes dos três anos de idade, onde são afetadas as áreas de comunicação, comportamento restrito e repetitivo e interação social. A criança com autismo tem dificuldade em interagir com as outras pessoas, mudanças de rotina e de expressar suas necessidades.

O diagnóstico do autista se dá pela observação do comportamento da criança, pois nos dias atuais não existem testes específicos para sua comprovação. O autismo se compreende por uma síndrome complexa; com a busca de alcançar resultados melhores no trabalho com autista, deve-se o tratamento ter uma equipe multidisciplinar, tendo em seu quadro profissionais de psiquiatria, fonoaudiologia, psicologia, neurologia, psicopedagogia e demais da área de saúde. Um dos meios encontrados para trabalhar com crianças autistas, são atividades lúdicas, como pinturas, jogos, brincadeiras e desenhos.

Segundo Bosa que faz um resgate ao conceito do autismo que vem sendo estabelecido ao longo do tempo,

(...) síndrome comportamental, síndrome neuropsiquiatria, neuropsicológica como transtorno invasivo do desenvolvimento, transtorno global do desenvolvimento, transtorno abrangente do desenvolvimento, transtorno pervasivo do desenvolvimento (essa palavra não consta no Aurélio!) psicose infantil precoce, simbiótica, etc... Ouve-se falar em pré-autismo, pseudo-autismo e pós-autismo. E está a instaurada a confusão! A “uma grande controvérsia com relação à distinção entre autismo, psicose e esquizofrenia” (BOSA, 2002. p. 28)

Um dos principais sintomas do autismo que foi observado é o grave déficit cognitivo, ficando em desvantagens em relação a outras crianças e grande dificuldade de expressar suas emoções e sentimentos, pela dificuldade de se colocar no lugar do outro e de compreender a realidade dos fatos a partir da perspectiva do outro, dificuldades organizacionais, distração, surtos e dificuldades em sequenciar, ou seja, para um autista torna-se difícil a organização lógica do pensamento, geralmente quando se deparam com exigências complexas, eles ficam imobilizados diante de tarefas simples para nós e não para eles. Outro fator importante a se destacar é a fixação do autista por algo específico, distraindo sua atenção, divergindo de uma criança para outra.

Devido a essas falhas no seu desenvolvimento, a criança autista vai se fechando em seu mundo interior, afetando e prejudicando a sua comunicação verbal e o seu cotidiano. As rotinas consistentes de trabalho e as instruções de trabalho visuais podem ajudar a compensar essas dificuldades enfrentadas pelo autista.

Na atividade lúdica a criança tem a possibilidade de mostrar sua autonomia, suas vontades, criatividade e críticas, que vão ajudar em seu dia a dia; sendo que o brinquedo é uma forma da criança expressar experiências reais, fantasias e desejos. No desenvolvimento da criança, o brincar é uma forma fundamental, para a socialização e comunicação com os outros e consigo, estimulando sua imaginação e a autoestima. Sendo que a família também tem que ter acompanhamento, com os profissionais envolvidos.

Auxiliar o autista a se adaptar a nossa cultura, a se socializar será preciso estabelecer estratégias, observar seu comportamento e criar programas educacionais, tendo como base pontos fortes e deficiências do autismo que afetam o seu aprendizado e as interações do seu cotidiano. Conforme Fonseca diz que:

Os autistas são crianças que apresentam atrasos na linguagem ou ausência no desenvolvimento da fala, o que às vezes dificulta a manutenção de um diálogo. Os autistas poderão apresentar ecolalia que é a repetição que alguém acabou de dizer, incluindo palavras, expressões ou diálogos (FONSECA, 2009, p. 16).

Cabe à escola se preparar para recebê-los, pois o processo de inclusão requer muito conhecimento e preparação profissional especializada dos professores, para que estes possam conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças tão especiais.

Sabemos que o autismo requer cuidados especiais por toda a vida , porem o pessimismo seja um dos maiores inimigos da criança , é vital que a educação não centralize na patologia em sim no sujeito. A inclusão hoje é um processo que ocorre lentamente em nosso país e dentro destes processos de pessoas com necessidades educativas especiais se enquadra o autista, pois o autismo é definido como sendo um distúrbio do desenvolvimento. Torna-se um grande desafio de incluir o autista, estes apresentam muitas alterações na sua comunicação, na socialização, possuem um repertório de interesses e atividades estereotipado e repetitivo.

## **2.1 Atividades Lúdicas para o processo de aprendizagem**

A educação é um fator de valor significativo para o desenvolvimento social e mental das crianças autistas. Onde os professores precisam ser muito observadores e analisar com atenção o desempenho das crianças, e com o lúdico facilita o trabalho, e transformando o espaço escolar em um local em que as crianças possam ter um melhor conhecimento e desenvolvimento, começando o tratamento precocemente ajuda no desenvolvimento dessas criança com autismo.

As atividades lúdicas proporcionam e auxiliam no desenvolvimento de outras linguagens, pois o lúdico facilita no desenvolvimento de aprendizagem. Segundo Piaget (1978) a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, ou seja, não sendo apenas diversão para gastar energia das crianças, mas sim meios que contribuem e enriquecem efetivamente o seu desenvolvimento intelectual:

O jogo e o brincar, portanto sob as suas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, proporciona uma assimilação da real a atividade própria fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando-o real em função das necessidades múltiplas do eu . Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça as crianças um material conveniente , a fim de que , jogando e brincando ,elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que sem isso, permanecem exteriores a inteligência infantil (PIAGET1976,p160).

O lúdico também ajuda a contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento, tanto na parte intelectual, física dessas crianças, ou seja, as brincadeiras não são apenas diversão, como também informações, conhecimentos para o desenvolvimento das mesmas, ajudando na concentração e aptidões.



Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento, exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e receber ordens, a esperar sua vez de brincar, a emprestar e tomar como empréstimo o seu brinquedo, a compartilhar momentos bons e ruins, a fazer amigos, a ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade. (SANTOS, 2008, p. 56).

O lúdico quando implantado no ensino das crianças mencionam pontos adequados para a formação do conhecimento dessas crianças com autismo, promovem novas ideias, pensamentos, valores e comportamentos mais adequados e comunicação.

O espaço deve ser coerente com os objetivos e dinâmicas planejados, para facilitar a tarefa do educador. A organização do espaço físico é muito importante, porque diz muito do estilo educativo a ser seguido, as áreas às quais se dão mais importância e o tipo de comportamento que se espera dos alunos e alunas.

O educador é o mediador entre a criança e o jogo e tem de planejar, cuidadosamente, a seleção, a utilização e a disposição do mesmo. Ele deve dispor de muitos e variados brinquedos e objetos lúdicos para facilitar a motivação, a exploração e a experimentação.

Segundo Rocha (2005, p. 44)

a mediação pedagógica deve se constituir, portanto, para afetar o processo de desenvolvimento dos alunos, e deve ter como objetivo fundamental possibilitar o deslocamento do pensamento aderido a níveis sensíveis, empíricos, concretos, particularizados da realidade, para níveis cada vez mais generalizados, abstratos, de abrangência cada vez maior, inseridos em sistemas de complexidade crescente; Transformaria, assim, gradualmente, as possibilidades de compreensão e de representação da realidade [...].

Nessa mediação do professor a brincadeira torna-se um instrumento mediador natural para as crianças autistas, permitindo melhor compreensão não só a aprendizagem, mas as características da síndrome e suas diferentes formas de manifestação.

O professor pode auxiliar uma criança autista a se desenvolver, incentivando a ter prazer nas atividades lúdicas propostas e no contato com o outro a comunicar-se desenvolvendo a socialização.



Segundo KISHIMOTO (2008, p. ):

O jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem surge à dimensão educativa. Utilizar o jogo na Educação infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento.

A reflexão atual sobre a atividade lúdica gira em torno dos jogos e seu papel em cada cultura, a criação de novos brinquedos cada vez mais adaptados às necessidades da criança e no resgate de brincadeiras já existentes, da criação de espaços dedicados ao jogo, assim como o papel participativo que devem assumir os pais e adultos nas atividades lúdicas.

Sabemos que o autismo traz alguns obstáculos para a inclusão social, mediante a este fator é importante e válido que se faça um trabalho bem estruturado, permitindo que a ludicidade ajude aos alunos autistas a interagirem com o mundo ao seu redor, com seus amigos e familiares, tornando-os participativos que desenvolvam suas potencialidades.

As crianças, sejam elas autista ou com necessidades especiais ou não, quando brinca cria, descobre, aprende, imagina e principalmente desenvolvem sua autonomia, auto – confiança, promovendo a sua compreensão de linguagem, atenção, concentração, construindo o seu crescimento emocional e social.

### **Resultados e Análises de Dados**

Percebe-se que os métodos e estratégias no processo educacional do autista, devem sempre acontecer com adaptações permitindo um trabalho sistematizado e bem elaborado em que a ludicidade deve sempre estar presente no processo de educação destas crianças . Será preciso um novo olhar para a educação embasada em uma dinâmica de ensino que atenda aos diferentes ritmos de aprendizagem favorecendo um processo eficaz e significativo.

As formas de interações apresentadas pela criança autista são importantes para se compreender os tipos de respostas apresentadas por estas crianças, quando estão em contato com os jogos e atividades lúdicas. Estes jogos devem ser utilizados com uma função terapêutica. Como relata Vasconcelos (2008) o recurso lúdico pode

ser fundamental para estimular a aquisição de novos repertórios comportamentais, desenvolver seu comportamento verbal e criativo.

Como afirma Vygostsky, (1983), uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente.

Coll (1995, p. 11) “explica que ao lidar com uma criança autista, muitas vezes o professor sente-se incompetente, pois cada criança é como uma ilha praticamente inacessível, cada uma presa ao seu próprio mundo”.

O educador na mediação lúdica, por exemplo, não se restringe ao preparo de brincadeiras. É preciso estar disponível e atento, principalmente no caso de crianças cuja linguagem verbal e gestual é bastante limitada ou não desenvolvida.

Assim, a aprendizagem deve ser também diferenciada, configurada em um ambiente estimulador, de interação com outros colegas, tornando-os todos participativos. A ludicidade consegue favorecer essa interação, no qual o aluno é um ser que descobre e constrói seus conhecimentos.

## Conclusão

A sociedade estabelece um padrão de indivíduo e tenta enquadrá-los nesse padrão. Cada pessoa é um ser único dotado de singularidades e potencialidades a serem descobertas. Pensar no autismo e no modo de como a criança autista constrói seu conhecimento, nos revela várias questões que perpassam o meio social e a forma como compreendemos o mundo.

Assim, é possível ter um novo olhar na aprendizagem das crianças autistas, com a utilização adequada dos jogos, desenvolvendo atividades lúdicas prazerosas que motivem e ativem a aprendizagem. Considera-se, então, que é, de fato, importante levar em conta as especificidades e particularidades dos sujeitos, pois são essas diferenças que devem instigar a reflexão. É preciso esforços para romper as barreiras, eliminar preconceitos e garantir o direito à educação de qualidade e reconhecimento das diferenças.

## REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice Alves. ***Autismo: atuais interpretações para antigas observações.*** In: BAPTISTA, C. R. e BOSA, C. (Orgs) ***Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.*** Porto Alegre: Artmed, p 21-39, 2002.

COLL, C. et al. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. (Trad.) M. A.. G Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, V. R. J. R. **O autismo e a proposta psicanalítica**. In: Revista Mente e Cérebro, Col. Memória da Psicanálise: Melanie Klein, n. 4, 2. ed. São Paulo: 2009.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIAGET, J. (1946) **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e Pedagogia**. 3. ed. (Trad. D. A. Lindoso e R. M. R. Silva). Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. (Orig.: 1969).

ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da. **Não brinco mais**. Rio Grande do Sul:Unijuí, 2005.

SANTOS, S. M. P. dos. (Org.). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis: Vozes, 2000. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VASCONCELOS, Laércia Abreu. **Brincando com histórias infantis: Uma contribuição da Análise do Comportamento para o desenvolvimento de crianças e jovens**. Segunda Edição. Santo André: ESETec, 2008.

VYGOTSKY, L.S. - **Teoria e método em psicologia**. 2. ed. São Paulo (Brasil): Martins Fontes, 1983.

**Capítulo 17**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO  
DE LIBRAS PARA CRIANÇAS  
SURDAS NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

**Cristiane Borges Malaquias**

**Claudia Borges Malaquias**

**Ligiane Oliveira dos Santos Souza**

## A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Cristiane Borges Malaquias*

*Claudia Borges Malaquias*

*Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

### RESUMO

Este trabalho tem como grande importância compreender e refletir sobre o ensino da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na educação infantil, é a finalidade do presente trabalho, cujos objetivos são ressaltar a importância da educação inclusiva nos primeiros anos iniciais. Discorre e acompanha o progresso de sistematização das leis que protegem a pessoa surda, suas conquistas sociais ao longo da história em alguns países e as várias controvérsias no que se refere a sua aplicação. Aponta também para as dificuldades neurolinguísticas da pessoa surda no processo de tentativa de integrá-la ao ensino público infantil, assim como para os consequentes problemas psíquicos gerados pelas dificuldades e frustrações do surdo em sua tentativa de engajamento social. Desenvolve análises e teorias de autores da área com relação aos vários tipos de linguagens desenvolvidos na comunidade dos surdos: bilinguismo, linguagem de sinais e gestos, reflete sobre suas possibilidades metodológicas. Aborda imperfeições no que concerne aos múltiplos obstáculos políticos (descaso), sociais e familiares e destaca principalmente a ferramenta LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como suporte para uso funcional e dinâmico da língua assim como sugere possibilidades de soluções psicopedagógicas personalizadas para cada caso de surdez.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Libras. Aprendizagem.

### Introdução

Este trabalho resalta a importância do ensino de Libras na educação infantil nos primeiros anos iniciais, visto que a criança, a maioria das vezes, chega à escola com a ausência da língua, pois a família não tem a língua de sinais como primeira língua, dificultando a aprendizagem da criança surda.

Para Moraes (2007), quanto mais cedo a criança surda entra em contato com a LIBRAS, melhor é o seu processo de desenvolvimento. Entretanto, para que obtenha aquisição de segunda língua – a Língua Portuguesa – esta deve ser ensinada de forma diferente para os surdos utilizando estratégias e técnicas próprias. Dessa forma,



o aluno deve ser incentivado a desenvolver a língua de sinais, para que ele possa fazer parte de um mundo da estruturação de pensamento, pois quem não domina uma linguagem não tem pensamento bem estruturado.

A esse mesmo respeito salienta Fernandes (2006 *apud* Santos (2011, p. 1060), que para os surdos, em sua maioria, nascem em famílias ouvintes, sendo que as vivências em uma língua efetiva são mínimas, pois eles acabam crescendo em um ambiente de pessoas falantes de uma língua que não tem significação nenhuma para eles. Contudo, as interações são limitadas, utilizando-se poucos gestos criados pela própria família, fazendo com que se reduz a sua aprendizagem e que se comuniquem apenas com pessoas conhecidas ou com quem convive no dia a dia com essa comunicação.

É sem sombra de dúvidas importante que a criança surda já tenha contato com a Libras, utilizando-a como língua materna, pois é a partir do seu aprendizado que a criança surda passa a ter identidade própria. Como foi citado anteriormente, a criança surda sempre vem de famílias ouvintes que não tem algum conhecimento a respeito da língua de sinais, acabam aprendendo da maneira que eles mesmos ensinam, não sendo o certo. Assim, vale ressaltar que a criança com deficiência, logo deve ir à escola para aprender a língua como primeira.

Portanto, nessa pesquisa, será enfocada a importância do ensino de Libras na educação infantil nos anos iniciais. O intuito é o de apresentar a sua importância na educação inclusiva, sendo que aprender Libras facilita cada vez mais à vida das crianças com deficiência auditiva.

Primeiramente, realizou-se uma análise bibliográfica sobre o tema, para que em seguida aprofundássemos mais nas pesquisas para assim enriquecer e contribuir para outros olhares sobre este mesmo corpus. Logo a seguir, será ressaltado como a criança surda se sente em diversas situações onde ainda não se sabe falar a língua de sinais. Depois uma breve definição do que vem a ser Língua, Linguagem e Libras (Língua Brasileira de Sinais). E por fim, educação inclusiva e o ensino de Libras na Educação Infantil.

## **A IMPORTÂNCIA DE INCLUIR A LIBRA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Segundo Fernandes (1990 *apud* Passos 2012, p.4), é fundamental o acesso a Língua de Sinais o mais precocemente possível, pois a dificuldade do surdo em



adquirir a língua oral nos primeiros anos traz consequências para o seu desenvolvimento mental, emocional e sua integração social.

Falando-se em emocional e social, queremos ressaltar o que foi citado anteriormente, quando a criança surda não consegue dizer o que está sentindo ou acontecendo no momento por não saber se comunicar ou expressar. A esse mesmo respeito, saliente Passos (2012, p.5) em seu Artigo de Pós-graduação em Libras:

Quando se fala da área emocional e social, vem sempre uma pergunta: Como a criança surda conseguirá dizer a sua mãe que está com sapato apertado, com dor ou fome? A mãe interpreta o choro muitas vezes como manha, sem entender o que está incomodando a criança. Como os pais poderão orientar o que é certo e errado? Com certeza, uma criança de três ou quatro anos surda não conseguirá entender essas coisas através da língua oral, mas, sim, da língua de sinais.

É um crime privar crianças surdas de sua língua natural, dado todas as consequências observadas em termos emocionais e cognitivos, quando ela não é ensinada em tenra idade à a sua identidade pode ficar comprometida dificultando o seu desenvolvimento e também marginalizando essa criança que será vista como uma coisa e não como um ser humano dotado de capacidade de aprender e interagir com a sociedade. É claro que essa criança também precisa aprender a língua portuguesa para que sua inserção na sociedade seja completa, pois afinal dependemos dela para expressarmos nossos interesses desde estudos acadêmicos a profissão entre outras coisas. Se respeitado o aprendizado da Língua de Sinais para o surdo que se dá de forma natural, mais fácil para ele será também aprender a Língua Portuguesa.

A luz de tal definição fica clara a importância da criança surda ter acesso à educação logo cedo, para assim aprender a sua língua natural e não passar mais por momentos como estes, e assim já saber falar e expressar o que está sentindo ou quer no momento por meio da língua de sinais. A seguir, abordaremos uma breve definição do que vem a serem LIBRAS, Língua e Linguagem.

A educação vista sobre o prisma da aprendizagem representa a vez da voz, o resgate da vez e a oportunidade de ser levado em consideração. O conhecimento como cooperação, criatividade e criticidade, fomenta a liberdade e a coragem para transformar, sendo que o aprendiz se torna no sujeito ator como protagonista da sua aprendizagem.

Aprendizagem é um destes fatores. Diferentemente dos outros animais, no homem a aprendizagem é vista como um sistema dinâmica de interação, pois é um processo, biológico, intelectual, emocional e social. Nos últimos anos, muitos são os estudos sobre aprendizagem, e o não aprender, e que direta ou indiretamente procuram desvelar como o homem aprende. Não existe uma fonte única, capaz de englobar os elementos fundamentais à compreensão da aprendizagem, mas acreditam-se nas propostas que ressaltam a importância dos processos mentais superiores, sendo resultado da interação do organismo com o meio.

Portanto, a aprendizagem tem um sentido amplo: abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida efetiva e assimilação de valores culturais. Enfim, aprendizagem refere-se a aspectos funcionais e resulta de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida.

O processo de aprendizagem, bem como suas dificuldades, deixa de focalizar somente o aluno e o professor isoladamente e passa a ser visto como um processo de interações entre ambas as partes com inúmeras variáveis que precisam ser apreendidas com bastante cuidado pelo professor e psicopedagogo.

Segundo Moreira (1999), para Ausubel,

aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação se relaciona, de maneira substantiva (não-litera) e não-arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo. Isto é, nesse processo a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chama de “conceito subsunçor” ou, simplesmente, “subsunçor”, existente na estrutura cognitiva de quem aprende. (MOREIRA 1999, p.11)

Sob este entendimento, podemos dizer, então, que a nova informação ancora-se nos conhecimentos prévios que o aluno traz consigo, que são os subsunçores, ocorrendo a aprendizagem significativa. A aprendizagem significativa é caracterizada por uma interação entre o cognitivo individual e as novas informações, atingindo assim, novos significados numa diferenciação e elaboração da estrutura cognitiva do aluno.

## A INFLUÊNCIA DOS RECURSOS DA LINGUA E LINGUAGEM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EDUCACIONAL

O papel da escola histórico crítico não é somente o de ensinar, mas o de criar situações de aprendizagens que favoreçam o desenvolvimento individual e coletivo dos alunos, para o exercício da cidadania plena. Por isso, saber conviver, na escola e

fora dela, é fator fundamental para tornar-se cidadão em uma sociedade que se deseje justa e democrática.

Já Karlberg (2007) ressalta que a língua é utilizada para se comunicar entre a comunidade, podendo ser manifestada de forma gestual ou oral, assim como a (LIBRAS) Língua Brasileira de Sinais. Já a linguagem é a competência de criar, produzir, compreender e usar as línguas, sendo uma capacidade do ser humano.

Entretanto, a língua e a linguagem são dignas de apreço, pois a língua também é considerada um tipo de linguagem verbal, sendo exclusivamente a única variedade da linguagem expressa por palavras. Já a fala é o aproveitamento próprio da língua.

Convém salientar que Couto (2014, p.3) define a linguagem como:

O meio em que as pessoas usam para se expressar, registrar acontecimentos, socializar-se, aparentemente é a marca registrada da cultura das pessoas, com ela verbalmente ou manualmente é possível expandir conhecimentos. Com a aquisição da língua de sinais é que irá permitir que a pessoa surda tenha acesso aos ouvintes, formando uma maneira de pensar, agir e ver o mundo e suas características culturais.

Contudo, é por meio da linguagem que se pode mencionar um acontecimento, fazendo com que a partir do convívio do surdo com o ouvinte eles podem interagir um com o outro por meio da linguagem, ou seja, pela comunicação.

Para Almeida (2012, p.1 e 3) em seu artigo “A importância da comunicação em Libras na vida de pessoas surdas”, ressalta que:

A linguagem é a parte integrante no desenvolvimento do ser humano. A falta dela tem graves consequências para o indivíduo no que se refere ao seu desenvolvimento emocional, social e intelectual. A comunicação é um processo de interação no qual se compartilha mensagens, ideias, emoções e sentimentos, podendo influenciar ou não outras pessoas [...] a linguagem possui um valor fundamental na vida do ser humano uma vez que através dela, que as pessoas fazem-se entender umas pelas outras, compartilham experiências de diversas ordens, expressam suas emoções, sentimentos, planejam suas ações, a condução de suas vidas, da comunidade e do país, ou seja, ela dá oportunidade ao indivíduo de traduzir o que sente, estruturar o seu pensamento e expressar o que já conhece.

Nesse excerto mostra que é por meio da linguagem que se pode compreender, desenvolver e produzir a língua falada. Para tanto, a língua e a linguagem são fatores meramente importantes, pois a língua é a forma como se comunica já a linguagem refere-se a tudo que faz ter significação. Sendo assim, não tem como utilizar a língua se não for através da linguagem. No próximo tópico,

mostrará a importância da educação inclusiva e o ensino de LIBRAS na educação infantil nos primeiros anos iniciais.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Fundaram-se várias instituições para atender as crianças com deficiência no Brasil, a partir do ano de 1857. Mas foi no ano de 2004 que o Ministério Público Federal publica um documento onde todos os alunos com deficiência poderiam frequentar escolas comuns do ensino regular, dando assim início a inclusão. A educação inclusiva é organizada pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), mais conhecida anteriormente como salas especiais, que atendiam todas as crianças que tinham diferentes necessidades.

Segundo Passos (2012, p.10) em seu artigo comenta a respeito do ensino de LIBRAS na educação infantil:

Ao permitir que a criança surda tenha a oportunidade de se desenvolver da forma que as crianças ouvintes, estará se respeitando sua língua, sua diferença. Não se pode mais negar aos surdos o direito de ser parte integrante e participativa de nossa sociedade. Além disso, para que o surdo possa desenvolver-se, não basta apenas permitir que use sua língua, é preciso também promover a integração com sua cultura, para que se identifique e possa utilizar efetivamente a língua de sinais. [...]

O ensino de LIBRAS na educação infantil é uma forma de incluí-lo como sujeito surdo pertencente a uma sociedade cuja maioria é de ouvinte, e dentre estes ouvintes, o surdo tem sua importância afinal o que difere do restante a sociedade é a forma como ele se comunica, e como a comunicação é essencial para qualquer cidadão torna-se imprescindível que o sujeito surdo tenha oportunidades iguais a qualquer outro sujeito e isto somente acontecerá se lhe for permitido à aprendizagem de uma língua que lhe proporcione esta interação com a sociedade, há também outro fator importante para esta interação que é a convivência com a comunidade surda que tem muita importância no desenvolvimento da identidade, pois nessa comunidade a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva e todo sujeito precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade por intermédio do convívio com o outro.

Portanto é importante dizer que todas as pessoas são diferentes e precisam ser respeitadas em suas diferenças, com o surdo acontece da mesma forma, se respeitado, dando-lhe oportunidades de adquirir uma língua que o ajude a se identificar como sujeito participante de uma sociedade que possuem direitos e deveres

eles irão adiante a sua jornada sendo capazes de realizar todas as coisas que lhes forem possíveis, levarão uma vida de conquistas e sucessos como qualquer pessoa tida como normal, a língua brasileira de sinais tem este poder de tirar um sujeito da escuridão que é a ignorância e fazê-lo emergir na luz do conhecimento e sabedoria.

Segundo Couto Lodi e Lacerda (2009, p. 15 *apud* Couto 2014, p. 7) o movimento da inclusão dos alunos Deficientes Auditivos na escola regular tem como meta incluir todos desde o início da escolarização, para fácil adaptação, possibilitando a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e uso social da leitura e da escrita. A esse mesmo respeito, ressalta Couto (2014, p.1 e 7):

Para que essas crianças com deficiência estudem em escolas normais, é preciso um trabalho mais amplo, a partir de cada necessidade especial, pois requer certa atenção, delicadeza, pois os alunos só não ouvem, são totalmente normais como qualquer outro na escola. [...] A inclusão dessas crianças é uma grande responsabilidade que vai englobar toda a educação, como secretários, diretores, professores, funcionários, pois essa reestruturação que existe é preciso para atender as necessidades educacionais especiais a todos os alunos.

A construção de uma escola com inclusão requer clareza no que diz respeito da diferença, pois para o surdo a escola normal ou a especial o importante é a excelência de seu trabalho. Assim a coordenação da escola tem o importante dever de aplicar um programa pedagógico que atenda a cada necessidade, oferecer a comunidade escolar capacitações, buscar parcerias, sempre pensando na melhor adaptação, e melhor aprendizagem para o aluno surdo dentro das escolas comuns.

Contudo, as crianças têm que aprender a se socializar, respeitar e aprender a conviver com o que é diferente. A inclusão não depende apenas do professor, mas sim de todos a sua volta, desenvolvendo assim um trabalho adequado a cada criança sempre visando ressaltar o que elas têm mais facilidade e usar como ponto positivo em sua aprendizagem.

Para Almeida (2012, p. 8)

a utilização da Libras vem colaborar para a inclusão social dos surdos desprezando qualquer forma de discriminação e preconceito com esse grupo, que ao longo da história sofreu com a ignorância e visão errônea dos ouvintes que observava a surdez como deficiência que deveria ser tratada clinicamente com intuito de superar o déficit auditivo.

Contudo o tempo foi passando e as coisas foram mudando para melhores, observando que a surdez não era um tipo de deficiência que devia ser tratada

cl clinicamente. São pessoas iguais, mas apenas com uma forma diferente de aprender que se dá por meio das línguas de sinais.

A educação inclusiva se orienta pela perspectiva da diversidade, com metodologias e estratégias diferenciadas, com responsabilidades compartilhada, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento sobre a diversidade com a família, responsabilidade para o exercício da profissão.

A luz de tal definição é sempre desafiador a inclusão, pra que a criança desde cedo já tenha acesso a língua de sinais. São crianças comuns e com vasta inteligência da mesma forma que os ouvintes, mas só tem uma maneira ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante à dos ouvintes, retardando apenas na forma de como eles podem aprender, que é “visual e não oral-auditiva.” Bassani (2010, p. 7).

Para Bassani (2010, p.6) ressalta que:

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, por isso, não basta somente a escola colocar as duas línguas nas classes, é preciso que haja adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno. [...] As diferentes formas de proporcionar uma educação à criança de uma escola, depende das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola.

Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar.

Os professores têm que ser qualificados e saber lidar com as diferenças, pois tem que ter uma conformidade no modo de ensinar, pois não será ensinada apenas uma língua, mas sim duas. Contudo, é importante a qualificação desses profissionais para no final beneficiar tantos os surdos como os ouvintes.

Barbosa (2011, p.6 e 10) salienta a importância do ensino de Libras nas series iniciais:

Por isso é imprescindível que o ensino de LIBRAS, seja incluído nas series iniciais [...] O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre os mesmos, por isso o ensino de LIBRAS, pode ser estendido aos alunos ouvintes. [...] Já está comprovado que a criança surda, quando aprende através da língua de sinais tem um maior desenvolvimento intelectual do que quando aprende sem o uso da mesma. Entretanto o que acontece no contexto escolar é que o aluno surdo, sobre tudo escolarização inicial, não domina a língua de sinais. [...]



O ritmo de aprendizagem das crianças surdas e o seu desempenho acadêmico, não se trata de uma limitação impeditiva do processo de aprendizagem e sim, de uma característica decorrente das implicações impostas pelos bloqueios de comunicação devido a aquisição tardia da língua de sinais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de LIBRAS na educação infantil é essencial na vida dessas crianças, pois a única forma que deferem as surdas das ouvintes é apenas a forma de se comunicar. Para tanto, todas as crianças têm direitos iguais a estudar no ensino regular, visto que, a criança surda tem as suas diferenças, mas elas devem ser respeitadas por todos. Por isso não basta apenas colocar as crianças com deficiência em classes regulares, são necessárias formas variadas de aprendizagem, visando sempre em fazer uma educação justa e igualitária a todos.

E para ara as crianças surdas essas vivências podem representar a garantia de que o processo de ensino e aprendizagem transcorrerá de modo a lhes proporcionar aprendizagens significativas resultantes de ricas experiências com participação individual ou coletiva, constituindo-se enquanto elementos essenciais para o seu desenvolvimento pleno e, conseqüentemente, para a sua inclusão nos diversos espaços sociais. Podemos dizer que a educação bilíngue não se limita ao simples fato de utilizar duas línguas nas atividades escolares, a mesma busca um espaço prioritário para a língua natural da pessoa surda- Língua de Sinais- e o direito da criança adquiri-la por processos naturais durante o mesmo período em que a criança ouvinte adquire em uma língua de modalidade oral.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. *A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas*, 2012.

BARBOSA, Sândala. *A importância do ensino de Libras – Língua Brasileira de sinais no contexto escolar*, 2011. Artigo Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3022214>>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

BASSANI, Cristiane. *A importância do ensino de Libras na educação fundamental. Artigo científico. Uniguaçu: FAESI, 2010.*

COUTO, Leticia Ferreira de. *Libras: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva*. Artigo científico, 2014, FAC, São Roque.

FERNANDES, Sueli. *Surdez e linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?* Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1998

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. *A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas*, 2012. Artigo Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/22074>>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

KARLBERG, Luísa Galvão Lessa. Qual a diferença entre linguagem, língua e fala?. 2007. p.1. Disponível em: <<http://espaconinguistico.blogspot.com.br/2007/12/qual-diferenca-entre-linguagem-lingua-e.html>>. Acesso em: 27 de outubro 2017.

LODI, A. C. B; LACERDA, C. B. F. de. *Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais e escolarização*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

Moreira, M.A.; Masini, E.A.F.S. (1982). **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo, Editora Moraes.

Moreira, M.A.; Masini, E.A.F.S. (1999). **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. 2ª ed. São Paulo: Centauro Editora.

MORAIS, Maria Aparecida Ferreira. *Curso de Capacitação em Libras para professores*. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://aprendendolibras.blogspot.com.br>>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

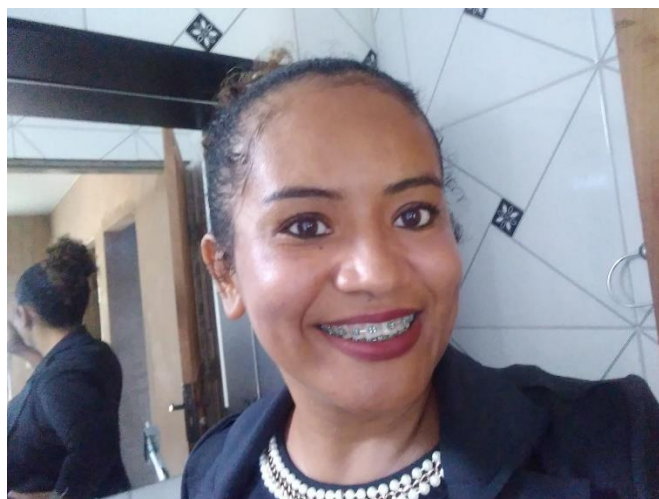
PASSOS, Emília Moreira. *Ensino e aprendizagem de Libras na educação infantil*. Artigo científico. UNIBEM, 2012. Disponível em: <[http://www.webartigos.com/resources/files/modules/article/article\\_96698\\_201209291751490d32.pdf](http://www.webartigos.com/resources/files/modules/article/article_96698_201209291751490d32.pdf)>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.



***A ORGANIZADORA***

## **A ORGANIZADORA**

### **LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA**



*Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Shalom de Ensino Superior (2018) e graduação em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2011), Especialização em Educação de Jovens e Adultos (2014). Atualmente é mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso(2019). Atualmente está atuando como tutora presencial no curso de Pedagogia no polo de Barra do Bugres pela - Diretoria de Gestão de Educação a Distância.*





ISBN 978-65-995233-5-9



9 786599 523359



**Editora**  
**UNIESMERO**